



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 081.2.55.O

DATA: 14/04/16

TURNO: Vespertino

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa Ordinária -
CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 14h

TÉRMINO: 18h55min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:

Ata da 81ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Ordinária, Vespertina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 14 de abril de 2016.

Presidência dos Srs.:

Beto Mansur, 1º Secretário.

Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário.

Carlos Manato, Delegado Edson Moreira, Izalci, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.

ÀS 14 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Eduardo Cunha

Waldir Maranhão

Giacobo

Beto Mansur

Felipe Bornier

Mara Gabrilli

Alex Canziani

Mandetta

Gilberto Nascimento

Luiza Erundina

Ricardo Izar



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 332 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Passa-se ao

IV - PEQUENO EXPEDIENTE



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Nobre Deputado Delegado Edson Moreira, já que V.Exa. leu tanto, vai abrir mão de 1 minuto? (*Pausa.*)

O SR. ROCHA - Sr. Presidente, peço a V.Exa. 1 minuto para fazer uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Rocha.

O SR. ROCHA (PSDB-AC. Reclamação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero encaminhar a V.Exa. um pedido para que a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, junto com a Procuradoria da Casa, tome providência no sentido de responsabilizar criminalmente o Sr. José Sílvio dos Santos.

Esse cidadão, em postagem nas redes sociais, faz uma clara apologia ao crime. Ele incita as pessoas a pegarem cordas e armas e invadirem o Congresso Nacional. Fala até em execuções dentro da Casa.

Sr. Presidente, isso é grave. Nós não podemos nos calar e nos intimidar diante das ameaças de militantes políticos que dizem “*Não vai ter golpe! Vai ter luta!*” Essa é uma tentativa de intimidar este Parlamento, e nós não podemos admitir isso.

Esse cidadão, segundo consta, candidatou-se a Deputado Federal pelo Distrito Federal, e — graças a Deus! — não ganhou as eleições, porque esta Casa é a expressão maior da democracia, pelo menos deveria ser.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado, faça um ofício e o encaminhe à Mesa. Então, nós pediremos à assessoria para avaliar se essa postagem não é *fake*, a fim de tomar as devidas providências.

Eu agradeço a V.Exa. pelo cuidado com a nossa Casa e com todos nós Parlamentares.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o Deputado Delegado Edson Moreira, do Bloco/PR de Minas Gerais.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (Bloco/PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil tem que ser redescoberto.

As igrejas brasileiras estão sendo roubadas, não estão perdoando nem os padres. Ontem fuzilaram duas pessoas que estavam dentro de um carro de polícia, indo à delegacia para fazer uma reclamação. Isso é um sinal de que o País está totalmente descontrolado, sem comando algum e sem policiais.

Veja a que ponto chegamos, Sr. Presidente!



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Heitor Schuch, do PSB do Rio Grande do Sul.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, eu quero dar como lido depoimento meu em favor da fundação da Cooperativa Escolar Brotando da Terra. É inegável para todos nós a força e a importância do cooperativismo no mundo, assim como no Brasil, em especial no Rio Grande do Sul, onde o cooperativismo desenvolve regiões, comunidades e faz a vida ser muito melhor para todos os envolvidos.

Quarenta e oito alunos da Escola Guararapes, na Linha Almeida, no interior do Sinimbu, no Vale do Rio Pardo, lá no nosso querido Rio Grande do Sul, fundaram essa cooperativa para trabalhar o cooperativismo, formar lideranças e desenvolver o empreendedorismo agrícola.

Portanto, parabéns ao Presidente do Sistema de Crédito Cooperativo — SICREDI, Heitor Álvaro Petry, do Programa A União Faz a Vida, e a essa juventude que desperta para o cooperativismo e para a formação de lideranças.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Agradeço ao Deputado Heitor Schuch.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é inegável a força e importância do cooperativismo no mundo. Aqui no Brasil também temos exemplos que deram vida a comunidades e desenvolveram regiões.



A Escola Municipal de Ensino Fundamental Guararapes, em Linha Almeida, interior de Sinimbu, no Vale do Rio Pardo, tem um belíssimo exemplo para todos nos. Ela fundou a Cooperativa Escolar Brotando da Terra, formada por um grupo de 48 alunos dos 6º, 7º e 8º anos, que tem como proposta estimular o empreendedorismo rural.

A Cooperativa Escolar Brotando da Terra é pioneira na região e tem fins educativos. Ela é resultado de uma iniciativa do Sistema de Crédito Cooperativo — SICREDI do Vale do Rio Pardo, por intermédio do Programa A União Faz a Vida, e teve seu início marcado pelo entusiasmo, pela alegria, pela emoção e pela dedicação.

Com sede em um antigo prédio, que foi reformado por um mutirão feito por todos os envolvidos na iniciativa, a cooperativa tem uma proposta vem ao encontro de anseios da comunidade: trabalhar o cooperativismo para suprir as necessidades locais, formar lideranças e desenvolver o empreendedorismo agrícola. Essa é uma forma de estímulo aos jovens, para que, assim como seus pais, continuem a sucessão familiar.

A assembleia de fundação da cooperativa, realizada pelos estudantes sócios-fundadores, contou com o acompanhamento de familiares dos estudantes, da diretoria da escola, da diretoria e de colaboradores da SICREDI do Vale do Rio Pardo, de convidados, da imprensa e do coordenador das cooperativas escolares. Foi eleita presidente da cooperativa a estudante Dienifer Raenke e vice-presidente a estudante Daniela Konrad.

A Escola de Sinimbu foi escolhida para o projeto piloto em virtude de o Município ser o primeiro a aderir, em 2006, ao Programa A União Faz a Vida, no



Vale do Rio Pardo, que completa 10 anos em 2016. No mesmo dia da fundação da Cooperativa Escolar Brotando da Terra, da Escola Guararapes, aconteceu, durante a tarde, o lançamento de outra cooperativa escolar, em Herveiras, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Maurício Cardoso.

O objetivo do SICREDI do Vale do Rio Pardo, presidido por Heitor Álvaro Petry, é ampliar o número de cooperativas escolares na região ainda em 2016. Essa iniciativa vai além da formação de futuros gestores e líderes, é um auxílio para que os estudantes se tornem cidadãos mais solidários, que se comprometam com um futuro melhor para si, para seus filhos, para seus netos e assim sucessivamente.

Sr. Presidente, peço que este discurso seja encaminhado para publicação pelos órgãos de comunicação desta Casa e, em especial, no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Rocha, do PSDB do Acre.

O SR. ROCHA (PSDB-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer o registro de uma notícia grave que envolve o meu Estado. A Secretaria de Segurança Pública do Acre, a mando do Governador Tião Viana, está fechando os postos policiais no interior do Estado.

Na Portaria nº 317, de 2016, publicada no *Diário Oficial*, o Secretário dá as razões para o fechamento de dois postos policiais, alegando contenção de gastos.

É bom que se diga que segurança pública é dever do Estado, Sr. Presidente, e o Estado não pode se omitir diante do grave quadro de insegurança que vive a nossa população.

Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo ao Governador e dizer que apresentarei uma representação junto ao Ministério Público, pedindo providências no sentido de que a população acreana, que paga os seus impostos, não fique privada desse serviço essencial, que é a segurança pública. Não dá para se admitir que, a pretexto de se conterem gastos, duas localidades importantes fiquem sem policiamento.

Então, faço esse registro e peço divulgação pelos meios de comunicação desta Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Agradeço ao Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Luiz Couto, do PT da Paraíba.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero pedir que o meu pronunciamento sobre o golpe que estão tentando realizar nesta Casa seja divulgado pelos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*

O Brasil vive um momento muito delicado. Neste cenário, ainda há uma parcela grande da população que não entende direito o que está acontecendo. Na batalha que travamos contra o golpe, é preciso explicar à população que Dilma Rousseff está sendo vítima de um julgamento político sumário.

Esse golpe é promovido por golpistas, por pessoas que foram derrotadas nas eleições, por quem age de má-fé, tentando demonstrar algo. Esse golpe não tem razão alguma, porque a Presidente não cometeu crime algum. E a prova disso é que a Advocacia-Geral da União está entrando na Justiça para anular esse processo, esse relatório que foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil vive um momento muito delicado. Neste cenário, ainda há uma parcela grande da população que não entende direito o que está acontecendo. Na batalha que travamos contra o golpe, é preciso explicar à população que Dilma Rousseff está sendo vítima de um julgamento político sumário.



Nós chamamos essa tentativa de golpe por uma razão muito simples e possível de ser entendida por qualquer criança. A Constituição prevê a possibilidade de afastar um Presidente ou uma Presidenta do cargo se ele ou ela cometer um crime. Dilma não cometeu crime, mas acusaram-na de ter feito pedaladas fiscais, que também foram feitas por Fernando Henrique Cardoso, por Lula e por quase todos os Governadores e Prefeitos, sem que tenha havia maiores problemas, num passado muito recente de nosso País.

Então, se não há crime, caros colegas e cidadãos brasileiros, o que há é um golpe. Não há base legal para o afastamento da Presidenta da República Dilma Rousseff.

Isso tudo começou quando a Oposição não conseguiu ganhar a eleição de 2014. Dilma foi escolhida por 54 milhões de brasileiros para continuar na Presidência da República, e isso deixou a Direita brasileira enfurecida. Eles tentam, a todo custo, voltar ao poder. E a forma escolhida foi esta, a de criar um movimento, manipular a mídia, atrair setores do Judiciário e fazer o cidadão pensar que todos os problemas do País são culpa da Presidenta Dilma ou do PT. A intenção deles é tirar a Presidenta do poder para que as elites conservadoras possam tomar conta do País, sem precisar de eleições. Isso é um golpe, que usa inocentes úteis para torná-lo possível.

O resultado das urnas é soberano, e isso sempre foi respeitado no Brasil, desde a abertura democrática. O mais votado governa. Quem perdeu, tem que esperar as próximas eleições. Mas, agora, a Direita se revoltou e quer atropelar esse processo, derrubando a Presidenta Dilma Rousseff, criando assim novas regras no Código Eleitoral, todas elas viciadas por ilicitudes. Sabem por quê? Porque até uma



pesquisa feita recentemente pelo Datafolha, que é um braço midiático dos coxinhas, mostra que Luiz Inácio Lula da Silva seria o mais votado caso houvesse hoje eleição para Presidente no Brasil.

O povo sabe quem realmente trouxe mudanças e avanços para o País. Então, a Direita e os golpistas sabem que não podem vencer eleições e, por isso, tentam levar para o tapetão a definição do golpe.

Mas ainda há muita sujeira debaixo do tapete. Dilma, que não cometeu crime algum, está sendo processada numa Comissão de Impeachment onde mais da metade dos integrantes é investigado na Operação Lava Jato. Não é pouco, nem é moral.

Como se não bastasse, o pedido de *impeachment* é conduzido pelo Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que tenta afastar de si as acusações de corrupção. Ele coloca Dilma na berlinda e se poupa, tentando ficar no cargo, e se vinga da Presidenta porque o meu partido, o PT, votou pelo seu afastamento na Comissão de Ética. É uma vingança de Eduardo Cunha contra o PT! Mas quem tem milhões de dólares na Suíça é o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Quem precisa explicar dinheiro de propina é ele. Vivemos uma tremenda inversão de papéis, como se quem comete crime pudesse julgar e condenar quem não tem nenhuma acusação sequer contra sua conduta.

Combater a corrupção é uma luta que tenho assumido durante todo o meu mandato. Seria muita ingenuidade imaginar que a corrupção se concentra no PT. É outro engodo que a mídia e parte do Judiciário querem vender à população. Tirar o PT do Governo não elimina a corrupção. Os fatos que chegam ao noticiário são selecionados e não mostram escândalos envolvendo os partidos de direita.



Esta semana, um Deputado paranaense, Aliel Machado, foi coagido pelo Vice-Presidente da República e pelo Presidente da Câmara a mudar seu voto. Perguntaram o que ele queria para votar a favor do *impeachment*. Ele foi até ameaçado, mas isso não saiu na grande mídia.

Não se iludam! Corrupção está em muitos partidos, em muitas pessoas, e precisa ser eliminada, sem dúvida, mas não será combatendo o PT que teremos sucesso. Tirar o PT do poder só ajuda os setores econômicos e os políticos conservadores a chegarem de novo ao poder.

O povo nas ruas está se manifestando contra esse golpe. Artistas, intelectuais, movimentos sociais, grupos organizados estão também nas redes sociais mostrando que são contra o golpe. A Operação Lava-Jato, apesar de ter procurado muito, não encontrou nada contra a nossa Presidente Dilma Rousseff. Precisamos ressaltar que toda essa investigação tem o apoio do Palácio do Planalto. Hoje, ao contrário do que acontecia nos Governos conservadores, tudo é investigado, nada vai para o arquivo ou para debaixo do tapete.

Por tudo isso, Sras. e Srs. Deputados, pronuncio-me aqui em favor da democracia, em favor do Governo da legítima Presidenta Dilma Rousseff e contra o golpe. Mais uma vez peço tranquilidade a cada um dos senhores e das senhoras e que mantenham sua convicção na defesa da permanência da Presidenta Dilma.

O Brasil não viverá esse espetáculo deplorável de tirar do poder quem não cometeu crime algum. Voto contra o *impeachment* por profunda convicção e sei que essa manobra leviana não passará.

Não vai ter golpe!

Era o que tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra a Deputada Benedita da Silva, do PT do Rio de Janeiro.

V.Exa. dispõe de 1 minuto.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que autorize a divulgação do *Manifesto de Constituintes à Nação*.

Hoje, nesta Casa, fizemos um ato para mostrar que a Constituição brasileira foi feita em um momento especial de nossa história, que marcou o fim da ditadura civil, militar e empresarial, com a participação intensa de diversos setores da sociedade.

Queremos que as investigações de todos os casos de corrupção sejam aprofundadas e não admitimos, sob qualquer pretexto, sua paralisação.

A tentativa de tomada do poder, desrespeitando a Constituição, é golpe que convulsiona a Nação brasileira, produzindo enfrentamento de consequências imprevisíveis, pelo ódio que dissemina.

Nós defendemos a Constituição brasileira! Nós defendemos o Estado Democrático de Direito!

Sr. Presidente, eu peço a divulgação desse manifesto pelos órgãos de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

MANIFESTO A QUE SE REFERE A ORADORA

Manifesto de Constituintes à Nação



A Constituição brasileira foi feita em momento muito especial de nossa história, que marcou o fim da ditadura civil, militar e empresarial, com a participação intensa de diversos setores da sociedade que desejavam virar uma página triste de nossa história.

A Constituição foi construída com o propósito de dotar o País de instituições livres e fortes, praticar a democracia, fazer prevalecer a lei, garantir os direitos individuais e de cidadania, resguardar a soberania nacional e promover justiça social. Nós somos testemunhas daquele momento.

Romper o mandato popular outorgado pela Nação só se admite com observância e respeito às regras dispostas pela própria Constituição. Todas as Constituições são rigorosas a respeito disso, para não se deixarem levar por apetites vorazes pelo exercício do poder político, nem para que a estabilidade das instituições fique ao sabor de grupos políticos e econômicos no afã de impor suas ideologias e interesses sem o respaldo do voto popular.

Somente no caso de cometer crime de responsabilidade descrito no art. 85 da Constituição, o Presidente da República pode ser afastado de suas funções, ter o seu mandato interrompido e desfeita a sua investidura popular.

O processo de *impeachment* que se discute na Câmara dos Deputados não aponta nenhum ato da atual Presidente que tenha ferido qualquer dos casos previstos na Constituição. A alegação do que se chama vulgarmente “pedaladas fiscais” é irrisória, não representa nenhuma apropriação de recursos públicos, nenhum desvio, tão somente a utilização de recursos disponíveis em órgãos públicos, como Caixa Econômica, BNDES e Banco do Brasil, para pagamento de benefícios sociais a pessoas carentes e necessitadas. Referem-se a mandato anterior já findo, e as contas de 2015 ainda não foram prestadas, nem analisadas pelo TCU e pelo Congresso Nacional.

Invocar argumentos frágeis para destituir a Presidente eleita por voto popular fere e desrespeita a Constituição, nega e fragiliza a democracia e instabiliza a República. As instituições estão funcionando regularmente, os direitos e garantias individuais estão protegidos, os casos de corrupção estão sendo apurados e gente poderosa, pela primeira vez, está sendo punida, o que é motivo de orgulho para o povo brasileiro.



Queremos que as investigações de todos os casos de corrupção sejam aprofundadas e não admitimos, sob qualquer pretexto, a sua paralisação.

A tentativa de tomada do poder, desrespeitando a Constituição, é golpe que convulsiona a Nação brasileira, produzindo enfrentamentos de consequências imprevisíveis, pelo ódio que dissemina.

Defendemos a Constituição brasileira! Defendemos o Estado Democrático de Direito!



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Lauro Filho.

O SR. LUIZ LAURO FILHO (PSB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nesses poucos segundos, gostaria de registrar a presença em plenário de um grande amigo, o Dr. José Higino Steck, médico com doutorado, de Campinas, região importante para a medicina do País, onde está o Hospital Municipal Mário Gatti, a Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP, a Pontifícia Universidade Católica de Campinas — PUC-Campinas, dentre outros.

O Dr. José Higino Steck está participando de um congresso importante em Brasília. Como ele veio visitar esta Casa, eu o convidei para conhecer o plenário.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de registrar a presença do Dr. José Higino Steck, grande amigo deste Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - É um prazer tê-lo aqui, Dr. José Higino Steck. Parabéns pelo doutorado!



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues, do PSOL do Pará, por 1 minuto.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero solidarizar-me com a categoria dos professores universitários, dirigidos pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior — ANDES, que paralisaram suas atividades numa sinalização de resistência à tentativa de Governadores de Estados brasileiros e do Distrito Federal de impor, em nome da redução da dívida de Estados e Municípios, um massacre aos direitos dos servidores em geral e dos professores em particular.

No meu Estado, a Universidade Federal Rural da Amazônia — UFRA, a Universidade Federal do Pará — UFPA e a Universidade Federal do Oeste do Pará — UFOPA estão ativas nesse movimento de resistência contrário a congelamentos de salários, a dispositivo que impede a atualização dos salários por 5 anos, a implantação de um programa de demissão voluntária. Além disso, o dispositivo prevê a inviabilidade de novos concursos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em reação ao Projeto de Lei Complementar nº 257, 2016, de iniciativa do Executivo, que propõe a retirada de direitos dos servidores públicos, uma parcela importante dessa categoria paralisa suas atividades em todo o País, hoje, quinta-feira, dia 14 de abril.



Em especial no Estado do Pará, a paralisação será realizada pelos servidores da Universidade Federal do Pará — UFPA, da Universidade Federal Rural da Amazônia — UFRA e da Universidade Federal do Oeste do Pará —UFOPA.

A nefasta proposta do Executivo, que está prestes a ser votada nesta Casa, tem o objetivo declarado de ampliar o controle sobre os gastos públicos, o que não consigo vislumbrar se considerarmos a esperada queda da qualidade do serviço público, o que é previsível diante da redução da força de trabalho a ser estimulada pelo projeto.

O PLP 257/16 é extremamente danoso aos servidores, pois congela os salários, impedindo a atualização deles pelo prazo de 5 anos; estimula a demissão voluntária e, ainda, ampara a não realização de concursos públicos, ignorando o déficit de pessoal existente em diversas áreas do serviço público. O projeto deverá ser votado no dia 10 de maio.

A paralisação vai iniciar-se às 8 horas da manhã, em frente aos portões da UFPA e da UFRA, em Belém. Os sindicalistas vinculados ao Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior — ANDES criticam, com razão, a União por querer economizar em cima do servido, para pagar as contas públicas, especialmente o endividamento público, e continuar enriquecendo os bancos.

Os sindicalistas destacam, ainda, o retrocesso em relação à política de valorização do salário mínimo, que afetará milhares de brasileiros que têm como única fonte de renda o salário mínimo, que hoje vale 880 reais.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Foletto.

O SR. PAULO FOLETTTO (PSB-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Carlos Manato, o que eu vou falar interessa a V.Exa. e a todo cidadão do Estado do Espírito Santo.

O dito popular “*colocar a raposa dentro do galinheiro*” aplica-se integralmente ao que está acontecendo no Espírito Santo com relação à Agência Nacional de Transportes Terrestres — ANTT. É uma vergonha a Agência estar “morando” no prédio da EcoRodovias, concessionária do trecho da BR-101 no Estado do Espírito Santo, de uma parte do trecho no Rio de Janeiro e de outra parte na Bahia, por cuja duplicação será a responsável.

Ocorre que o órgão fiscalizador, que deveria ver se a concessionária age de acordo com o contrato, está “morando e dormindo” na casa da concessionária. Isso é uma vergonha!

O Presidente da ANTT tem que tomar uma providência com relação a essa situação no Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado. Faço minhas as suas palavras. Temos de estar atentos, porque é um absurdo isso que está acontecendo no nosso querido Espírito Santo.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos, do PSDB do Ceará.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, nobres Parlamentares, na manhã de hoje, participamos de evento coordenado pelos Deputados Carlos Sampaio, do PSDB, e Mendonça Filho, do DEM de Pernambuco, quando tivemos a oportunidade de ouvir vários juristas renomados e ex-Ministros do Tribunal Superior Eleitoral.

Na ocasião, foi entregue o livro *Impeachment: Instrumento da Democracia*. É importante vermos que aqui está consubstanciado que não há crime, como dizem que se trata de golpe. Está consubstanciado que a Presidente Dilma Rousseff efetivamente descumpriu a Constituição. Ela descumpriu várias leis.

O lançamento deste livro e o debate com juristas são importantes para os Parlamentares que usam a tribuna quando dizem que se trata de golpe.

É possível ler determinados artigos para ver que realmente não se trata de golpe. Trata-se, acima de tudo, de preceito constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Geraldo Resende.

O SR. GERALDO RESENDE (PSDB-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, começa hoje e vai até o dia 29 deste mês a Caravana da Saúde de Dourados, que atenderá toda a região da Grande Dourados.

O Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, do PSDB, criou uma megaestrutura para atender 25 mil pessoas em Dourados, nesses dias. Serão realizadas as chamadas cirurgias represadas, às quais as pessoas demandam de 5 a 10 anos para ter acesso. Também serão feitos exames complementares e vários outros atendimentos, já que um *pool* de entidades se fará presente.

Quero, mais uma vez, parabenizar o Governador Reinaldo Azambuja por essa feliz iniciativa. Espero que isso verdadeiramente acabe com a chamada “fila da vergonha”, como dizem alguns jornais da cidade, e com o sofrimento da população de Dourados e região.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, começa hoje e vai até o dia 29 deste mês a Caravana da Saúde em Dourados.

Durante todos esses dias, estão previstos 19 mil atendimentos. Somente na oftalmologia, são esperadas 9 mil consultas e 4 mil cirurgias. Isso deve praticamente zerar a fila de pacientes com cataratas.

Estão previstos 1.550 atendimentos diários nas especialidades de dermatologia, odontologia, pediatria, neurologia, cardiologia, urologia e ginecologia,



bem como a realização de aproximadamente 4,5 mil exames básicos, complementares ao diagnóstico do médico, como os de IMC, glicemia, Papanicolau, HIV, pressão arterial, tipagem sanguínea, PSA, hepatites B e C, mamografias e ultrassom de última geração.

Além disso, estão previstas 1,6 mil cirurgias eletivas em ambiente hospitalar, a exemplo de cirurgias para incontinência urinária e retirada de miomas, na área de ginecologia. Essas foram conquistas especiais do nosso mandato para as mulheres de Dourados.

Por meio desse programa, o Governo de Mato Grosso do Sul, chefiado pelo PSDB, desloca uma grande estrutura para os Municípios, onde realiza, em regime de mutirão, consultas e cirurgias em diversas especialidades, possibilitando o fim de procedimentos “represados”, ou seja, atendimentos de pessoas que se encontram, em alguns casos, há 5 ou até 10 anos sem atendimento.

A Caravana da Saúde vem percorrendo o Estado desde maio do ano passado e agora chega a Dourados, para diminuir a enorme e vergonhosa fila de espera de pacientes, que aguardam, há anos, por uma consulta, um exame ou até mesmo uma cirurgia. São milhares de pessoas — homens e mulheres, crianças, jovens, adultos e pessoas idosas — que aguardam por procedimentos desde os mais simples até os mais complexos, mas que têm sofrido um verdadeiro calvário na rede pública municipal de saúde, em função da má gestão e do pouco compromisso e responsabilidade das prefeituras com a saúde dos sul-mato-grossenses últimos anos.

Sr. Presidente, a Caravana da Saúde tem outro ponto positivo, que é o de contar com o apoio de mais de 40 instituições parceiras, entre elas, o Tribunal de



Justiça do Estado, o Ministério Público Estadual, o Hospital de Câncer Alfredo Abrão, o Hospital do Câncer de Barretos, a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros, entre outras.

Também acompanha o projeto o ônibus de prevenção ao câncer de mama, da Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul — CASSEMS, a biblioteca itinerante do Serviço Social do Comércio — SESC e o caminhão de saúde ocupacional da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul — FIEMS.

Todos esses parceiros estão comprometidos com o ideal de melhorar, de verdade, a saúde do povo do Mato Grosso do Sul. Quando parcerias como estas dão certo, o reflexo positivo na população é imediato, as pessoas valorizam e reconhecem o trabalho das pessoas envolvidas.

Este é o jeito de o Governador Reinaldo Azambuja governar: cuidar das pessoas e oferecer uma saúde de qualidade para todos.

Por fim, com o êxito já consagrado, o programa encerrará as atividades da Caravana da Saúde, sem necessidade, por hora, de um novo mutirão da saúde, desde que as prefeituras desenvolvam um trabalho coerente e correto.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Jose Stédile. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. JOSE STÉDILE (PSB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vacinação não é custo: é investimento. Quanto mais vacinação contra doenças tivermos em nosso País, menor será o Custo Brasil dos Governos Federal, Estaduais e Municipais nos postos de saúde e nos hospitais.

Deixo uma sugestão muito importante para o meu Estado, o Rio Grande do Sul, e para Santa Catarina e o Paraná. Hoje milhares de pessoas estão gripadas em nosso Estado. A sugestão é que se antecipe a vacinação contra a gripe, que será feita agora em maio. Se a vacinação tivesse sido feita em fevereiro, não estaríamos vivendo o problema que estamos vivendo no Estado do Rio Grande do Sul neste momento.

A Vereadora Márcia, de Lagoa Vermelha, cidade em que há muitas pessoas gripadas, e vários Secretários me ligam sugerindo que seja antecipada a vacinação, no próximo ano, contra a gripe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Misael Varella, do Democratas de Minas Gerais, por 1 minuto.

O SR. MISAEL VARELLA (DEM-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, companheiro Deputado Carlos Manato, Sras. e Srs. Parlamentares, espero que as recentes epidemias de dengue, zika e, agora, da gripe H1N1 possam servir de lição para a saúde pública no Brasil, pois é preciso fortalecer as políticas de prevenção e combate às doenças e também de saneamento, especialmente nas áreas de vulnerabilidade social.

Também espero que as mortes, os casos de microcefalia e as enormes filas de vacinação sirvam para que possamos aperfeiçoar o combate a doenças que já deveriam ter sido erradicadas no Brasil.

Peço, Sr. Presidente, que o meu discurso seja dado como lido e divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, espero que as recentes epidemias de dengue, zika e, agora, da gripe H1N1 possam servir de lição para a saúde pública no Brasil: é preciso fortalecer as políticas de prevenção e combate às doenças e também de saneamento, especialmente nas áreas de vulnerabilidade social.

Também espero que as mortes, os casos de microcefalia e as enormes filas de vacinação sirvam para que possamos aperfeiçoar o combate a doenças que já deveriam ter sido erradicadas no Brasil.



Nesta semana, a Organização Mundial da Saúde — OMS afirmou que os programas de combate ao *Aedes aegypti* entraram em “colapso” e associou os casos de à pobreza e a falta de investimentos. A OMS ressaltou que os governos terão de garantir esgotos adequados em favelas, dentre outras medidas.

Já a corrida por vacinas contra a gripe H1N1 — que, até a última sexta-feira, já contabilizava 71 mortes no País — fez com que clínicas particulares e até mesmo concessionárias de veículos ficassem com enormes filas para imunizar jovens, adultos, crianças e idosos contra a doença. Apenas nessa segunda-feira teve início uma campanha de vacinação com os chamados “grupos prioritários”, que são crianças de 6 meses a 5 anos, idosos e gestantes.

Prevenção é sinônimo de antecipação de algum fato ou mal. Por isso, cabe ao poder público, que possui orçamento e deveres suficientes, o papel de antever situações que possam oferecer algum risco à população. Hoje o Brasil não tem do que se orgulhar com relação a campanhas de prevenção e combate aos vírus da zika, da dengue e, agora, da H1N1.

Tenho dito.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Marcon, do PT do Rio Grande do Sul, por 1 minuto.

O SR. MARCON (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero dar como lido o meu pronunciamento no dia de hoje.

O próximo domingo, 17 de abril, que é um dia de luta pela terra, quando lembramos a morte de 21 companheiros em Eldorado dos Carajás, no Pará, irá se transformar também num dia de luta pela democracia.

Eu vou votar “não”, em defesa da luta pela terra e pela reforma urbana, em nome do Movimento Nacional de Luta pela Moradia. Eu vou votar “não”, em defesa do direito dos trabalhadores do campo e da cidade. Eu sei que a chapa de Michel e Cunha vai tirar dos trabalhadores o direito de se aposentarem com menos de 65 anos, seja homem ou mulher.

Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, peço a V.Exa. que o meu discurso seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. será atendido, Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidores desta Casa, o próximo domingo será um dia histórico para o Brasil. Será o dia em a população brasileira saberá quem são os golpistas que querem rasgar a Constituição brasileira, mas também quem são os defensores dos trabalhadores deste Brasil.

Eu digo isso com a maior tranquilidade, pois quero que a população brasileira tenha a convicção de que aqueles que querem dar um golpe no próximo domingo fazem isso por possuírem duas intenções principais, quais sejam: assumir a cadeira



da Presidência da República sem passar pelo voto do povo brasileiro; e retirar os direitos dos trabalhadores deste País.

Os golpistas desejam, a todo custo, retirar dos trabalhadores brasileiros os direitos trabalhistas e sociais que foram conquistados com muito suor.

Os golpistas querem assumir o poder para acabar com os movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, o Movimento dos Pequenos Agricultores, o Movimento dos Trabalhadores do Campo, entre outros.

A população brasileira não pode se deixar enganar. O golpe que se tentará praticar no próximo domingo representa um retrocesso aos direitos sociais e trabalhistas e às liberdades de toda a população brasileira.

É por isso que o golpe não será praticado neste País. O retrocesso não se instalará neste País. Lutaremos até o fim, para que a democracia prevaleça.

E concludo dizendo: *“Nenhum direito a menos, nenhum passo atrás”*. Não vai ter golpe!

Era isso, Sr. Presidente!



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Augusto Coutinho, que falará em permuta com este Presidente.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SD-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, fico a observar e a ouvir os Deputados do PT falarem em golpe a todo momento.

No entanto, eles se esquecem de dizer que o parecer que rejeitava as contas da Presidente Dilma Rousseff foi aprovado por unanimidade pelos Ministros do Tribunal de Contas, boa parte dos quais, inclusive, foi nomeada pelo Partido dos Trabalhadores. Eles se esquecem de observar o que acontece no Brasil hoje, a roubalheira deslavada a que nós assistimos.

Muitas das figuras proeminentes e importantes do Partido dos Trabalhadores já foram julgadas e estão presas. Os dois tesoureiros do partido responderam a processos nas instâncias judiciais e estão presos.

Portanto, Sr. Presidente, é lamentável ficarmos ouvindo que há um golpe. Vai haver *impeachment!*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly, do PSDB do Paraná. S.Exa. tem 1 minuto.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pela constitucionalidade, pela legalidade e com a chancela do Supremo Tribunal Federal, eu vou votar “sim” ao *impeachment*, que é um processo democrático, republicano e legal.

Fico admirado ao ver como o ex-Presidente Lula está ajudando a Dilma. No dia da votação na Comissão Especial do Impeachment, ele estava em um *show* no Rio de Janeiro. Imaginem como ele ajudou a Dilma naquele dia, no Rio de Janeiro! Ele estava cantando e, segundo um noticiário, bem eufórico.

O que ele fez com o José Dirceu, com o Delúbio, com o Vaccari, com o Palocci, além de outros, está fazendo com a Dilma. Coitada da Dilma! Se depender do Luiz Inácio Lula da Silva, ela já está cassada!

Qual deveria ser o lugar de Lula, se estivesse defendendo a Dilma? Deveria ser aqui. Por isso, eu tenho a certeza de que Lula já jogou a toalha.

Impeachment já!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Raquel Muniz. S.Exa. tem 1 minuto.

A SRA. RAQUEL MUNIZ (Bloco/PSD-MG. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, hoje pela manhã, no Senado Federal, a Comissão Mista da Medida Provisória nº 707, de 2015, comandada pelo experiente Senador e ex-Ministro Fernando Bezerra Coelho, juntamente com o Relator, o Deputado Marx Beltrão, concluiu o seu importante relatório.

A Medida Provisória nº 707 contempla o Nordeste brasileiro, mas também o norte de Minas Gerais, os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Sabemos que essas regiões necessitam muito de ajuda.

Foram 60 dias de trabalho. E o Relator, o Deputado Marx Beltrão, acatou as nossas emendas, que, com certeza, irão minimizar os problemas do nosso Semiárido.

Conclamo todos para, no momento em que for sancionada a MP, estarmos no norte de Minas Gerais, levando essa boa notícia aos norte-mineiros e sendo recebidos pelos Prefeitos da região.

Solicito, Sr. Presidente, que o meu pronunciamento seja dado como lido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputada.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o relatório da Medida Provisória nº 707, de 2015, trata de questões importantes para os nossos produtores rurais. Hoje participei do debate sobre o relatório na Comissão e vi que questões antigas estão nele contempladas.



Temos lutado muito por isso. Agradeço à bancada do Nordeste por ter me acolhido e deixado participar dessa luta, porque, afinal, o meu norte de Minas também faz parte do Semiárido. Lá os nossos agricultores enfrentam os mesmos problemas dos agricultores do Nordeste.

Depois de idas e vindas, de debates intensos em defesa desses que são o esteio da nossa economia, nós estamos avançando. Hoje pela manhã, durante a reunião da Comissão Mista, tão bem comandada pelo experiente Senador e ex-Ministro Fernando Bezerra, pudemos enxergar uma luz no fim do túnel. E os nossos agricultores se encheram da esperança, porque vão poder continuar trabalhando na terra, vão ter condições de continuar produzindo e levando alimento para a mesa dos brasileiros.

Agradeço ao nobre Relator, o Deputado Marx Beltrão, por ter acatado as minhas sete emendas, que cuidam de trazer os benefícios da MP 707 também para a minha região.

São conquistas como estas que nos empurram para frente, que nos dão a certeza de que podemos fazer a diferença, de que podemos ajudar aqueles que produzem e empreendem a continuar mantendo o Brasil nos trilhos do desenvolvimento.

Quero agradecer aos nossos agricultores pelo empenho e pela confiança em nós. Tenham a certeza de que podem contar comigo nessa causa tão importante.

Obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Gonzaga Patriota, por 1 minuto.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito que sejam dados como lidos e divulgados pelos meios de comunicação da Casa três pronunciamentos que trago hoje

O primeiro é sobre o aniversário de emancipação política do Município de Tuparetama, no Pajeú pernambucano.

O segundo é sobre o falecimento do ex-Senador Ney Maranhão, que teve um papel muito importante durante o *impeachment* do então Presidente Collor. Esse grande pernambucano faleceu na segunda-feira, dia 11 de abril.

O terceiro é sobre os 10 anos do Blog do Magno, que conta o que ocorre no Brasil. Esse *blog* passou de 2 ou 3 mil acessos por dia para 150 mil acessos por dia. O Magno Martins possui também uma rede de emissoras de rádio que transmitem o seu programa. Cumprimento Magno por esse grande *blog*, bem como toda a sua família, Pernambuco e o Brasil.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a programação dos 54 anos de Tuparetama teve seu ápice na última segunda-feira, dia em que o Município comemorou o seu aniversário.

A programação começou com a alvorada musical da Banda Paulo Rocha. Ao meio-dia, aconteceu um almoço de confraternização para os servidores municipais. Houve, às 15 horas, um desfile de carros; às 16 horas, a Corrida Pé Quente; às 17 horas, os parabéns e o corte do bolo gigante de aniversário, no Pátio de Eventos; e,



às 21 horas, *shows* com Forrozão Desejo no Olhar, Vilões do Forró e Forró dos Bossas, também no Pátio de Eventos.

Historicamente, a cidade começou chamando-se Bom Jesus. Posteriormente, recebeu o nome de Tupã e, finalmente, de Tuparetama.

Segundo a tradição oral, o povoado foi crescendo a partir da primeira feira livre, realizada em 1889. A capela dedicada a Bom Jesus, que deu o nome ao povoado, foi construída em 1910.

Em 1938, o povoado foi elevado à categoria de vila, denominada Tupã, pertencente ao Município de Tabira. Nesta época, era costume nomear cidades e povoados com nomes indígenas, daí a troca do nome de Bom Jesus por Tupã, que era a entidade divina dos índios tupis. Entretanto, em 1943, o nome da vila foi alterado para Tuparetama (terra de Deus), por haver uma cidade no Estado de São Paulo com o nome de Tupã.

A emancipação política do Município veio em 31 de dezembro de 1958, após uma segunda tentativa. Nas primeiras eleições municipais, Severino Souto de Siqueira foi eleito como o primeiro Prefeito de Tuparetama.

A emancipação da cidade é lembrada a cada 11 de abril. Ela é tida como pacata e já foi muito arborizada. É apelidada de “Princesinha do Pajeú”.

Havia muitos grupos culturais na cidade, que se destacavam mais fora do que dentro dela e que eram os responsáveis por levar o nome de Tuparetama para todo o Brasil. Um exemplo é a Companhia de Danças Populares de Tuparetama — CDPT, que tinha um espetáculo chamado *Dançando nas Alturas*, em que a dança era executada em pernas de pau, por jovens da cidade.



A cidade ainda conta com uma enorme quantidade de músicos, devido à existência da Banda Paulo Rocha. O nome é uma homenagem ao Maestro Paulo Rocha, um dos maiores músicos da cidade.

Tuparetama também tem grupos de forró, como o Acorde Matuto e o Vozes do Campo. Em outras épocas havia grupos de teatro, como os Teófilos.

Tuparetama já foi um centro de efervescência cultural, mas, devido à falta de investimentos, essa área passou por um longo e difícil período. Aos poucos, ela vem recuperando seus *status* de cidade cultural, com eventos mensais, como *Balaio Cultural* e *Noite de Serestas*, que, no momento, está em pausa.

Tuparetama já teve o melhor São Pedro do Pajeú, uma festa que chamava a atenção de quase todo o interior de Pernambuco, além de um carnaval bem tradicional. As festas do padroeiro e de São Pedro ainda possuem um público razoável. Até 2012, existia o carnaval fora de época, o Tupã Folia, porém as atividades entraram em hiato desde 2013.

Parabéns ao povo de Tuparetama pela passagem da emancipação política do Município.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o corpo do ex-Senador Ney Maranhão, que faleceu aos 88 anos, na manhã dessa última segunda-feira, dia 11 de abril, foi velado no plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco — ALEPE, no Bairro da Boa Vista, área central do Recife.

De acordo com Eduardo Maranhão, neto do ex-Senador, Ney faleceu por causa de um câncer de fígado, descoberto há 2 meses.



O corpo do ex-Senador foi cremado no Cemitério Morada da Paz, em Paulista, Região Metropolitana do Recife, na manhã da terça-feira, 12 de abril. Além dos familiares do ex-Senador, estavam presentes no local representantes da comunidade chinesa do Recife.

Ney Maranhão foi Prefeito de Moreno, no Grande Recife, Deputado Federal por quatro legislaturas e Senador da República de 1988 a 1995. Também ocupou o cargo de Assessor Especial do ex-Presidente Fernando Collor de Mello e foi Presidente da Câmara de Comércio Brasil/China/MERCOSUL/Pacífico. Seus últimos dias foram em Vitória de Santo Antão, na Zona da Mata Sul de Pernambuco.

Maranhão ficou famoso durante um período muito conturbado da recente história política do Brasil: o *impeachment* do ex-Presidente Fernando Collor de Mello. Com seu terno de linho e suas sandálias de couro inseparáveis, ele ficou conhecido por integrar a “tropa de choque colorida”. Foi um dos três Senadores que votaram contra o impedimento do ex-Chefe do Executivo Federal.

Ele era chamado de “Senador boiadeiro” e ganhou fama nacional pela defesa das relações entre o Brasil e a China.

Frasista e contador de histórias, Sr. Presidente, Maranhão adorava os causos do interior de “antigamente” e do folclore, envolvendo as velhas figuras do passado, como a do pai, Constâncio Maranhão. Ney costumava dizer que: “*O pai não gostava de cachorros. Por isso, andava com uma onça. Colocava o bicho no banco do carro e saía*”.

Do pai, Ney também fazia questão de lembrar os conselhos. Dizia que Constâncio o ensinou a ter palavra, ser grato e não adular macho. Ressaltava,



sempre com bom humor, os dois conselhos mais polêmicos: *“Quando conselho não resolve, cacete funciona. Quando cacete não resolve, o 38 funciona”*.

Meus pêsames a toda a família.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os 10 anos do Blog do Magno, comemorados nessa segunda em grande estilo, no Arcádia Recepções, em Boa Viagem, contou também com a distribuição de uma revista que conta a história da página de comunicação e do jornalista Magno Martins.

Editada pela Attiva Editora, a *Movimentto Documenta* traçou uma linha do tempo sobre Magno Martins, desde o início da sua carreira como correspondente do *Diário de Pernambuco*, em Afogados da Ingazeira, Pernambuco, aos dias atuais, quando o *blog* se referenda como uma marca de sucesso com seus quase 2 milhões de acessos.

Ao escrever sobre Magno Martins, a revista mostra um profissional com uma visão integradora e que respira notícia, um farejador que não descansa. O jornalista produz durante 24 horas por dia. Tem um *blog* atualizado em tempo real, com os bastidores da política e do poder.

Na entrevista de abertura, Magno, um dos precursores do jornalismo *on-line* no País, ao falar sobre a nova era da comunicação, afirma que o impresso não morreu. Destaca ele:

“O papel ainda sobrevive por muito tempo, mas é evidente que o modelo de negócio vai ser complementado pelo digital. Sobrevive não pelo saudosismo, como os discos de vinil, mas porque ele é conveniente.”



A revista, em suas 46 páginas, traz uma retrospectiva da vida de Magno, fala do amor pelo pai, a quem chama de fonte inspiração, da parceria com a *Folha de Pernambuco*, da criação do jornal e da Agência Nordeste, que abriu caminho para o *blog*. Mostra o trabalho do pai dos blogueiros em Pernambuco e as andanças pelos Municípios e escolas, para falar sobre revolução digital.

Em outra matéria, está o Magno como autor de cinco livros, sendo quatro deles no estilo reportagem e um de crônicas.

Nessa edição especial, Sr. Presidente, o empresário do Grupo Folha de Pernambuco, o Eduardo Monteiro, qualifica Magno como “um operário da notícia” e descreve o longo período de convivência entre os dois, o que rendeu uma amizade e grandes parcerias.

Políticos, empresários, artistas, personalidades e leitores prestigiaram, no Arcádia Boa Viagem, na zona sul do Recife, os 10 anos do Blog do Magno, que traz os bastidores do poder e da política em primeira mão. Entre os presentes estavam o Governador Paulo Câmara, do PSB; o Prefeito do Recife, Geraldo Júlio, do PSB; e o Ministro do Tribunal de Contas da União, o José Múcio Monteiro.

O evento começou pontualmente às 20 horas. Os convidados foram recepcionados pelo anfitrião Magno Martins e posaram para fotos. Às 21 horas, os mestres da cerimônia, os também jornalistas Beatriz Castro e Francisco José, contaram brevemente a trajetória do *blog*. Um vídeo com depoimentos, como o do Ministro Armando Monteiro, do PTB, do Governador e do Prefeito, revelou também o processo de elaboração da notícia e seus desdobramentos.

Magno acompanhou as imagens ao lado do Prefeito e do Governador e subiu ao palco com o filho mais novo, o João Pedro, para um discurso.



Sem se alongar, Martins rendeu homenagens ao pai, o Gastão Cerquinha. *“Não é jornalista, mas ele escreveu quatro livros. É um apaixonado pelo sertão. É um grande homem e a paixão da minha vida”*, disse Martins, para depois agradecer também a toda a família. Destacou ainda o crescimento do *blog*, que saltou de 3 mil acessos no início para os atuais 150 mil acessos. Martins atribui a evolução à paixão pelo jornalismo e à forma como ele é feito no *blog*: *“O jornalismo é um exercício da cidadania. Se não for feito com este, não dará certo”*.

Para o Presidente Estadual do PSB, o Sileno Guedes, o *blog* é uma leitura obrigatória para quem faz notícia e para quem quer ser informado, mesmo aqueles que não exercem uma atividade política. *“É uma agência em tempo real e com contextualização. É importante principalmente neste momento que o Brasil está passando. Faço uso diário”*, afirmou.

Já o ex-Prefeito do Recife e Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, o João Paulo, do PT, o *blog* é referência porque é um dos poucos que cobre, de fato, da Capital ao Sertão de Pernambuco. *“Tem um papel importante não só pela atualização dos fatos locais (Região Metropolitana) e nacionais, mas por ter penetração no interior do estado. Não é todo colunista que consegue”*, disse o petista.

Após o vídeo, houve o momento do tradicional corte do bolo. Ao lado da esposa, a Vereadora Aline Mariano, do PSDB, Magno Martins selou os 10 anos do *blog* e abriu o baile, que foi animado pela Orquestra Maximus. Também houve participação especial de artistas como Josildo Sá, Maria da Paz e Flávio Leandro, além da banda Brucelose.

Parabéns ao amigo e competente jornalista Magno Martins pela passagem dos 10 anos do seu *blog*!



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Coronel e Deputado Alberto Fraga, do DEM, por 1 minuto.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só queria dar uma notícia aos Deputados *pró-impeachment* e aos Deputados contra o *impeachment*. Estive em reunião com o Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal e informo que, com relação à segurança pública no domingo, S.Exas. podem ficar despreocupados, porque serão mais de 3.500 homens. E aquela divisão que chamam de “Muro de Berlim” servirá, na verdade, para acalmar os ânimos dos mais exaltados.

As pessoas do lado do bem, nós sabemos que não trarão problema algum. Agora, haverá cachorro e cavalo e haverá policial com escudo. Ou seja, os manifestantes que virão participar de uma festa democrática podem ficar despreocupados.

As ameaças que nós temos visto e ouvido por aí não irão se concretizar, até porque todos sabem que, se houver qualquer tipo de ação arbitrária, a polícia estará lá para prender os malfeitores.

Portanto, deixo aqui este registro.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra, por 1 minuto, ao nobre Deputado João Gualberto, do PSDB da Bahia.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria aproveitar para parabenizar o meu querido Município de Mata de São João, do qual tive a honra de ser Prefeito de 2005 a 2012, pelos 170 anos de emancipação política.

Mata de São João, apesar de toda a crise por que passam o Brasil e os Municípios brasileiros, foi o Município que, em 2015, mais emprego gerou na Bahia e o nono que mais emprego gerou em todo o Brasil.

Hoje 100% da população de Mata de São João está sendo atendida pelo Saúde da Família. Temos a melhor educação fundamental da Região Metropolitana da Bahia, superando Municípios como Camaçari e Salvador, segundo dados do Ministério da Educação. Além do mais, 70% da cidade possui esgotamento sanitário.

Quero parabenizar toda a população de Mata de São João, Município que tive a honra de governar durante 8 anos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Chico Alencar, do PSOL do Rio de Janeiro.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Carlos Manato, todos dizem que essas sessões que vivemos são históricas.

A história pode ter momentos agudos, iluminados ou sombrios, cinzentos ou multicores, opacos ou brilhantes. A nossa visão é de que entramos numa quadra deprimente. As decisões que tomaremos aqui serão muito motivadas pela disputa imediata do poder.

É preciso pensar grande. Foi isso o que fizeram vários intelectuais, economistas e sociólogos, consultados pela *Folha de S.Paulo*, num caderno especial publicado no último domingo. Ali foram ouvidos 13 intelectuais, 21 dos quais apresentaram razões de fundo que escapam e vão além do debate apaixonado, para serem contra a destituição da Presidente. Destaco aqui a manifestação de todos eles.

Quero, Sr. Presidente, neste início de sessão, deixar registrado o meu pronunciamento nos Anais da Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todas ou todos que assistem a esta sessão ou nela trabalham: ouvir ou ler estudiosos sempre faz bem.

Destaco, para os Anais da Casa, trechos de manifestações de respeitados intelectuais, cientistas políticos, sociólogos e economistas do nosso País, contrários



ao que chamo de “farsa do *impeachment*”. Eles foram publicados em matéria do jornal *Folha de S.Paulo* do último domingo, 10 de abril. Ali, 21 dos 31 ouvidos manifestam-se contra este *impeachment*. Como se lê, estamos em qualificada companhia...

“Sou contra o impeachment por violentar os princípios básicos de nossa democracia. (...) A crise poderá deixar um legado positivo se nós conseguirmos aprender com ela sem ferir a essência de nossa democracia.”

Paul Singer, 84 anos, economista, participou da fundação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento — CEBRAP, em 1969, e do Partido dos Trabalhadores, em 1980. É Secretário Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego.

“Sou contra. Quem viveu 21 de 73 anos sob o guante da ditadura desenvolveu anticorpos que identificam rapidamente os vírus do arbítrio. Dilma recebeu o mandato pelo sufrágio universal. Presidente não pode ser tratado como técnico de futebol: se a galera não está gostando, ‘a gente trocamos’. (...) Imagino que uma desejável reforma política deva incluir debates sobre a forma de governo para não falar das relações entre a grande empresa, o Estado e o financiamento de campanhas.” (...) Imagino que uma desejável reforma política deva incluir debates sobre a forma de governo,



para não falar das relações entre a grande empresa, o Estado e o financiamento de campanhas. (...) Espero a participação cada vez mais intensa na vida pública dos movimentos populares. Tão intensa quanto serena e persistente. Um contraponto aos poderes dos mercados financeiros, já não mais invisíveis em suas truculentas exigências e ineficiências.”

Luiz Gonzaga Belluzzo, 73 anos, ex-Assessor Econômico do Movimento Democrático Brasileiro — MDB e Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (Governo José Sarney). É professor titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP e consultor editorial da revista *CartaCapital*.

“Sou contra. Até o momento não há nenhuma evidência de responsabilidade da presidente em crime que justifique o pedido de impeachment.”

Angela Alonso, 46 anos, professora do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo — USP e Presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento — CEBRAP. É autora de *Flores, Votos e Balas* (Companhia das Letras, 2015) e colunista da *Ilustríssima*.

“Eu sempre fui contra o impeachment, porque ele exige uma violação de função. Nunca me convenci de que as puras mutretas que chamaram de "pedaladas" seriam justificativa. Elas vêm desde Dom João VI.”



Delfim Netto, 87 anos, economista, ex-Ministro da Fazenda (Governos Costa e Silva e Médici), ex-Deputado Federal, professor catedrático da USP e colunista da *Folha*.

“Sou totalmente contra o impedimento. Os motivos alegados não me convencem e o impedimento provavelmente só agravaria a difícil situação política e econômica do país.”

Antonio Candido, 97 anos, sociólogo e crítico literário, um dos fundadores do Grupo Clima, autor de *Formação da Literatura Brasileira* (Livraria Martins, 1959). Professor aposentado da USP, lecionou nas universidades de Paris e Yale e participou da fundação do Partido dos Trabalhadores, em 1980.

“Dilma foi eleita, tem que cumprir o mandato. Não há delitos claramente imputáveis.”

Luiz Felipe de Alencastro, 70 anos, historiador e cientista político, professor da Escola de Economia de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, professor emérito da Universidade de Paris Sorbonne e autor de *O Trato dos Viventes* (2000).

“O processo do impeachment em andamento não consegue escapar de ser uma pedalada jurídico-legislativa. Sou contra essa tentativa de virar o jogo institucional destituindo uma presidente da República.”

José Miguel Wisnik, 67 anos, músico, compositor e ensaísta, professor de literatura brasileira na USP, autor de *O Som e o Sentido* (Companhia das Letras, 1989) e *Veneno Remédio* (Companhia das Letras, 2008).



“O governo Dilma, e também o de Lula, é uma derrota fragorosa da esquerda no Brasil e termina de forma trágica em um escândalo de corrupção. Isso, contudo, não justifica a tese do impeachment. Não temos nenhuma prova material de crime da presidente. Vê-se um processo de jogar fora um governo que serviu à classe dominante, que agora quer um governo Macri, ‘um dos nossos’.”

Ricardo Antunes, 63 anos, professor titular de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas, autor de *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III* (2014).

“Qual a legitimidade de um processo de impeachment sem crime de responsabilidade comandado por Eduardo Cunha, réu de diversos processos já acatados pelo STF, e que favoreceria seu próprio partido, fortemente torpedeado por acusações da Lava Jato?”

Walter Salles, 59 anos, cineasta, realizador de filmes de ficção, como *Diários de Motocicleta* (2004), e documentários, como *Jia Zhangke, Um Homem de Fenyang* (2014).

“O único pressuposto do governo democrático é a soberania popular, exercida pelo voto. Está acontecendo um golpe. Sem respeito à soberania popular, acontecendo um golpe, haverá um quadro de caos e violência. A saída é evitar o golpe. (...) O golpe tem um braço midiático, de combate seletivo à corrupção, que é a senha da



manipulação de um público desinformado, e atende a necessidades econômicas do andar de cima. Mesmo um reformismo fraco é muito para o Brasil.”

Jessé Souza, 56 anos, autor de *A Tolice da Inteligência Brasileira* (2015), Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA, é professor titular de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense e foi professor convidado na Universidade de Bremen.

“Está na internet um manifesto das “Periferias Contra o Golpe”, assinado por cerca de 400 associações culturais. Digamos que se trata de uma fração esclarecida e auto-organizada do povão. Sem defender as políticas do governo, o documento se contrapõe à casa-grande e exige respeito ao resultado das urnas.”

Roberto Schwarz, 77 anos, crítico literário e ensaísta, autor de *Um Mestre na Periferia do Capitalismo* (1990) e *As Ideias Fora do Lugar* (2014).

“A presidente Dilma Rousseff não cometeu crime de responsabilidade. A pedalada fiscal não é crime de responsabilidade. (...) O Brasil só se fortalecerá se o golpe fracassar. Se triunfar, teremos um coquetel explosivo: governo ilegítimo mais política econômica recessiva.”

Fernando Morais, 69 anos, jornalista e escritor, autor de biografias, como *Olga* (Alfa Ômega, 1985) e *Chatô - O Rei do Brasil* (Companhia das Letras, 1994).



“Contra. Porque o voto é o momento “tabu” de qualquer democracia. Eu não votei nela (votou nulo), mas, como não vejo vínculo pessoal da presidente com falcatruas, acho que quem apertou o botãozinho com a foto dela, arrependido ou não, merece respeito.”

Nuno Ramos, 56 anos, escritor, compositor e artista plástico, foi integrante do coletivo Casa 7, é autor de livros de prosa, como *Ensaio Geral* (Globo, 2007), e de poesia, como *Sermões* (Iluminuras, 2015).

“Sou contra o impeachment e quero que a presidenta Dilma termine seu mandato. É inaceitável que, em meio a tantos escândalos de corrupção, uma Câmara dos Deputados presidida por um político acusado na Lava Jato, cujas ambições só não são inconfessáveis porque ele não se preocupa em escondê-las, conduza o julgamento de uma presidenta contra a qual não existe acusação.”

Maria Rita Kehl, 64 anos, psicanalista e ensaísta, autora de *O Tempo e o Cão* (Boitempo, 2009) e de *18 Crônicas e Mais Algumas* (Boitempo, 2011), foi integrante da Comissão Nacional da Verdade.

“Sou contra o impeachment de Dilma Rousseff (...). Não porque ache que impeachment seja golpe — é um expediente constitucional, sistematicamente considerado pelo PT, antes que o partido se lambuzasse no poder. (...) Sou contra o impeachment porque penso que este não é



o melhor caminho para o país. Secundariamente, porque não desejaria deixar nenhuma desculpa esfarrapada nas mãos do PT, permitindo que seus líderes e fiéis passassem a atribuir a um 'golpe' a irresponsabilidade, a incompetência e a degradação do governo e do partido, que fizeram o Brasil entrar em parafuso. Além disso — 'last but not least', jamais moveria uma palha para ajudar Temer e bandoleiros do PMDB (coadjuvados por "santinhos" tucanos) a se mudarem do Jaburu para o Alvorada."

Antonio Risério, 62 anos, antropólogo, poeta e ensaísta, idealizador do projeto geral para implantação do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, e do museu Cais do Sertão Luiz Gonzaga, em Pernambuco, autor de *A Utopia Brasileira* e os *Movimentos Negros* (ed. 34, 2007) e *Mulher, Casa e Cidade* (ed. 34, 2015), participou das campanhas de eleição e reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República.

"Derrubar ou mudar governos desta forma não está dado em lugar nenhum do mundo. (...) Governos não caem como resposta imediata à opinião pública. O pedido assinado por Hélio Bicudo e outros juristas é, para dizer o mínimo, bem fraco e inconsistente."

Fernando Limongi, 58 anos, doutor em Ciência Política pela Universidade de Chicago, é professor titular do Departamento de Ciência Política da USP,



pesquisador sênior do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento — CEBRAP e Vice-Coordenador do Núcleo de Estudos Comparados e Intencionais da USP.

“Sou contra. No meu entender o delito alegado não justifica o pedido, e sobre ele não há consenso. A interrupção de um governo democraticamente eleito só deve ocorrer quando não há outra saída.”

Laura de Mello e Souza, 63 anos, historiadora, autora de *O Diabo e a Terra de Santa Cruz* (Companhia das Letras, 1986) e organizadora do volume *Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*, da coleção *História da Vida Privada no Brasil* (Companhia das Letras, 1997). Professora aposentada da USP, lecionou na Universidade de Texas/Austin e atualmente ensina na Universidade de Paris-Sorbonne (Paris IV).

“O que vemos hoje é uma busca sôfrega de um fato ou de uma interpretação jurídica para justificar o impeachment. (...) Somem-se a isso os vícios inerentes à própria comissão de análise do processo de impeachment: dos 65 indicados, ao menos 21 respondem a inquérito ou ação penal. Na mesma condição estão 13 suplentes. Quarenta receberam doações de empresas investigadas na Lava Jato. Qual a autoridade legal e moral desses parlamentares para atuar no processo de impeachment?”

Paulo Sérgio Pinheiro, 72 anos, doutor em Ciência Política pela Universidade de Paris, é professor titular de Ciência Política da USP e Presidente da Comissão



Independente Internacional de Investigação da Organização das Nações Unidas sobre a República Árabe da Síria. Foi Secretário de Estado de Direitos Humanos (Governo FHC) e coordenador da Comissão Nacional da Verdade.

“Sou a favor de que Dilma cumpra seu mandato até 2018, apoiada por uma frente popular de movimentos culturais de todos os artistas, cientistas, índios de muitas etnias, sindicatos, ecologistas, LGBT; de todos os partidos, onde ainda re-exista a paixão pela Liberdade Democrática – inclusive os da oposição-; dos movimentos dos sem-terra e sem-teto; das mulheres vadias ou não”

Zé Celso Martinez Correa, 79 anos, ator e encenador, Presidente e Diretor Artístico da Associação Teatro Oficina Uzyna Uzona

Agradeço a atenção.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Joaquim Passarinho. S.Exa. tem 1 minuto.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (Bloco/PSD-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi com uma satisfação muito grande que a bancada do PSD se reuniu ontem, nesta Casa, para deliberar sobre a posição do nosso partido no próximo domingo, quando iremos votar o impedimento da Presidente Dilma.

Por maioria absoluta, uma maioria bem expressiva, a bancada decidiu votar “sim”, pelo afastamento da Presidente, por não aguentar mais a atual situação e por entender que o Governo não tem condições de tirar o País da crise em que se encontra.

Para nós, isso não é uma briga entre partidos, não é uma briga entre PT ou PSDB, partidos aliados ou não. A nossa questão é tirar o Brasil da crise, é tirar o Brasil desse marasmo, para que ele passe a ser o País do desenvolvimento, do progresso e do emprego.

Nós votaremos “sim”, principalmente por uma política que tenha mais ética e moral, que é do que estamos precisando. Espero que possamos passar tudo isso a limpo, para que tenhamos uma política com respeito e para que a população possa acreditar em nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy, por 1 minuto.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria mais uma vez parabenizar o Ministério Público do Estado do Pará, que tem tido uma postura muito vigilante em relação à prática de crimes de improbidade.

Agora, no Município de Santarém Novo, o Prefeito Pedro Japonês e o Vice-Prefeito Paulo Campos foram vítimas da Operação Guaiamum. Houve a apreensão de armas nas casas do Prefeito e de seu Vice e foi visitada uma empresa fantasma, a Ferreira Viggiano, que funcionava num quarto de pensão. Houve um desvio de mais de 803 mil reais em vários contratos superfaturados, como demonstrado pelo Tribunal de Contas do Município, pela Câmara de Vereadores e pelo Ministério Público.

Registro, portanto, a nossa congratulação ao povo de Santarém Novo e ao Ministério Público do Estado do Pará, que está vigilante e atuando contra esses crimes de improbidade que lesam os interesses municipais.

Sr. Presidente, peço que V.Exa. autorize a divulgação deste pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Prefeito de Santarém Novo, Município no nordeste paraense, está sendo acusado pelo Ministério Público do Estado do Pará de improbidade administrativa, pelo desvio de verbas da saúde em contratos fraudulentos.



O Prefeito Sei Ohaze, do PMDB, o “Pedro Japonês”, é alvo de ação civil pública proposta pela promotoria, baseada em inquérito que revelou a existência de diversas irregularidades nas contas do exercício financeiro de 2009, que foi reprovado pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Pará — TCM-PA.

Ohaze já tinha sido afastado em março do ano passado, por decreto legislativo da Câmara Municipal. E, em abril, a Operação Guaiamum, do Ministério Público do Estado do Pará, cumpriu mandados de busca e apreensão para colher provas de fraudes em licitações e outras irregularidades na gestão do Prefeito e de seu Vice, Paulo Neves Campos.

Com apoio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado — GAECO e da Polícia Rodoviária Federal — PRF, foram apreendidas na casa do Prefeito sete armas de grosso calibre, revólveres e escopetas, sendo uma com numeração raspada, caso em que não cabe fiança, além de munição.

Nas duas residências do Vice-Prefeito foram apreendidos documentos relacionados à Prefeitura, principalmente a licitações municipais. Já na sede da Prefeitura, aconteceu a apreensão de dezenas de processos licitatórios.

Os representantes do Ministério Público do Estado estiveram também na Ferreira Viggiano e Cia. Ltda. — ME, empresa fantasma de propriedade do Prefeito Ohaze, localizada no Município. No endereço do estabelecimento, foi encontrado apenas um quarto de pensão.

Segundo as novas acusações apresentadas pelo o Ministério Público, ao fechar contrato com três empresas, o Prefeito não comprovou o envio do processo licitatório ou do termo de dispensa de licitação, deixando de cumprir a legislação e



causando aos cofres públicos um prejuízo inicial no montante provisório de R\$803.451,86.

Ohaze é ainda acusado de não repassar ao INSS a totalidade das contribuições retidas de contribuintes, bem como de fazer o pagamento de servidores temporários sem comprovação, além de não comprovar atos de autorizações de abertura de créditos adicionais e não enviar parecer do Conselho Municipal de Saúde acompanhado da respectiva lei de criação e composição.

Por todas essas irregularidades, o MPE solicitou a apreensão de bens e o bloqueio do patrimônio do Prefeito, como contas bancárias e aplicações financeiras, como garantia para o ressarcimento ao Erário público dos prejuízos causados pelo gestor.

É importante que o Tribunal de Justiça analise as acusações contra Sei Ohaze e aqueles que usaram a Prefeitura de Santarém Novo em benefício próprio, para que o Erário público seja ressarcido dos prejuízos causados por pessoas que, em teoria, deveriam exatamente zelar pelo bem público em favor daqueles que o elegeram.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Governador Esperidião Amin, sempre cumpridor do Regimento. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vou ocupar, por ocasião da Ordem do Dia, o tempo dos meus companheiros — já o solicitei à Liderança do meu partido — para abordar um assunto que está sendo muito mal comunicado: a questão dos indexadores da dívida dos Estados.

Há uma verdadeira campanha contra a iniciativa do Governo de Santa Catarina, já copiada pelos Governos de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, iniciativa que realmente engrandece o nosso Estado, tomada pelo Governador João Raimundo Colombo.

Desde já, peço a atenção dos prezados companheiros e companheiras para este tema da maior importância não apenas para Santa Catarina, mas também para a Federação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Zé Silva. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. ZÉ SILVA (SD-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero falar com os agricultores familiares do Brasil, especialmente com os de Minas Gerais.

Hoje pela manhã, na Comissão Especial que trata da Medida Provisória nº 707, de 2015, apresentei duas emendas: uma para a remissão ou perdão das dívidas de até 10 mil reais dos agricultores familiares; a outra, para estender o prazo para a renegociação das dívidas para o fim de 2018.

Eu defendi na Comissão, especialmente em relação ao Cadastro Ambiental Rural — CAR, e nós conseguimos que os agricultores tenham o prazo até o fim de 2017 para se cadastrar. Desta forma, eles não deixarão de receber e de acessar os financiamentos rurais.

Aproveito para dizer que é fundamental, na renegociação das dívidas dos produtores, a assistência técnica e a extensão rural como fator de sucesso. Como falta assistência, há mais risco de endividamento.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. será atendido, Deputado Zé Silva.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Edinho Araújo, do PMDB de São Paulo.

O SR. EDINHO ARAÚJO (Bloco/PMDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o PMDB realizou nesta manhã uma reunião histórica, muito importante, na qual se verificou que 90% da bancada do PMDB é a favor do *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, não por uma questão menor, mas para que o Brasil possa sair da crise em que se encontra e retomar a sua verdadeira vocação: o desenvolvimento, a promoção de emprego, a distribuição de renda.

O PMDB estará perfilado nesta posição, na expectativa de renovar as esperanças do povo brasileiro. No domingo 17, o *impeachment* terá votos de 90% do PMDB. Mas o PMDB quer mais. O Brasil espera mais do PMDB, para fechar questão e para que todos, unidos, estejam presentes nesta votação histórica.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que aceite como lido o inteiro teor do meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - A Presidência solicita que seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* o pronunciamento do Deputado Edinho Araújo.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, costume dizer que, em primeiro lugar, está a economia; em segundo, a economia; e, em terceiro, ainda a economia, porque a economia impacta o dia a dia de milhões de brasileiros.



Não há hipótese de estabilidade política se a economia anda fora dos trilhos, se há milhares de pais de família desempregados, se não se criam outros postos de trabalho.

Não há saída quando o trabalhador brasileiro não tem renda para se manter e consumir. É o consumo que movimenta as fábricas e o campo e impulsiona a prestação de serviços.

Não há saída, sobretudo, quando a esperança se esvai em momento de graves adversidades.

O desarranjo econômico, o isolamento político e a perda de pulso, fruto da centralização e da arrogância do atual Governo, levaram a Brasil a este cenário de falta de esperança no horizonte. Esse jeito autoritário de governar agravou de tal modo o cenário brasileiro que mergulhamos numa recessão que exigirá ainda mais sacrifícios para ser enfrentada e vencida.

Alguém poderá questionar o PMDB pelo apoio inicial ao atual Governo, ao qual eu mesmo servi como Ministro de Portos e dei o melhor dos meus esforços por entender que este setor é fundamental para movimentar a economia em tempos de crise.

Imaginávamos, sim, uma parceria a favor do Brasil, um governo de coalizão, no qual tivéssemos voz e pudéssemos imprimir a marca de um partido com 50 anos de atuação na vida pública nacional, calejado nas lutas democráticas, com nomes experientes e capazes de compreender as grandes demandas nacionais.

Foi um casamento malsucedido, uma parceria que ficou apenas no sonho.

Nos quase 10 meses de Ministério, eu via com temor o quadro político e econômico se agravar, dia após dia, enquanto o Palácio do Planalto centralizava as



decisões a um restrito grupo de pessoas, ignorando olímpicamente a voz das ruas e os apelos da base pela mudança de rumos.

Assim como não pedi para entrar no Ministério, ao qual fui levado pelo Vice-Presidente Michel Temer, também não pedi para ficar durante a reforma ministerial de outubro passado. Deixei o posto com a sensação de dever cumprido, por ter destravado o setor portuário, liberando as primeiras licitações de novos terminais em portos públicos brasileiros e abrindo espaço para os grandes investimentos privados que estão se concretizando.

Sobre o Vice-Presidente Michel Temer, dou meu testemunho de que ele tem tido um comportamento digno, agindo de forma republicana, em defesa das instituições e do Estado de direito. A par disso, tem sido vítima de críticas injustas de pessoas inconformadas com a forte adesão ao processo de *impeachment*.

Fui eleito, Sr. Presidente, por São José do Rio Preto e pelos Municípios vizinhos. No noroeste de São Paulo, obtive 95% da minha votação, o que levou o jornal *O Estado de S.Paulo* a afirmar em reportagem que eu sou, na prática, um Deputado Distrital, o que muito me orgulha.

Ando pelas ruas, sou reconhecido e dialogo abertamente com meus eleitores. Recebo sugestões e cobranças, um incentivo para melhorar sempre.

Prometi de público ouvir as bases, para me posicionar sobre este processo, e elas indicaram claramente o rumo a seguir.

A dona de casa, o trabalhador, o empresário, o profissional liberal, o homem do campo, a militância do meu partido, o PMDB, sem exceção, apontam que é hora de mudar, para renovar a esperança em dias melhores.



Votarei pelo *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Não me move qualquer sentimento menor. Move-me o desejo de ver o Brasil, o mais rápido possível, andando novamente nos trilhos.

O povo não quer e não pode esperar indefinidamente enquanto a crise se agrava, fecha postos de trabalho e leva a insegurança e a incerteza a milhões de lares brasileiros.

Votarei “sim” ao *impeachment*, por São José do Rio Preto, pelo Estado de São Paulo e pelo Brasil.

Votarei “sim”, pelas futuras gerações, que precisam renovar a esperança num Brasil produtivo, mais justo, onde a corrupção seja a exceção, não a regra!



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Weliton Prado, do PMB de Minas Gerais.

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria agradecer e comemorar, porque nós apresentamos o primeiro projeto para garantir a fabricação e a distribuição da fosfoetanolamina — FOS, a pílula contra o câncer. Depois de muita luta na Comissão, o projeto foi aprovado na Câmara e no Senado, e a lei foi sancionada.

Este é um projeto muito importante para o País. Eu percorri o Brasil inteiro e conversei com muitas pessoas que fazem uso da FOS. Estou totalmente convencido, pelos relatos que ouvi, de que ela só faz bem, já que diminui o tumor. É como se ela marcasse, sublinhasse, desenhasse as células cancerígenas, fortalecendo o sistema imunológico para o próprio organismo combater as células doentes. Ouvi muitos relatos acerca da diminuição do tumor e até da cura.

É fundamental a sanção da lei para garantir a distribuição da FOS, para que as pessoas tenham acesso à pílula. Quem tem câncer tem pressa, o câncer não espera.

Eu destinei 100% do meu orçamento deste ano...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado. O pronunciamento de V.Exa. será divulgado, na íntegra, pelo programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Celso Maldaner.

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, como Presidente da Frente Parlamentar pela Valorização do Setor de Bovinocultura do Leite, gostaria de destacar que o Programa Leite Saudável, do Ministério da Agricultura, está selecionando 3.620 propriedades rurais nos 5 maiores Estados produtores de leite do País, inclusive em Santa Catarina.

Destaco o repasse de 18,6 milhões do Ministério da Agricultura, neste primeiro momento, ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural — SENAR.

Sr. Presidente, solicito que meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Bovinocultura de Leite da Câmara dos Deputados, gostaria de destacar que o Programa Leite Saudável, do Ministério da Agricultura, está selecionando 3.620 propriedades rurais nos 5 maiores Estados produtores, entre eles Santa Catarina.

Os produtores vão receber assistência técnica e gerencial por 24 meses, para que possam melhorar ainda mais a gestão dos seus negócios e a qualidade do produto.

As ações da primeira fase do programa, que prevê cursos e oficinas de capacitação, estão sendo financiadas com o repasse de 18,6 milhões de reais do



Ministério da Agricultura ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural —SENAR e à Cooperativa para o Desenvolvimento e Inovação da Atividade Leiteira — COOPERIDEAL, localizada em Londrina, no Paraná. De acordo com a coordenação do programa, houve a atualização dos dados do serviço de inspeção de leite.

No período de 6 meses, o número de análises do produto pela Rede Brasileira de Laboratórios de Qualidade do Leite — RQBL passou de 3 milhões para 47 milhões. Além disso, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento — MAPA e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA começaram a desenvolver o Sistema de Inteligência para a Gestão da Qualidade do Leite. Quando o sistema estiver implantado, o Governo poderá ter o diagnóstico completo da situação do leite no Brasil, mapeando as regiões que estão fora dos requisitos de qualidade. Isso permitirá direcionar as políticas públicas de incentivo à cadeia produtiva e as ações de fiscalização.

O Programa Leite Saudável, lançado em dezembro de 2015 pela Ministra Kátia Abreu, tem sete eixos de atuação: assistência técnica gerencial, melhoramento genético, política agrícola, sanidade animal, qualidade do leite, marco regulatório e ampliação de mercados.

Outro incentivo do Governo às propriedades leiteiras foi a liberação de créditos presumidos do PIS/COFINS. O MAPA está ajudando os produtores a elaborar projetos que buscam essa desoneração. Nos primeiros 6 meses, 13 projetos foram aprovados, beneficiando 7 mil produtores, que deverão investir em melhoramento genético, em educação sanitária e na melhoria da qualidade do leite.

Por fim, nos últimos 6 meses, o MAPA também trabalhou para ampliar o mercado às exportações de laticínios. A meta é triplicar o volume de embarques de



lácteos para países com mais potencial de importação, como a Rússia e a China. Um dos resultados desse esforço foi a habilitação de 23 estabelecimentos de produtos lácteos para negociar com a Rússia.

Em 2015, o Brasil exportou 182 toneladas de manteiga e 248 toneladas de queijo para aquele mercado. Neste primeiro trimestre, o volume de embarques saltou para 54 toneladas de manteiga e 189 toneladas de queijo. O Brasil também está avançando nas negociações com a China, com a atualização do certificado sanitário internacional, pré-requisito para a abertura daquele mercado.

Outra conquista foi a elaboração da proposta de regulamentação dos procedimentos, das instalações e dos equipamentos para as pequenas agroindústrias, que elaboram produtos lácteos, como queijos artesanais.

O MAPA flexibilizou as regras gerais para as pequenas agroindústrias, que tinham que cumprir normas incompatíveis com suas atividades e seu porte físico.

Por todos estes esforços rumo ao desenvolvimento deste setor tão importante, faço questão de destacar o potencial de crescimento e especialização da atividade leiteira em nosso País.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o nosso ex-Corregedor, o Deputado Átila Lins. S.Exa. tem 1 minuto.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PSD-AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas registrar algo que toda a sociedade brasileira já sabe. O nosso partido, o PSD, na sua grande maioria — cerca de 90% —, irá votar a favor do *impeachment*, para um Brasil melhor, para um Brasil com mais progresso, para um Brasil com mais tranquilidade, para um Brasil que possa, realmente, merecer o apoio da população.

Também quero registrar o fato de que nós estivemos ontem em uma audiência no Supremo Tribunal Federal, com a Chefe de Gabinete do Ministro Luís Roberto Barroso, fazendo um apelo para que S.Exa. reexamine a questão do seguro-defeso, porque foi revogada a decisão do Presidente Ricardo Lewandowski, mas ficou ainda uma lacuna, já que o seguro-defeso não pôde ser pago, em função de a decisão ter acontecido no dia 11 de março, quando o prazo terminava no dia 15. Estamos tentando ver se há uma retroatividade a 15 de novembro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o nobre Deputado Otavio Leite, que é sempre muito gentil com esta Presidência.

V.Exa. tem até 5 minutos na tribuna.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu penso que a nossa ideia de democracia, que se traduz numa construção da nossa etapa civilizatória, está insculpida na Constituição da República. Segundo o princípio republicano, a coisa pública tem que presidir todos os movimentos e atitudes de todos os agentes públicos, sejam eles do Poder Judiciário, do Poder Executivo ou do Poder Legislativo, naquela velha e clássica tripartição dos Poderes.

É óbvio que todos têm as suas legitimações, mas têm, por conta da própria Constituição, os seus limites. É óbvio que, por mais que se eleja alguém, não se dá uma carta branca, por completo, para esse titular fazer o que bem entender.

Importa também sinalizar que, neste instante, no Brasil, as instituições estão funcionando à luz da Constituição: os Poderes estão funcionando, o Ministério Público está funcionando, e a imprensa, que é livre no Brasil, também está funcionando. A Constituição veio após uma etapa trágica, que foi a ditadura no Brasil, e por isso ela consubstancia princípios valorosos para todos nós.

Agora, o que está acontecendo na quadra que vivemos neste momento, nesta etapa agora no Congresso, em que se discute a admissibilidade para o impedimento da Presidente, é algo absolutamente dentro da legalidade. Nós estamos cuidando de autorizar ou não a abertura de um processo que vai ter seu curso no âmbito do Senado Federal, onde todos os princípios de ampla defesa serão assegurados.



isso não é uma novidade, tampouco um golpe, como alguns querem dizer e apregoar. Isso já aconteceu no Brasil, em 1992, com o Collor, e todo mundo acompanhou. Em 1999, o ex-Presidente Fernando Henrique foi submetido a uma votação similar nesta Casa, e não houve os 342 votos necessários. Mas, se tivesse havido, ele teria saído, evidentemente.

Então, é preciso lembrar que esse instante faz parte de uma história que nós já vivemos e que ele é amparado em princípios constitucionais.

Esse crime que aqui se discute — o crime de responsabilidade — essencialmente se deu pelo gasto que o Poder Executivo, por decisão direta da Presidente, efetuou sem qualquer autorização. No caso, deu-se com recursos que o Governo repassa para a Caixa Econômica Federa, para o Banco do Brasil ou para o próprio Bando Nacional do Desenvolvimento — BNDES, relativamente aos programas que só podem ser concretizados se o Tesouro repassar as verbas para essas instituições. E não aconteceu isso. Essa é a verdade. Em 2014 — eu tenho os dados aqui —, no final do ano, estava em 51 bilhões o que a União devia a essas instituições: 18 bilhões à Caixa Econômica, 20 bilhões ao BNDES, 10 bilhões ao Banco do Brasil, e por aí vai.

Realmente, é triste ter que observar o Ministro vir a esta Casa dizer, na defesa da Presidente, que, do ponto de vista financeiro, já estava tudo pago, quitado, em 2014. Mentira! O Ministro Nelson Barbosa mentiu! Eu tenho aqui os Anais e tenho informação sobre o instante no qual foram pagos esses valores. Eles foram pagos por decisão do Tribunal de Contas da União — TCU. Então, o crime foi praticado, porque o pagamento se deu só no final de 2015. Isto é, se não tivesse havido a decisão do TCU, o Governo estaria rolando essa dívida cada vez mais,



fazendo um orçamento paralelo, sem a autorização do Congresso Nacional. Só é possível o Governo levar adiante um cheque especial se houver autorização do Congresso. Essencialmente, esse foi o crime, capitulado em várias e várias questões.

Agora, ao lado de tudo isso, há esse trágico e terrível ambiente de crise econômica e ética sem precedentes no Brasil, com o Produto Interno Bruto —PIB em queda de 3% e paralisia da atividade econômica.

Se existe um Estado da República que mais foi afetado, eu diria que esse é o Estado do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro tem uma economia, todos sabemos, muito amparada no petróleo. E a debacle da PETROBRAS, a vergonha que se praticou na PETROBRAS, o assalto que se praticou na PETROBRAS está afetando severamente os Municípios e a economia do Rio de Janeiro. O Estado do Rio de Janeiro teve uma queda de arrecadação brutal no ano passado, que prossegue neste exercício.

Não se pagaram os aposentados, não se pagou toda a folha. Por quê? Porque não se arrecadou, porque a atividade econômica caiu, porque a PETROBRAS está lá embaixo. E é lamentável saber que não há horizonte, porque esse Governo perdeu toda a credibilidade.

Eu quero fazer um apelo a todos os Deputados do Rio de Janeiro, que sabem o que está acontecendo neste instante, com o aumento galopante do desemprego. Há 10 milhões de brasileiros desempregados e 1,5 milhão de pessoas querendo entrar no mercado de trabalho sem conseguir. Nós do Rio de Janeiro temos que ter a responsabilidade histórica de defender o nosso Estado, de defender o nosso País. Chega desse Governo que levou o Brasil a esse atoleiro econômico, a essa



vergonha por que o Brasil passa no Conselho das Nações, completamente apodrecido por essa falta de ética, por esse absurdo que tem sido o Governo Federal.

Portanto, em defesa do Rio de Janeiro, vamos ao *impeachment* já! O Brasil precisa mudar. Domingo, vamos respirar, vamos olhar para o futuro, para o horizonte, para que tenhamos uma salvação.

Viva o Rio de Janeiro!

O Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Carlos Melles.

O SR. CARLOS MELLES (DEM-MG. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu quero hoje dizer que nós estamos comemorando o dia do Brasil, o Dia Internacional do Café. O Brasil é um País chamado café.

Quero homenagear aqueles que fizeram tanto pelo café e homenagear o café, que fez tanto pelo Brasil. Em nome da nossa Frente Parlamentar da Agricultura, quero lembrar aqueles que já se foram, como o ex-Governador Abreu Sodré, o Presidente do Conselho Nacional do Café Alexandre Beltrão e todos os líderes produtores de café do Brasil.

Fica registrada aqui, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a nossa celebração e o nosso reconhecimento, por amor à causa, pelo Dia Internacional do Café.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje comemoramos o Dia Internacional do Café. Como já tornamos público nesta Casa, a cafeicultura continua vivendo hoje as consequências de erros que se têm repetido ao longo de décadas e de séculos, erros pelos quais, mais uma vez, o Brasil e o mundo enfrentam uma nova velha crise do café.

O café é um extraordinário fator gerador de emprego e de renda, portanto é ainda um produto que tem importante significado econômico e uma face humana muito importante.



É sempre bom repetir que no Brasil, Sras. e Srs. Parlamentares, o café emprega mais de 8 milhões de pessoas de forma direta e indireta, sendo a principal atividade econômica de nada menos do que 1.800 Municípios, presente em dezenas de milhares de propriedades, a grande maioria de pequenos e médios produtores.

Somos o país que lidera a produção mundial do produto, somos também o segundo maior país consumidor, mas há descaso do Governo Federal, que, apesar dos permanentes e públicos alertas e propostas dos setores da cadeia da cafeicultura, vira as costas para o setor cafeeiro.

A realidade triste é que o Brasil, líder mundial de produção, precisava liderar também a política mundial do setor. Com a crise política, econômica e de confiança que vivemos hoje no País, temos números assustadores de uma espiral recessiva sem precedentes. Temos um processo inflacionário, uma retração forte nas atividades econômicas e um País com mais de 9 milhões de pessoas desempregadas.

Parlamentares, todos sabemos que a agricultura — e aí o café se insere de forma formidável — é o setor da economia que mais rapidamente responde a qualquer política governamental.

Estímulos como abertura de linhas de crédito com taxas de juros adequadas, garantia de preços mínimos e controle de práticas desleais de comércio internacional podem gerar efeitos muito positivos em poucos meses, resultando na elevação da produção agrícola, da renda nacional e do nível de emprego, com resultados concretos e socialmente justos.

Neste Dia Internacional do Café, que é um dia muito especial para toda a cafeicultura brasileira, reafirmamos, em nome dos 240 Senadores e Deputados da



Frente Parlamentar do Café, que uma política de desenvolvimento realista, com condições de vida aceitáveis, deve priorizar o desenvolvimento do interior brasileiro, de modo a fixar o trabalhador nos seus locais de origem.

Tal estratégia, além de contribuir para a descontração do desenvolvimento e para a melhor distribuição de renda, geraria grande economia de recursos, que, em volume crescente, são absorvidos pelas grandes metrópoles para mantê-las viáveis.

A cafeicultura brasileira, que, como disse eu há pouco, está presente em quase 2 mil Municípios brasileiros, e a agricultura como um todo têm um papel estratégico no processo de desenvolvimento econômico. É importante reafirmar isso, porque parece que o Governo e também parte dos estudiosos do crescimento econômico estão esquecendo ou relevando essa contribuição. A ideia reinante é de que o crescimento da economia decorre apenas dos investimentos no setor industrial e no de serviços.

É importante enfatizar esse papel crucial da agricultura na melhoria da distribuição de renda. Não exige segmento econômico, além da agricultura, capaz de contribuir de forma tão intensa para a melhoria da distribuição de renda, beneficiando principalmente a parcela mais pobre da população.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o País precisa retomar, rapidamente, um novo estágio econômico, e nenhum setor responde tão agilmente como o do agropecuário, quando medidas adequadas são tomadas.

Reafirmo que para centenas de Municípios a cafeicultura aguarda há anos uma política consistente. Não foi por falta de propostas viáveis. Há poucos meses, apresentamos formalmente nesta Casa, durante Comissão Geral, o Pacto do Café, com medidas eficientes e eficazes para uma política sustentável e duradoura para a



cafeicultura brasileira. Como sempre, não fomos ouvidos pela Ministra da Agricultura, Katia Abreu, e não fomos ouvidos pela Presidente Dilma.

Temos um cenário econômico sombrio que se vislumbra para os próximos anos, com a constatação de que faltam instrumentos adequados para fazer face às demandas do setor cafeeiro, com os elementos que sustentam as medidas propostas no Pacto do Café. Tais medidas que o setor propõe buscam assegurar renda mínima aos cafeicultores e reduzir a instabilidade do mercado de café, com amplos benefícios a todo o agronegócio do café brasileiro.

Como se observará no documento, as medidas propostas não são suficientes em si mesmas. Ao contrário, uma vez adotadas, exigem providências complementares, essenciais à sua efetividade, como o levantamento sistemático de informações confiáveis e tempestivas a respeito do mercado doméstico e mundial de café.

Como Presidente da Frente Parlamentar do Café, nosso objetivo com o Pacto do Café foi o de interpretar o anseio dos segmentos da cadeia café, formada pela produção, industrialização e exportação, formatando um documento que tenha consequências práticas para a cafeicultura, sobretudo visando a sustentabilidade econômica, social e ambiental da cafeicultura brasileira.

Neste Dia Internacional do Café, conclamo todos a somarem seu melhor esforço em torno de um pacto em favor do café.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Simão Sessim, por 1 minuto.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem participei do café da manhã com um grupo grande de Parlamentares de vários partidos, como a Senadora Ana Amélia e o Senador Blairo Maggi, juntamente com o Conselho da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes — FECOMBUSTÍVEIS.

Os revendedores de combustíveis se reuniram para examinar a situação que a economia brasileira atravessa, em função de toda essa crise. Eles revelaram a todos nós que a crise já atingiu o setor de revenda de combustíveis, a ponto de a receita cair 15%.

Quando a crise chega a atingir um setor como o de revenda de combustíveis, que atende a quem vai trabalhar e utiliza o transporte público ou particular, isso preocupa muito. Nós estamos vendo que a economia realmente está indo para o buraco.

Sr. Presidente, um abraço e obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Jorge Solla, por 5 minutos.

O SR. JORGE SOLLA (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Realmente, nós estamos vivendo um momento extremamente particular na política brasileira. Eu estava fazendo uma revisão histórica, colegas Parlamentares, e percebi algo interessante, eu não havia percebido antes. A partir dos anos 30, quando começou o voto universal em nosso País, apenas três — pasmem V.Exas.! —, apenas três Presidentes eleitos pelo voto popular conseguiram concluir os seus mandatos: Juscelino Kubitschek, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Até hoje, somente três Presidentes!

No entanto, foram inúmeros os golpes dados contra a democracia neste País. O mais importante e o mais conhecido foi o golpe de 64, que transformou o Brasil em uma ditadura por mais de 20 anos. Isso foi um desastre para o nosso País.

Agora, mais uma vez, uma nova tentativa de golpe está em curso no Brasil. E já dá para desenhar a estratégia toda, ela já está toda visível. Tentaram ganhar as eleições em 2014, mas, mais uma vez, foram derrotados pelo povo — foi a quarta derrota consecutiva.

Não se conformaram e começaram uma série de construção de golpes. Primeiro, questionaram que teria havido fraude eleitoral. Até o sistema eletrônico de votação foi submetido a ataque por parte da Oposição, que julgava que ele havia sido violado.

Todas as tentativas foram frustradas, e aí se prepararam para dar o golpe dentro do Parlamento, querendo repetir um modelo novo de golpe nas Américas.



Para quem não sabe, esse modelo foi iniciado em Honduras, com a deposição, no Congresso, do Presidente Manuel Zelaya. Foi dado segmento no Paraguai, com o golpe contra o Presidente Fernando Lugo. E, agora, querem dar esse golpe aqui no Brasil.

Só que, diferentemente do Paraguai e de Honduras e até mesmo do que o Brasil era na década de 60, antes do golpe de 64, nosso País hoje tem partidos fortes, tem a Esquerda, tem movimento sindical estruturado e tem uma sociedade civil plural e preparada para fazer a resistência ao golpe.

Como é que desenharam a estratégia? Primeiro, formularam um programa, chamado Ponte para o Futuro, apresentado por Michel Temer, para negociar com os empresários, com os banqueiros, com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a fim de preparar e financiar o golpe.

É bom lembrar, Deputado Bacelar, que os artífices, os capitães do golpe da década de 60 são os mesmos de agora. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — FIESP financiou o golpe de 64 e está financiando esta tentativa de golpe, que será frustrada. Os meios de comunicação, à época, eram principalmente rádios e jornais, mas são as mesmas famílias, que dominavam os jornais *O Globo*, *Folha de S.Paulo*, *Estado de S.Paulo*, que novamente estão na campanha para o golpe. Mais uma vez, os grandes empresários deste País, especialmente aqueles ligados à indústria paulista, estão à frente do golpe.

E o programa de Michel Temer diz o quê? Comprometeu-se com o quê? Primeiro, há uma grande contradição entre aqueles que defendem aqui o aumento dos recursos para a saúde e estão defendendo o golpe, porque aquele que se propõe a assumir o lugar de Dilma defende acabar a vinculação dos recursos com



saúde e educação, reduzir os recursos das políticas sociais, reduzir os recursos do Bolsa Família, acabar as garantias da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, aumentar a precarização do trabalho. Foi isso o que Michel Temer negociou, foi com isso que se comprometeu junto à com a FIESP e os donos dos bancos.

Eu estou na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais — CARF. Sabem quem são os maiores devedores, os maiores sonegadores deste País? A Rede Globo e os bancos privados. Esses sonegadores fizeram um acordo. Não é por acaso que a Globo está fazendo campanha pró-*impeachment*. Ela quer ajuda para que as suas dívidas não sejam pagas. Ela quer ajuda para renovar a sua concessão, para continuar mentindo para o povo brasileiro. Eles não têm nenhum compromisso com a verdade.

Essa negociação veio em curso, ganhou um enredo, com a eleição do Deputado Eduardo Cunha, que aqui continua sendo blindado pela Oposição, que negociou dizendo o seguinte: “*Nós vamos lhe proteger, você não vai ser cassado no Conselho de Ética*”.

O Conselho de Ética já está passando, há 6 meses, de golpe contra golpe para não aprovar a cassação de Eduardo Cunha. No entanto, em relação ao processo do *impeachment* — em apenas 3 semanas, com sessão na segunda-feira e no final de semana —, o Presidente Eduardo Cunha tem utilizado todos os artifícios para agilizar o processo.

Agora, vemos o último capítulo do golpe, que é a negociação diretamente capitaneada por Michel Temer. Ele está negociando com quatro moedas: cargos no provável futuro Governo; dinheiro, ameaça e blindagem. Sobre o dinheiro, estão dizendo pelos corredores da Câmara — não tenho nenhuma prova ainda — que



cheques da FIESP estão rolando para aprovar o golpe, como rolaram para aprovar a reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Quando às ameaças, elas estão sendo feitas contra os Deputados que vão ser candidatos a Prefeito, no sentido de que não terão o apoio dos partidos. A quarta e pior ameaça é a blindagem.

Disseram o seguinte para vários Deputados que estão sendo investigados pela Lava-Jato — a população brasileira tem que saber disto: *“Venha para cá, venha para o golpe, porque nós, quando acabar esse negócio que vai tirar a Dilma, vamos chamar os nossos golpistas do Ministério Público, da Justiça, da Polícia Federal e vamos dizer que acabou a Lava-Jato, acabou essa brincadeira”*. A corrupção vai continuar a ser investigada, porque investigar neste País...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o momento é decisivo, angustiante, histórico e de muita tolerância.

Eu ouvi o que o Deputado da Bahia falou há pouco. É preciso, de fato, muita tolerância e tomar muito óleo para aguentar as bobagens que ele disse. Ele deve ser cego, surdo e mudo. Com certeza, Deus vai perdoar ao Deputado da Bahia as bobagens e mentiras que disse há pouco. Eu perdoar a ele.

Eu, que tenho 22 anos de mandato, não vou perdoar ao Deputado que está no seu segundo ano de mandato? Vou perdoar a ele, mas respeite os Deputados!

Eu posso dizer uma verdade agora. O Deputado Átila Lins foi um dos 38 que votaram contra o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, mas apenas 3 sobreviveram e foram candidatos na eleição seguinte. Ele foi um deles e agora alerta todos os Deputados novos para o seguinte: "*Nós éramos 38. Os 38 foram candidatos, mas só 3 se reelegeram*". Este é o perigo para os Deputados novos.

Faço um alerta aos novos Deputados que estão recebendo visita de Ministros, de assessores de Ministros ou telefonemas de Lula. Deputados novos, por que os 35 não se reelegeram? Porque naquela época o povo queria mudança, como quer agora. Hoje está pior, porque a situação piorou muito. Aí me vem um Deputado inteligente, defensor da saúde, dizer que se trata de golpe das entidades produtivas!

Golpe foi o que Dilma Rousseff deu nas 120 mil lojas que fecharam no Brasil no ano passado. Mais de 50 mil fábricas foram fechadas, o que gerou 1,5 milhão de desempregos.



Golpe é a carestia, a inflação e o salário curto. E as filas no Sistema Único de Saúde, Deputado?

Tenha a santa paciência! Respeite-nos!

Eu quero dizer aos Srs. Deputados que a bancada do PMDB, que é constituída de 67 Deputados, se reuniu hoje de manhã, e o Líder já comunicou que 60 Deputados vão votar firmes no *impeachment*. Estamos trabalhando para aumentar este número. Existem 7 votos contrários, mas achamos que levamos mais 2 ou 3.

São 60 Deputados aliados aos pequenos partidos, que hoje fizeram uma reunião. O resultado foi quase 100% dos partidos pequenos. Fogo morro acima, água morro abaixo. É isso que está acontecendo.

Mas há alternativas de construção. A crise é tão verdadeira que precisamos ter inteligência e uma liderança com respeito, com segurança, com seriedade, com sobriedade, que conheça o Brasil, que conheça esta Casa, porque vai ter que trabalhar muito com o Parlamento, que ouve a sociedade.

Srs. Deputados, por favor!

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - A palavra está com o orador.

O SR. DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, eu sei que o entusiasmo contamina a todos, mas quero que V.Exas., que estão de pé, entusiasmados, falando alto, ouçam o meu pronunciamento. Todos aí são *pró-impeachment*. É o entusiasmo!



A votação ainda não está ganha. Nós ainda temos que trabalhar para aumentar o número.

As forças produtivas, os agricultores, os industriais, os sindicatos, as igrejas formam um movimento gigantesco de apoio ao Vice-Presidente Michel Temer, que pode administrar esta crise — ele está preparado para isso. Ele não suportou mais ficar do lado de Dilma. Ele tem serenidade, vai ouvir este Parlamento.

Michel Temer nos disse, na terça-feira à noite, que virá a este Parlamento uma vez por mês para conversar conosco. Ele vai caminhar por este plenário. Sabem por quê? Porque por 20 anos ele foi Deputado Federal.

A sociedade quer mudanças. A pessoa que vai suceder a Presidente e vai ser o nosso Líder foi da Casa, conhece a Casa, é um jurista seriíssimo. Vamos trabalhar mais, vamos colocar 370 votos *pró-impeachment*.

O comitê nacional parlamentar do *impeachment*, que se reúne todo dia e é rigoroso na análise, fechou na tarde de ontem 358 votos a favor — 358! — 127 votos contra, e 37 indecisos. Hoje, às 16 horas, nós nos reuniremos novamente. Somos rigorosos na análise! Vai passar de 358 votos hoje. Alguns Deputados estão chorando e dizem pela rádio: “*O meu partido não quer que eu vote, mas eu vou votar*”, como o brilhante Líder Giovani Cherini, do PDT do Rio Grande do Sul, entre tantos outros.

Vamos trabalhar mais! Nós temos responsabilidade! Nós vamos ganhar no domingo! Vamos trabalhar mais e mais e mais e mais. Vamos restabelecer a esperança do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Muito obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Delegado Éder Mauro. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (Bloco/PSD-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, eu quero só pedir aos partidários do PCdoB que não confundam a questão da Frente Parlamentar da Democracia, da qual eu sou completamente a favor, com o voto pelo *impeachment*.

A *Folha de S. Paulo* me consultou ainda há pouco se eu havia trocado meu voto. Eu disse: “*Não troco minhas ideologias*”. Eu sei o que o País está passando. Meu voto é pelo *impeachment*. E nem que eu esteja morrendo amanhã, eu venho me arrastando para votar a favor. Disso podem ter certeza.

E quero dizer mais. Quero dizer a todos os Deputados que se dizem indecisos que ouçam a voz das ruas. Está aqui um colega de Santarém, do Estado do Pará, que ia votar contra o *impeachment*. Ele ouviu seus eleitores em Santarém e em todo o Tapajós: “*Vote a favor do impeachment*”. E ele mudou o seu voto!

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Com a palavra o Deputado Wadson Ribeiro. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. WADSON RIBEIRO (PCdoB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero me somar ao meu partido nesta importante iniciativa que hoje tomou, com apoio também de muitos Parlamentares desta Casa. Refiro-me ao lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia. Isso se torna muito importante neste momento que estamos vivendo, especialmente porque domingo nós vamos, aqui, nesta Casa, votar o *impeachment*.

Em segundo lugar, quero dizer que a história do Brasil é muito recente. Nós somos um País de 516 anos, dos quais mais de 400 anos sob regime de escravidão. Já na República, em vários períodos, o nosso País foi dirigido por ditaduras dos mais variados tipos.

Pois bem, Presidente, este é o maior período de normalidade democrática em nosso País. Desde 1985, o Brasil vive uma democracia. De 1985 para cá, foram Presidentes da República das mais diferentes matizes políticas e ideológicas.

Estamos agora, mais uma vez, às vésperas de uma grande votação no domingo, uma votação em que alguns insistem, a partir de argumentos já aprovados nesta Casa, como o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5, nos argumentos de pedaladas fiscais, de decretos orçamentários, para, com isso, construir algum tipo de crime de responsabilidade, crime esse que poderia levar ao *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

Sr. Presidente, o que está em jogo na votação deste domingo não são os possíveis crimes não cometidos pela Presidenta Dilma Rousseff. O que está em jogo neste domingo é aquilo a que eu assisti nesta semana. A estudante negra Suzana,



do interior de Minas Gerais, Deputado Bohn Gass, que estudava na periferia de Viçosa, hoje cursa Medicina numa universidade de São Paulo.

O *impeachment* não é um processo contra a Presidenta Dilma, é um processo contra as Suzanas do Brasil que conseguiram a duras penas chegar a uma universidade, porque seu futuro seria o futuro de milhares de Suzanas que seriam domésticas, que seriam pessoas com trabalho de menor remuneração, que seriam pessoas sem acesso a nenhum tipo de escolaridade.

O crime, o golpe que se tenta cometer não é em relação às pedaladas, mas em relação ao papel das protagonistas do Brasil no mundo, é em relação à nossa mobilidade social, a um Brasil que se construiu diferente a partir do Presidente Lula e da Presidenta Dilma.

Ontem, aqui, eu ouvi muito atento a fala de um Deputado do meu Estado a quem eu respeito muito, o Deputado Bonifácio de Andrada, cuja família há mais de 100 anos se encontra representada no Congresso Nacional. Ele dizia que querem cassar a Presidenta Dilma não porque ela cometeu um crime, que querem cassar a Presidenta Dilma pelo conjunto da obra, querem cassar a Presidenta Dilma, porque não concordam com o Governo, porque o Governo está mal avaliado.

Cai a máscara, cai a máscara dos que defendiam qualquer tipo de argumento de ilegalidade para levar adiante o processo de *impeachment*. Querem o processo de *impeachment* porque não querem o Brasil para 200 milhões de brasileiros, porque não querem o Brasil desenvolvido, querem o processo de *impeachment* porque querem fazer a roda da história girar para trás.

O Sr. Michel Temer, Vice-Presidente da República, desonra quem ocupou aquela cadeira, como Itamar Franco e José Alencar, que sempre foram grandes



Vice-Presidentes da República. Ele, ao contrário, fez o papel de Silvério dos Reis: Vice-Presidente da República conspirando contra uma Presidente da República democraticamente eleita.

Mas tenho certeza, Sr. Presidente, de que vai...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - O próximo orador inscrito é o Deputado Arnaldo Jordy. *(Pausa.)*

A SRA. ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, conceda-me 1 minuto apenas, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

O SR. WADSON RIBEIRO - Sr. Presidente, V.Exa. está atrapalhando a minha fala. Conceda-me 1 minuto, para que eu possa concluir, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. WADSON RIBEIRO - V.Exa. tem que conduzir esta Mesa com respeito e dignidade. Eu estou na tribuna falando, e V.Exa. tem que me deixar concluir.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Não deixo. Já se encerrou o seu tempo.

O SR. WADSON RIBEIRO - Basta 1 minuto, por favor! Eu fui atrapalhado na minha fala. V.Exa. tem que estar à altura para presidir os trabalhos desta Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - V.Exa. vai concluir ou não?

O SR. WADSON RIBEIRO - Muito obrigado. Falarei por mais 1 minuto.

Eu quero dizer aqui, Sr. Presidente, que nós, no domingo, vamos barrar esse golpe contra o qual a sociedade brasileira se levanta. Nós vamos ter mais de 172 votos, e a Oposição não terá os 342 votos. Quem se coloca ao lado desse golpe,



quem se coloca ao lado desse *impeachment* não quer passar o Brasil a limpo. Quer, sim, fazer com que o Brasil retome as políticas neoliberais, retome a sua subserviência perante os grandes países do mundo e que jogue por terra abaixo a perspectiva de desenvolvimento nacional, de autonomia, de distribuição de renda e de um País mais justo!



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Evandro Gussi.

O SR. EVANDRO GUSSI (PV-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer uma comunicação que, embora breve, me parece relevante. Causa-nos surpresa agora o ingresso de um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal, por parte da Advocacia-Geral da União, dizendo que deveria ser anulado o relatório aprovado na Comissão Especial.

Depois que o relatório foi aprovado, com os votos, diga-se de passagem, dos Deputados do Partido dos Trabalhadores, que participaram de todo o processo na Comissão Especial, processo muito bem conduzido pelo Presidente Rogério Rosso, agora querem anular o relatório.

Isso demonstra o desprezo pelo Parlamento e pela democracia. Vale o que está sendo conduzido até agora. O resultado final nós verificaremos no próximo domingo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Evandro Gussi, o Sr. Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy, do PPS do Pará, por 5 minutos.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria apenas festejar o encontro de juristas — e vários Deputados estiveram lá presentes nesta manhã — em que foi lançado este belo trabalho (*mostra livro*) de coletâneas de artigos, ensaios e estudos, intitulado *Impeachment: instrumento da democracia*.

Esses juristas que estiveram aqui — vou citar alguns deles: Ives Gandra Martins, Adilson Dallari, Sérgio Ferraz, Mário Godoy, o Ministro Carlos Velloso e mais de 50 renomados juristas, professores de universidades, ex-Ministros, Ministros, catedráticos, estudiosos da ciência jurídica — presenteiam a sociedade com essa obra, que sepulta definitivamente esta brincadeira caricata, este jogo de *marketing* de tentar reduzir o debate afirmando que está em curso um golpe.

Não é possível, Deputado Átila Lira, que o naipe consagrado de estudiosos de diversos matizes — Hélio Bicudo, Janaína Paschoal e todos esses — possa estar com uma visão alheia ao mundo jurídico, alheia ao cumprimento dos preceitos constitucionais previstos no art. 85 e os seus incisos, alheia, portanto, à legalidade, aos marcos da legalidade. Parece-me que esse debate fica definitivamente reduzido a esta caricatura que querem passar para a opinião pública.

Mas não há apenas essa questão dos juristas; há também a questão da unanimidade do Tribunal de Contas da União. Eu me refiro não apenas aos Ministros do TCU, mas também ao seu corpo técnico, os procuradores concursados, que unanimemente avaliaram que as pedaladas agrediram de morte a



responsabilidade da Presidente da República, que negligenciou aquilo que é do seu dever.

Também se deve afastar esta caricatura retórica de dizer que a Presidente não cometeu crime de improbidade. Eu não quero afirmar isso, eu duvido disso, porque o ex-Senador, aliás, o Senador preso Delcídio do Amaral afirmou com todas as letras na sua delação que a Presidente Dilma sabia de tudo o que acontecia em Pasadena — tudo! Aliás, não foi o único que disse isso. Eu não sei o que ele quer dizer com “tudo”. Pode se referir, inclusive, às operações criminosas praticadas que hoje são objeto da investigação da Operação Lava-Jato.

Mas o problema da responsabilidade não é de crime de improbidade necessariamente. São deveres do múnus constitucional atribuído ao Presidente da República, qualquer que seja, que foram negligenciados, como as pedaladas, no valor de mais de R\$ 50 bilhões.

Essa história de dizer que outros governadores e outros presidentes fizeram o mesmo não é verdade. Essa farsa já foi suficientemente desmontada. O que houve de prática de outros presidentes e governadores não se compara ao saque que foi feito na Caixa Econômica Federal, no Banco do Brasil, no BNDES e em outros bancos públicos, da ordem de mais de R\$ 50 bilhões. E mais: desses R\$ 50 bilhões, menos de R\$ 3 bilhões foram destinados para dar suporte aos programas sociais; a grande maioria desses recursos foi usada para tapar rombos no Tesouro, rombos no Orçamento que não foram autorizados pelo Congresso Nacional.

Por fim, Sr. Presidente, eu gostaria apenas de registrar aqui a pesquisa publicada no Datafolha que confirma tudo isso que a opinião pública vem dizendo há muito tempo. Esgotou este ciclo de governança do Partido dos Trabalhadores. O



brasileiro está vivendo a maior crise econômica dos últimos tempos, com desemprego, inflação, pagamento de juros da dívida pública astronômica. Nunca os banqueiros ganharam tanto quanto neste Governo Dilma. Só em 2015, foram quase R\$ 800 bilhões pagos de juros e serviços da dívida pública, que hoje representa quase 70% do PIB brasileiro e mais de 50% do Orçamento.

Portanto, nós estamos aqui convictos. Eu não sei como será o placar. Eu não tenho esta capacidade de adivinhar, como tantos tentam fazer aqui, mas é a sensação que tenho, pela declaração da maioria dos partidos, pela voz das ruas brasileiras, pelos sentimentos das instituições, por tudo, inclusive pela atitude daqueles que eram aliados até ontem e começam a compreender a necessidade de fazer essa ruptura traumática para o Brasil, mas absolutamente necessária, para que nós possamos retomar o caminho do desenvolvimento com justiça social, inclusive recuperando as conquistas obtidas ao longo dos 25 anos de inclusão social que foram jogadas na lata do lixo pela incompetência deste Governo.

Portanto, boa sorte ao povo brasileiro! Que participem deste momento nas ruas! Que no próximo domingo nós possamos consagrar o impedimento da Presidente Dilma, em favor do Brasil, principalmente dos mais humildes deste País!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Operação Lava Jato desnudou a grande teia de corrupção política e empresarial que há décadas permeia a estrutura de poder no País. A enxurrada de escândalos que os brasileiros observam



diariamente ampliou-se e alcançou alvos além do original, desnudando o argumento pífio de certos setores de haver seletividade nas apurações dos crimes.

O jogo de interesses é igualmente amplo e complexo, e é preciso certo cuidado. A recente lista da Odebrecht é um exemplo. A relação de 200 nomes, onde deliberadamente misturam-se doações legais, permitidas pela legislação, com práticas criminosas e ilegais de doações ao caixa dois, tenta colocar todo mundo no mesmo saco e, com isso, criminalizar a todos, indistintamente. Dizer que todo mundo é ladrão é uma velha tática de nivelar por baixo e proteger criminosos e delinquentes.

Diante dos fatos, cabe pressionar as instituições julgadoras, como o Supremo Tribunal Federal — STF e o Congresso Nacional, que, mesmo com suas falhas, imperfeições e interesses, é o que temos de mais eficaz na democracia. Fora da lei estaríamos no terreno da barbárie.

A Presidente Dilma e o PT tentam qualificar como golpe o pedido de *impeachment* que tramita no Congresso — já com rito definido pelo próprio STF —, mas não convence a opinião pública, as instituições democráticas e muito menos a maioria dos juristas do País e a OAB, que, nesta segunda-feira, entrou com um outro pedido de *impeachment* contra a Presidente.

O STF, pelo que tem revelado a maioria dos Ministros, tem a visão de que o julgamento do *impeachment* está dentro da lei. Agora, com o anunciado desembarque do PMDB da base de apoio, o momento do Governo é de total agonia.

Para atenuar o isolamento do Governo, seria necessária uma agenda de superação do cenário econômico, algo bastante improvável no momento. Os erros na condução da economia e o descuido com as contas públicas levaram o País a



uma recessão que ao mesmo tempo em que depende da solução da crise política ajuda a torná-la mais grave.

As previsões são alarmantes. Para o Produto Interno Bruto — PIB, que caiu 3,8% em 2015, prevê-se queda de 6% neste ano e mais 3,2% em 2017. Não há paralelo na história do Brasil de uma recessão tão grande em um tempo tão curto.

Recessão e desemprego — que neste ano deve atingir 11 milhões de trabalhadores —, quando causados por quebra de confiança na autoridade e na capacidade do Governo de encontrar saídas, costumam ser duradouros e perversos e, com isso, acabam anulando anteriores esforços de redução das desigualdades sociais.

Pela primeira vez desde a virada do século, o Brasil registrou, em 2015, aumento na desigualdade, segundo dados do economista Marcelo Neri, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas —FGV, divulgados em 22 de março. De acordo com ele, o índice de Gini do Brasil, que é o principal indicador da desigualdade social usado no mundo, inverteu a curva benigna que vinha mantendo desde 2000 até 2014.

Além disso, dados do Ministério do Trabalho e Emprego confirmam o efeito da recessão sobre o emprego e a renda. Em 2015, o País fechou mais de 1,54 milhões de vagas formais, o pior resultado em 24 anos.

Ante o quadro gravíssimo, devemos passar o País a limpo, dando todo o apoio ao Juiz Sérgio Moro e ao Procurador Rodrigo Janot no enfrentamento da impunidade. Vamos apreciar o *impeachment* da presidente Dilma nos marcos da legalidade. Nada de golpe, vamos apreciar o *impeachment*!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PPS-MA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero apenas fazer o registro de que a cada momento que passa fica claro que realmente esta Casa vai aprovar o *impeachment*. Isso fica claro inclusive para o Governo.

Hoje, o Governo recorre à Justiça, através da Advocacia-Geral da União — AGU. Esse é um sinal que nós já vimos lá atrás. É a tentativa de judicializar o processo e é de fato uma demonstração de temor. Apresenta-se um argumento que não procede. Quando a AGU argumenta que na Comissão não houve o direito da ampla defesa, isso não é verdade. Aliás, a Comissão, agora, no caso do *impeachment* da Presidente Dilma, agiu com muito mais benevolência do que quando houve o processo de Fernando Collor, em que o advogado teve direito a um momento de defesa. Neste caso da Presidente Dilma, houve o direito a duas defesas. Portanto, não haverá procedência.

No domingo, haverá, sim, a aprovação do *impeachment* por esta Casa.

O Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Beto Mansur, 1º Secretário.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Átila Lira.

O SR. ÁTILA LIRA (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, realmente estamos vivendo um momento histórico na vida brasileira. Falo da crise econômica, da crise política, da crise que afeta a todos nós.

Venho a esta tribuna dizer que a Comissão de Meio Ambiente realizou recentemente um debate sobre energia solar e incentivos para uma política de desenvolvimento do Brasil. Foi um debate importante, que contou com a participação de representantes das agências do Governo que tratam da matéria, de especialistas e de Parlamentares.

O Brasil é um País que tem tudo para alterar a matriz energética por meio da introdução da energia solar, uma novidade no âmbito de energias renováveis.

O Piauí é um Estado que hoje tem todas as condições para isso, visto que já tem uma expansão de energia eólica. Concomitantemente aos investimentos de energia eólica, deveremos ter também a implantação das primeiras unidades de energia solar.

Portanto, eu acredito que o Brasil poderá dar um exemplo e uma grande contribuição para o seu povo e para o mundo, ao assumir o compromisso de trabalhar com a energia solar.

Em relação à crise que estamos vivendo, ela poderia ter sido menos traumática. O sistema presidencialista leva a crises permanentes entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

O exemplo das democracias parlamentaristas demonstra que qualquer crise governamental tem superação dentro da normalidade do dia a dia do país. Ao



contrário do Brasil, que trabalhou uma Constituição toda parlamentarista e adotou o regime presidencialista, que hoje também contribui para essa instabilidade.

Creio que nos próximos dias vamos completar um debate elevado, democrático, e procurar tomar uma decisão que dê uma perspectiva de estabilidade para a sociedade e para a economia, que está muito prejudicada pela própria desaceleração dos negócios no Brasil, uma vez que a ação pública é responsável pelo andamento e pela confiança dos investimentos privados.

Entre nós, o risco Brasil hoje se acentua justamente por causa desses embates, por causa de uma crise interminável que está acelerando o processo de desorganização da economia.

Portanto, urge que tomemos a decisão mais adequada para o País, mas na perspectiva de buscar um debate e uma mudança no sistema de governo, para que o Brasil possa enfrentar as crises dentro da normalidade democrática.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a presente audiência pública, com o tema *Potencial de Energia Solar e os Incentivos para o seu Desenvolvimento no Brasil*, é de extrema importância no atual debate sobre matrizes energéticas alternativas. Realizado em conjunto com a Comissão de Minas e Energia, este evento reforça, uma vez mais, a estreita conexão entre progresso econômico e proteção ambiental.

As tecnologias de aproveitamento de energia, no diálogo estabelecido com práticas sustentáveis, amplificam tal conexão e comprovam, de forma inequívoca,



que a utilização de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente representa fator estratégico para o desenvolvimento nacional.

Especificamente em relação à energia solar fotovoltaica, não podemos esquecer o nosso grande potencial de crescimento, potencial infelizmente subutilizado, pois o Brasil, apesar de ser um dos países com maior irradiação solar, ainda convive com baixo aproveitamento desta importante matriz energética. Fortalecê-la significa, inclusive, melhorar nossas políticas industriais, com impacto positivo na cadeia produtiva vinculada ao setor.

Há mais! Ao aprofundarmos o debate sobre os sistemas fotovoltaicos, seguramente abordaremos temas como a redução de impactos socioambientais, limites ecossistêmicos, desenvolvimento sustentável e matrizes energéticas alternativas, abordagens que ganham destaque sobretudo no atual cenário de preocupante crise no setor elétrico, que torna ainda mais urgente a ampliação da produção energética nacional associada à sustentabilidade.

Múltiplas são as razões para investirmos no desenvolvimento da energia solar fotovoltaica no País, alternativa energética renovável, limpa e sustentável. Reitero: no caso do Brasil, que recebe grande incidência de raios solares, este tipo de aproveitamento torna-se cada vez mais necessário.

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável — no trabalho conjunto com a Comissão de Minas e Energia — tem a certeza de que esta audiência pública, com a valiosa participação de renomados especialistas, demonstrará os diversos pontos de intersecção entre modelos possíveis de racionalidade econômica e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.



As matrizes energéticas alternativas certamente contribuem para diversificarmos tais pontos de intersecção.

Sejam bem-vindos!

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Sobre a mesa Decisão da Presidência.

Decisão da Presidência

1. *Em recente decisão, fixei o entendimento de que seria aplicável à votação pelo Plenário da Câmara dos Deputados do parecer da Comissão Especial a regra prevista no § 4º do art. 187, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, segundo a qual a votação nominal pelo sistema eletrônico será feita pela chamada dos Deputados, alternadamente, do norte para o sul e vice-versa.*

Após, ao interpretar essa regra, registrei meu entendimento pessoal de que a expressão “alternadamente, do norte para o sul e vice-versa” daria a entender que essa alternância entre as regiões seria na própria votação. Ou seja, caso fosse chamado, em primeiro lugar, um Estado do Norte, o próximo seria do Sul, e assim alternadamente e vice-versa.

Todavia, por partir da premissa de que seria tradição da Casa interpretar esse artigo regimental de forma distinta, no sentido de que essa alternância entre Norte e Sul seria entre votações distintas e não na mesma votação, assim como da premissa de que a última votação com esse procedimento, em 14/02/2005, teria sido do Norte para o Sul, proferi decisão no sentido de



que a votação do parecer da Comissão Especial que analisou a denúncia por crime de responsabilidade oferecida contra a Presidente da República seguiria a chamada inversa, ou seja, iniciando-se pelos Deputados da Região Sul até se chegar à Região Norte, sem alternância.

2. Logo após a leitura da decisão, foram apresentados questionamentos por alguns Parlamentares. A Deputada Maria do Rosário, em seu nome e em nome do Partido dos Trabalhadores, defendeu o posicionamento de que a alternância na chamada dos Deputados seria na própria votação e não entre votações, iniciando-se pelos Deputados da Região Norte. O Deputado Rubens Pereira Júnior, por sua vez, argumentou que a votação realizada em 2005 não poderia ser considerada por se tratar de “eleição” e não de “votação” propriamente dita, o que foi contraditado pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá, que sustentou que a votação de 2001, anterior a essa de 2005, também não poderia ser computada, já que não se concluiu. Os Deputados Chico Alencar e Caetano também questionaram a decisão, mas apenas genericamente, sem apresentar alternativa. O Deputado Bohn Gass também se manifestou a respeito, posicionando-se no mesmo



sentido da Deputada Maria do Rosário, o que foi contraditado pelo Deputado Domingos Sávio, que defendeu a decisão por mim proferida.

Mais tarde, já quando do início da Ordem do Dia, o Deputado Pepe Vargas também se manifestou a respeito, requerendo a reconsideração da decisão, dizendo que na votação de 2005 teria havido o segundo turno, cuja chamada foi do Sul para o Norte. Logo, segundo S.Exa., a próxima votação deveria ser do Norte para o Sul.

Depois da Ordem do Dia, o Deputado Moroni Torgan formulou questão de ordem, dizendo que na votação de 2005 a ordem de chamada dos Deputados foi desordenada, e não estritamente pela ordem prevista no Regimento, o que afastaria a “alegação de que haveria uma tradição assentada na Casa quanto à ordem de chamada nessa modalidade de votação”.

3. Em respeito ao Parlamento, e especialmente aos Parlamentares que apresentaram seus questionamentos, registro que procurei decidir observando estritamente o Regimento e as votações anteriores que aparentemente tinham adotado o mesmo procedimento. Cheguei, inclusive, a desconsiderar meu entendimento pessoal de que a alternância prevista no referido art. 187, § 4º, seria



na própria votação e não entre votações distintas para chegar à conclusão apresentada.

Acabei decidindo diferentemente do meu posicionamento pessoal por partir de duas premissas fáticas que indicavam que a decisão deveria ser outra. Mas, revendo a questão de forma mais aprofundada, em observância e em respeito aos questionamentos apresentados, concluí que de fato tais premissas não se sustentam.

4. A primeira premissa equivocada foi a de considerar as votações de 2001 e 2005 como parâmetros para fixar a ordem de chamada na próxima votação.

Isso porque, na sessão de 28/11/2001, que analisou o PL 5.483/01, cuja discussão envolvia algumas alterações na CLT, realmente não foi obtido resultado algum e a matéria foi, depois, reapreciada pelo Plenário. Assim, ao menos em tese, não poderia ser considerada como parâmetro, já que a votação foi desconsiderada e o seu resultado foi frustrado.

A sessão de 15 de fevereiro de 2005, por sua vez, tratou de “eleição” (eleição do Presidente da Câmara dos Deputados Severino Cavalcante), e não de “votação” propriamente dita. Faço essa distinção entre “eleição” e “votação”, como fez o ilustre Deputado Arnaldo Faria de



Sá quando suscitou questão de ordem naquela sessão de 2001, nos seguintes termos:

‘Sr. Presidente, eu queria fazer uma indagação a V. Exa. Como o requerimento estabelece que se proceda, na votação nominal, ora do Norte para o Sul, ora do Sul para o Norte, gostaria que V.Exa. informasse como se deu a última votação como esta, e que não tenha sido para eleição da Mesa. Se não me falha a memória, a última votação nominal foi do Norte para o Sul, inclusive participei da coleta de votos. Portanto, esta votação terá que ser do Sul para o Norte.’

Essa distinção é importante, embora questionável, porque, revendo os Anais da Casa, vejo que foram adotados procedimentos distintos para os dois casos (“eleição” e “votação”). Para as “eleições”, os procedimentos foram aqueles constantes no quadro anexo (anexo 1).

Já para as “votações” que adotaram o procedimento de chamada nominal, no período de 1972 a 1977, a chamada se deu conforme quadro constante do anexo 2.

E após a Constituição Federal de 1988, excluindo aquelas sessões de 2001 e 2005, só houve uma única votação dessa forma, em 11/08/1998, quando da



apreciação do requerimento de urgência ao PL 518/95, quando a chamada nominal de votação se deu sem alternância, começando pelos Deputados do Norte e terminando nos Deputados do Sul, como se vê no quadro abaixo.”

Chamadas nominais, a data é 11 de agosto de 1998. O assunto é um requerimento ao PL 518/95, que dispõe sobre a incidência da COFINS, da CSLL e da contribuição para PIS-PASEP. A ordem de chamada da votação: todos os Deputados dos Estados foram chamados do Norte para o Sul. O motivo: problema no painel. Sessão do Nereu Ramos.

No dia 28 de novembro de 2001, na votação do PL 5.483, de 2001, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT, não houve resultado. Todos os Deputados dos Estados foram chamados do Sul para o Norte. Motivo: problemas no painel.

No dia 14 de fevereiro de 2005, na eleição do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Severino Cavalcanti. Ordem de chamada da votação: todos os Deputados dos Estados chamados alternadamente, do Norte para o Sul, 1º turno de votação, e do Sul para o Norte, 2º escrutínio, também alternadamente. Motivo: eleição por cédula.

“Ou seja, depois de 1988, esse procedimento de chamada nominal por Estado só ocorreu uma única vez, em votação de um requerimento de urgência. Nenhuma outra votação foi dessa forma, via chamada nominal alternada.



5. *A segunda premissa equivocada foi a de considerar que haveria uma tradição na Casa em considerar a alternância prevista no art. 187, §4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, entre votações, e não na mesma votação.*

Não há essa tradição. Como visto, os casos são muito raros, a ponto de dizer que se trata efetivamente de tradição a ser seguida. E não houve, também como visto, uma observância estrita a essa alternância na ordem de chamada entre as “votações”. O procedimento era definido na hora, a depender de decisão da Mesa da ocasião, que iniciava a chamada da forma que bem entendia, sem se preocupar como tinha ocorrido a chamada na votação anterior.

Não é demais lembrar, como ressaltado pelo Deputado Moroni Torgan, que na última sessão que adotou esse procedimento, em 15/02/2005, embora em caso de “eleição”, a chamada foi desordenada. Ao mesmo tempo em que se chamou um Deputado de Roraima, chamou-se um de Minas Gerais. No segundo turno, chamou-se um Deputado do Sul e, ao mesmo tempo, um Deputado do Mato Grosso do Sul.

6. *Por tudo isso, esclarecidas essas premissas, considero que a melhor opção é realmente interpretar o*



dispositivo regimental como deve ser, nos termos, inclusive, como defende o Partido dos Trabalhadores. A regra é clara no sentido de que a alternância se dá na própria votação, iniciando-se a chamada pelo Norte ao Sul, alternadamente e vice-versa.

Desde o início sustentei essa tese. E não vejo razão para ser diferente, até mesmo para não gerar um desequilíbrio entre as regiões do País na própria votação. Com isso, acredito que não haja qualquer dúvida ou suspeita de que há eventual direcionamento na colheita dos votos, como equivocadamente defendem os mais desavisados, que desconhecem o Regimento Interno desta Casa.

Não será a ordem de votação que determinará o resultado no domingo, se para um ou para outro lado, mas, sim, o voto individual e pessoal de cada Deputado, no âmbito da sua consciência, independentemente do seu Estado de origem.

Registro que a ordem de votação deverá ser Estado a Estado, e não Deputado a Deputado, exatamente como dispõe o painel eletrônico de votação e como prevê o art. 3º, § 3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para os casos de posse dos



Deputados, aplicável à hipótese por analogia, uma vez ausente outra norma regimental que disponha a respeito.

7. À vista do exposto, revogo parcialmente a decisão anterior e decido a matéria novamente nos seguintes termos:

(a) o disposto no § 4º do art. 187 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados será aplicado para a votação do parecer da Comissão Especial que analisou a denúncia por crime de responsabilidade oferecida contra a Presidente da República (art. 218, § 8º, do RICD);

(b) exatamente como prevê o dispositivo regimental, a chamada terá início por um Estado da Região Norte e, em alternância, será chamado um Estado da Região Sul. Em seguida, em razão do “vice-versa”, será chamado um Estado da Região Sul e, depois, um Estado da Região Norte, e assim sucessivamente, passando pelas demais Regiões;

(c) a ordem dos Estados seguirá a tradição da Casa, a disposição constante no painel de votação e, por analogia, a ordem geográfica das capitais prevista no art. 3º, §3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e será da seguinte forma: 1 — Roraima; 2 — Rio Grande do Sul; 3 — Santa Catarina; 4 — Amapá; 5 — Pará; 6 — Paraná; 7 — Mato Grosso do Sul; 8 — Amazonas; 9 —



*Rondônia; 10 — Goiás; 11 — Distrito Federal; 12 — Acre;
13 — Tocantins; 14 — Mato Grosso; 15 — São Paulo; 16
— Maranhão; 17 — Ceará; 18 — Rio de Janeiro; 19 —
Espírito Santo; 20 — Piauí; 21 — Rio Grande do Norte; 22
— Minas Gerais; 23 — Paraíba; 24 — Pernambuco; 25 —
Bahia; 26 — Sergipe; 27 — Alagoas;*

*(d) a chamada nominal dos Deputados, dentro do
mesmo Estado, ocorrerá por ordem alfabética.*

Publique-se.

Eduardo Cunha

Presidente da Câmara dos Deputados”.

Seguem os Anexos 1 e 2.

(ANEXO I)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 081.2.55.O
Data: 14/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Ordinária - CD
Montagem: 4176/5185

(INSERIR PDF R!081 ANEXO I)



O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com base no art. 187.

O SR. MENDONÇA FILHO - Sr. Presidente, eu quero me inscrever para me contrapor à questão de ordem do Deputado Rubens Pereira Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. CAIO NARCIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de expressar o seguinte: a decisão do Presidente é razoável — ele escutou todos os argumentos de todas as partes que passaram por aqui ontem —, principalmente porque já percebemos uma tentativa de judicialização do processo. O Presidente teve a sabedoria de achar razão em relação a essa questão. Eu acho que dessa maneira ficam atendidos os preceitos de todas as partes.

Portanto, eu não vejo mais razão para se discutir esse rito. Ele está bem definido, de forma razoável, com alternância dos Estados. Não vejo mais razão para essa questão ser discutida. Vejo que a questão está bem colocada, atendendo ao Regimento e atendendo, principalmente, aos argumentos de todas as partes que foram citadas aqui ontem.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em relação a essa questão de ordem, queria recorrer da decisão de V.Exa. à Comissão de Constituição e Justiça.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - A Mesa da Câmara recebe...

O SR. ORLANDO SILVA - Questão de ordem, baseada no art. 95 e no art. 187, § 4º, Presidente.

O SR. JEFFERSON CAMPOS - Sr. Presidente, pelo PSD, eu gostaria de parabenizar...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Eu pedi antes a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Dessa decisão não cabe recurso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - V.Exa. não respondeu a questão de ordem.

O SR. ORLANDO SILVA - Posso apresentar uma questão de ordem, Presidente? Uma reclamação cabe?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - V.Exa. não respondeu à questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Pode repetir, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - V.Exa. não respondeu à questão de ordem.



(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Ele reformulou a decisão.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Presidente, eu apresento uma questão de ordem sobre a decisão.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas ele a reformulou baseado numa questão de ordem.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Presidente, uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Eu quero informar a V.Exas. que o Presidente da Casa tinha determinado a maneira como nós votaríamos — e isso foi lido no dia de ontem. O Presidente da Casa, em função de questões de ordem que foram formuladas no dia de ontem dentro do plenário, atendendo principalmente ao Partido dos Trabalhadores, reformulou a sua questão de ordem e apresentou novamente...

O SR. MENDONÇA FILHO - Em homenagem ao Partido dos Trabalhadores.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Questão de ordem, baseada no art. 95 combinado com o art. 187, § 4º, Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, como se embasou na questão de ordem, pode ocorrer recurso.

Estamos numa questão de ordem, Presidente. Quer dizer, das várias questões de ordem, ocorreu a reformulação. Se a reformulação ocorreu em resposta à questão de ordem, não há decisão isolada do Presidente. Portanto, cabe recurso. É isso que eu estou fazendo.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Sr. Presidente, questão de ordem...



O SR. ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, por favor...

O SR. JEFFERSON CAMPOS - Sr. Presidente, pelo PSD...



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Deputado Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu agradeço a sua sensibilidade. Eu entendi que o Presidente Eduardo Cunha respondeu à questão de ordem formulada no dia de ontem pela Deputada Maria do Rosário. Há outras questões de ordem que foram formuladas sobre a mesma matéria, Sr. Presidente.

Na minha interpretação do Regimento da Casa, quando falamos da votação alternada, a alternância dos Estados se dá em função da votação, não na votação. Essa votação tem que começar pelos Estados do Norte e seguir até o último Estado do Sul. Qualquer coisa diferente desse método, Sr. Presidente, é mais uma manobra de Eduardo Cunha. Ele deve ter feito as contas. Ele fez as contas da votação do *impeachment* e percebeu que não há voto para aprovar o *impeachment*. Agora, tenta induzir o Plenário desta Casa com mais uma manobra. Ele é o grande especialista em manobras regimentais.

Por isso, eu quero fazer um apelo a V.Exa. para que sejam examinadas todas as questões de ordem isoladamente. De modo que nós possamos fazer cumprir o Regimento da Casa, que, neste momento, nesta votação, determina que seja do norte para o sul.



O SR. CAIO NARCIO - Sr. Presidente, para contraditar, o PT quer só que os Deputados petistas...

O SR. ORLANDO SILVA - Não é alternar na votação, é alternância das votações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Deputado Orlando Silva...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Sr. Presidente, questão de ordem...

O SR. MENDONÇA FILHO - Para contraditar, Sr. Presidente...

O SR. JEFFERSON CAMPOS - Deputado Beto Mansur...

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Gostaria de informar a V.Exas. que nós estamos seguindo rigorosamente o que diz o Regimento. Outras questões...

O SR. MENDONÇA FILHO - Sr. Presidente, para contraditar...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Sr. Presidente, questão de ordem...

O SR. ALESSANDRO MOLON - Pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Deixem-me terminar.

Se outras questões de ordem forem formuladas, a Mesa vai aceitá-las, vai acatá-las, mas a decisão do Sr. Presidente da Câmara está feita, está lida.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, pela ordem...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - O Deputado Mendonça Filho tem uma questão de ordem. V.Exa. tem a palavra.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. CAIO NARCIO - O desespero está grande.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Depois V.Exa. me concede a palavra, Sr. Presidente?



O SR. CAIO NARCIO - Daqui a pouco o PT vai querer um Regimento Interno que diga que só ele vota.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Anuncie quem vai falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Deputado Alessandro Molon, todos falarão.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Vamos seguir o Regimento Interno?

O SR. ALESSANDRO MOLON - Inscreva-me, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Deputado Mendonça Filho, V.Exa. tem questão de ordem a ser formulada?

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero pedir atenção a V.Exa. e ao Plenário para ler aqui o § 4º do art. 187 do Regimento Interno, que diz o seguinte:

“Art. 187.....

.....

§ 4º Quando o sistema eletrônico não estiver em condições de funcionamento, e nas hipóteses de que tratam os arts. 217, IV, e 218, § 8º” — que é o impeachment — “a votação nominal será feita pela



chamada dos Deputados, alternadamente, do norte para o sul e vice-versa, observando-se que:”

O SR. ALESSANDRO MOLON - Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. MENDONÇA FILHO - Eu já estou contraditando, por favor!

Então, o que eu quero dizer a V.Exa., Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Deputado Molon, o Deputado Mendonça Filho está contraditando.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Ele pediu questão de ordem.

O SR. MENDONÇA FILHO - Eu estou contraditando o Deputado Orlando Silva, Deputado Molon.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Sr. Presidente, eu estou aguardando para fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Todos falarão!

O SR. MENDONÇA FILHO - Assegure-me a palavra, Sr. Presidente, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - A palavra está assegurada ao Deputado Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO - Eu quero dizer que está claro o Regimento Interno. O PT espalha todos os dias que tem 200 votos. Se tem 200 votos, por que está com medo? Por que não enfrenta uma votação que está respaldada na Constituição Federal, respeitando a Lei nº 1.079 e o Regimento Interno da Casa?

O SR. ORLANDO SILVA - Isso é mais uma manobra do Presidente Eduardo Cunha, Deputado Mendonça Filho.



O SR. MENDONÇA FILHO - O Regimento Interno é claro! Diziam que a tendência da votação seria do sul para o norte. Quando o Presidente decide que vai ser de norte para sul e vice-versa, eles ficam...

O SR. ALESSANDRO MOLON - Temos por que mudar de posição. Nós sabemos o porquê.

O SR. ORLANDO SILVA - Amanhã ele pode trazer outra decisão.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. MENDONÇA FILHO - Eu estou com a palavra.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, não há mais alternativa, vamos fazer de leste para oeste.

O SR. MENDONÇA FILHO - Eu estou com a palavra, Deputado Alessandro Molon.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - O Deputado Mendonça contraditou.

Deputado Rubens, V.Exa. tem uma questão de ordem?

O SR. MENDONÇA FILHO - Eu estou com a palavra.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Eu tenho uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. MENDONÇA FILHO - Por favor, escute-me.

Então, eu quero dizer o seguinte: a decisão tomada pelo Presidente Eduardo Cunha está correta, respaldada na Constituição Federal, na Lei do Impeachment e claramente no § 4º do art. 187 do Regimento Interno.

Então, não há dúvida. O resto é esperneio, o resto é desespero do Partido dos Trabalhadores, que já viu que no domingo vai sofrer uma fragorosa derrota, porque esta Casa vai aprovar o *impeachment* da Presidente Dilma.



A SRA. JANDIRA FEGHALI - Se estão tão seguros, por que essa preocupação?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Gostaria só de informar aos Srs. Parlamentares que vamos ter o Grande Expediente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Gostaria de convidar os Srs. Parlamentares para dirimirem as dúvidas através de questão de ordem. Se alguém tiver uma questão específica sobre o que foi lido, nós vamos acatar.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - O Deputado Rubens está aqui primeiro.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Só 1 segundo, Sr. Presidente.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Peço a V.Exa. que me ouça. Vou aguardar, mas eu peço que V.Exa. me ouça.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Eu me inscrevo, Sr. Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - O Deputado Rubens pediu a palavra para uma questão.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Com a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/PTN-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria que começasse pelo Tocantins. De oito, seis são a favor do *impeachment*. Eu queria que começasse pelo Tocantins, porque 80% são a favor do *impeachment*. Tocantins, o Estado mais novo da Federação.



A SRA. JANDIRA FEGHALI - Deixa a questão de ordem lá, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Rubens Pereira Júnior.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente, quero só dizer que estava errada a Mesa e estava errado...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Questão de ordem na tribuna, por favor.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apresento questão de ordem com base no art. 95 e no art. 187, § 4º.

A decisão da Mesa é teratológica, é absurda, inexistente, inócua. E digo aos senhores por quê. É uma invenção do Presidente Eduardo Cunha. O sistema de chamada que ele acaba de sugerir para esta Casa nunca, nunca foi adotado na Câmara dos Deputados, nem uma única vez. Ele acabou de inventar esse modelo.
(Palmas.)

Desafio qualquer Parlamentar que está aqui a encontrar esse rito na Constituição de 1946, para trás, para frente, em qualquer momento. Este é um rito inventado sem necessidade.

Nós queremos que esse processo seja decidido no domingo, mas o Presidente Eduardo Cunha não pode atropelar o Regimento, não pode inventar uma norma, não pode quebrar a tradição da Casa, aplicando uma metodologia nunca adotada. A impressão, Sr. Presidente, é que ele inventa norma, porque sabe da dificuldade dos votos.



A decisão de ontem foi tão errada que ele começou a rever, rever cometendo erros. Se não, vejamos: o Presidente Eduardo Cunha — não foi a Mesa — resolveu anular a votação de 2001. E aqui é mais um absurdo; o painel deu problema, os Deputados votaram nominalmente, não se alcançou o quórum, mas houve a votação. O resultado produziu efeitos. Quais foram os efeitos? Quem não votou pegou falta. Quais foram os efeitos? A Ordem do Dia se encerrou. O Deputado Eduardo Cunha está desconsiderando a votação de 2001, porque sabe que, se ele a considerasse, teria de começar agora do norte para o sul.

Repito, Srs. Deputados, o modelo proposto pelo Presidente Eduardo Cunha não tem amparo no Regimento e nem na tradição da Casa. Nas outras vezes em que o painel deu problema, a votação se deu do norte para o sul ou do sul para o norte. Por que rasgar o Regimento Interno? Ontem eu questionei isso a vários Deputados companheiros da Oposição, de vários partidos. Não há necessidade neste momento de se rasgar o Regimento. Por isso, o processo foi judicializado.

Entrei com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal. Será julgado hoje 17h30min. Não pedi para suspender a votação do *impeachment*. Não pedi, na liminar, para suspender a votação, porque eu quero que ela aconteça domingo, mas nenhuma ilegalidade inventada pelo Presidente Eduardo Cunha pode prosperar.

Portanto, Sr. Presidente, há que se considerar a votação de 2001. A votação agora tem que ser do norte para o sul ou, repetindo o rito de 1992, em ordem alfabética.

Assim encerro a questão de ordem.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Eu gostaria de informar a V.Exas. que a Presidência seguiu rigorosamente o que está escrito no Regimento.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - É importante que os nossos colegas Parlamentares formulem as suas questões de ordem em cima daquilo que foi decidido.

O SR. DANIEL COELHO - Sr. Presidente...

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, por favor...

O SR. EVANDRO GUSSI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Deputado Alessandro Molon, pode falar.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. MAX FILHO - Sr. Presidente, nós pedimos antes a palavra.

O SR. EVANDRO GUSSI - E a contradita, Sr. Presidente?



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Com a palavra o Deputado Alessandro Molon.

O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria me dirigir ao Deputado Evandro Gussi, meu colega que ontem estava comigo no Colégio de Líderes.

Eu queria contar aos colegas o que aconteceu ontem, na reunião do Colégio de Líderes. Talvez o Deputado Evandro estivesse lá naquele momento, não tenho certeza. Eu perguntei ao Presidente, Deputado Eduardo Cunha, qual seria a ordem de votação. Lamentavelmente, ele não teve a coragem de dizer, na reunião do Colégio de Líderes, qual a decisão que ele já havia tomado. Ele disse: *“Responderei por escrito”*.

Eu falei ainda que, no rito de 1992, os Deputados foram chamados em ordem alfabética. Se aplicássemos essa ordem neste momento, teríamos, por exemplo: Deputado Alberto Fraga, Deputado Alessandro Molon, e outros seriam alguns dos primeiros. O Regimento manda que se faça do norte para o sul e do sul para o norte. Eu perguntei qual critério ele iria adotar. Eu defendi a ordem alfabética lá na reunião do Colégio de Líderes. Ele disse: *“Não, eu vou seguir o Regimento”*.

Eu perguntei se ele votaria. Ele disse: *“Eu vou votar”*. Eu disse: *“Pelo Regimento, V.Exa. não pode”*. Ele disse: *“Mas, pelo rito de 1992, eu posso”*. Então, eu lhe disse: *“V.Exa. escolha o rito de 1992 quando lhe interessa e, quando não lhe interessa, V.Exa. escolha o Regimento”*.

Pois bem, apesar desse escândalo, ontem, ele tomou a decisão: seguir o Regimento e fazer a votação do sul para o norte, porque, em 2005, teria sido do norte para o sul. Ocorre que o Deputado Eduardo Cunha caiu numa armadilha.



Quem fez a pesquisa para ele, a sua assessoria, esqueceu-se de dizer que, em 2005, a votação teve dois turnos e que, no primeiro turno, foi do norte para o sul, mas, no segundo turno, foi do sul para o norte. Ou seja, pelo critério dele, agora tem que ser do norte para o sul. Quando ele viu que caiu na armadilha, precisou criar uma inovação: inventar uma saída para, mais uma vez, manipular o processo e fazer o que ele quer.

O Presidente não age com imparcialidade, manipula conforme os seus interesses para produzir o resultado que lhe interessa. Essa interpretação do Regimento nunca foi adotada na Casa, e ele não a havia adotado até cair na armadilha! Quando caiu na armadilha, precisou inventar uma desculpa, a desculpa é: vamos alternar, agora, o Estado do norte com o do sul. Mentiroso! Manipulador! É isso o que o Deputado Eduardo Cunha é! (*Palmas.*)

Ele tem a obrigação de seguir o rito, de respeitar o Regimento Interno! Ele não tem o direito de fazer isso! Ele não tem o direito de escolher qual rito seguir quando lhe interessar! Isso é o mínimo de respeito à democracia!

E eu peço aos colegas, independentemente da posição que tenham, porque aqui não se trata de quem é a favor ou de quem é contra, mas de um mínimo de respeito às regras do jogo. No jogo democrático, tem que haver o mínimo de respeito às regras, sob pena de, a cada momento, escolher-se uma regra para beneficiar ou prejudicar este ou aquele lado.

O Deputado Eduardo Cunha não tem o direito de fazer isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.



O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu fiz um alerta ontem, com a minha experiência, pois estou aqui há 25 anos, de que estava errada a Mesa e estava errada a postulação feita aqui ontem pelo Governo e seus aliados — estava errada! A interpretação do Regimento é norte e sul, na sessão.

Levei o caso à Mesa, tentei falar por várias vezes, e o Presidente Carlos Manato ficou bastante injuriado com tanta gente gritando ao mesmo tempo. O que prevaleceu foi o correto; não é a vontade de Eduardo Cunha, não é a vontade de ninguém. É o que está no Regimento: no caso, a chamada dos Deputados, alternadamente, do norte para o sul e vice-versa!

Quem interpreta ao contrário faz interpretação errada! Eu os alertei para isso e os avisei de que não se trata de nada errado; está correta a consideração do Regimento.

O processo vem dentro da legislação constitucional, legal, foi autorizado pelo Supremo Tribunal Federal, foi repetida a votação, e a Mesa tem procurado agir corretamente. Aqui ninguém é dono da verdade. Aqui nós queremos o justo, o decente. Nós queremos o bem do País. Somos democratas, republicanos, respeitamos a opinião dos outros, dos adversários.

Mesmo não concordando, morrerei lutando para que cada um tenha a sua opinião, mesmo não concordando com nenhuma palavra do meu adversário. Estamos aqui. A Mesa repôs o justo regimental. A Mesa não tem culpa nenhuma porque havia uma interpretação de uso e costume.

O Regimento é claro:

“Art. 187.....



.....

§4º Quando o sistema eletrônico não estiver em condições de funcionamento, e nas hipóteses de que tratam os arts. 217, IV, e 218, § 8º, a votação nominal será feita pela chamada dos Deputados, alternadamente, do norte para o sul e vice-versa, observando-se que:

I - os nomes serão anunciados em voz alta, por um dos Secretários;”.

Parabenizo o Sr. Sílvio, o setor jurídico da Mesa, por colocar as coisas nos trilhos. Então, estava errado o Deputado Eduardo Cunha e estava errado o Governo, mas agora a Mesa acertou. Parabéns!

Viva a democracia! Viva o Brasil! No domingo teremos uma votação nominal e pelo bem do Brasil, por amor ao Brasil. O Brasil é um país democrata, é um país democrático, civilizado, e vai resolver o seu problema político pela política legal constitucional, pela Constituição do Brasil e pelas leis do Brasil, com a chancela do Supremo Tribunal Federal.



A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente...

O SR. JEFFERSON CAMPOS - Sr. Presidente, só 1 minuto...

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - V.Exa. tem uma questão de ordem, Deputada?

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, eu me inscrevi.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, senhores Deputados, não por acaso o Presidente da Casa teve que reavaliar e analisar novamente o rito, a estrutura da votação. Nós sabemos que, aqui nesta Casa, para fazer valer um processo totalmente ilegal, várias manobras têm sido realizadas.

Sobre a decisão que V.Exa. leu, Deputado Beto Mansur, em nome do Sr. Presidente, quero me referir, primeiro, às premissas: não damos crédito, não acreditamos justas as premissas que isolam e deslegitimam, para os efeitos, as votações de 2001 e de 2005.

A eleição de 2001 teve efeito, e ela foi do sul para o norte. Com base no art. 182, ela teve efeitos. Sobre a eleição de 2005, é ainda mais grave a interpretação que a Mesa faz. Ela teve efeitos, mas, além disso, ela se iniciou, em primeiro turno, do norte para o sul e, em segundo turno, do sul para o norte, sendo que, uma eleição em dois turnos, cada uma com seus efeitos e candidaturas diferentes, obviamente são dois procedimentos.

O que o Sr. Presidente busca agora, talvez, é organizar-se a partir daquilo que aconteceu em 2005. Mas os colegas, Deputado Beto Mansur, que me



antecederam, entre eles o colega Deputado Alessandro Molon, têm razão: nunca foi utilizado o expediente que o Presidente está aqui propondo, nem nós o propusemos ontem.

Nós propomos do norte para o sul, seguindo o roteiro. E, mesmo que V.Exa., Deputado Beto Mansur, em nome do Presidente da Casa, procurasse bloquear da mesma votação, alternadamente, como diz o art. 187, de norte para sul, V.Exa. não poderia fazer norte, sul; sul novamente, norte; norte, sul; sul novamente, norte.

Então, eu quero dizer que nós não concordamos com esse formato. E a minha questão de ordem incide na expressão “alternadamente” para não repetir Estados. Ou o Presidente da Câmara decide que esta votação — seguindo o princípio de 2001 e de 2005 —, portanto, em 2016, será totalmente do norte para o sul, o que seria razoável; ou o Presidente da Câmara decide que será alternadamente, na mesma votação entre Estados, sempre do norte para o sul, para seguir o que as outras já indicaram.

Dessa forma, fica a questão de ordem, avaliando que o Sr. Presidente pensou sobre as questões que nós apresentamos. Nós não devemos ter na política a desconsideração com interlocutores que queiram debater os temas — e o Sr. Presidente colheu questões de ordem sobre o tema aqui.

Ontem, Deputado Arnaldo Faria de Sá, nós dissemos que havia recurso. V.Exa. disse que não havia; hoje, V.Exa. entrou com recurso? Eu volto a dizer: V.Exa. tem direito ao recurso. Eu defendi ontem o direito ao recurso e, hoje, eu defendo o seu direito ao recurso também. Mas quero dizer a V.Exa., Deputado Beto Mansur, que a decisão do Sr. Presidente não nos contempla na questão de ordem que apresentamos.



Obrigada.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Quero contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Para contraditar, concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero contraditar a colocação da Deputada Maria do Rosário.

Primeiro, houve ontem uma decisão da Mesa — e ela, sim, era irrecorrível. Hoje a Mesa deu uma nova decisão em função de questões de ordem. Portanto, eu apresentei um recurso nesse sentido.

E quero lembrar um detalhe: na votação do Projeto de Lei nº 5.483, de 2001, tratava-se de alteração da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, do legislado sobre o acordado. Essa votação não se concluiu porque, à época, o Governo retirou o quórum. Essa votação não teve resultados, não produziu efeitos e não se concluiu.

Essa é a contradita.



O SR. JEFFERSON CAMPOS - Peço 1 minuto, Deputado Beto Mansur.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, art. 187, § 4º...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Houve a contradita do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Já fez.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - E a Mesa vai receber a questão de ordem da Deputada Maria do Rosário.

O SR. JEFFERSON CAMPOS - Eu quero fazer um aditamento, Deputado.

O SR. DANIEL COELHO - Sr. Presidente, eu peço a palavra como Líder de partido, que tem prerrogativa regimental...

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem V.Exa. a palavra como Líder.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, há contradição...

O SR. JEFFERSON CAMPOS - Peço 1 minuto, Sr. Presidente.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Peço a palavra para apresentar uma questão de ordem sobre o mesmo tema.

O SR. JEFFERSON CAMPOS - Enquanto o Deputado Daniel Coelho se dirige à tribuna, eu peço 1 minuto, Sr. Presidente.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - É sobre o mesmo assunto, Sr. Presidente. Por favor, posso falar?

O SR. JEFFERSON CAMPOS - Nós estamos bem antes aqui gritando, pedindo a palavra, Sr. Presidente.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Não, estou pedindo a palavra para apresentar uma questão de ordem há 1 hora.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - A palavra pela Liderança tem prioridade.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Sim, mas é uma questão de ordem e V.Exa. não...

O SR. JEFFERSON CAMPOS - Pedimos a palavra pela Liderança em respeito aos pares.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - No Regimento, a questão de ordem precede até fala de Líder, Sr. Presidente, ainda mais sobre o mesmo assunto.

O SR. JEFFERSON CAMPOS (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Se votarmos como o PT quer, todo o peso político de uma região vai ser jogado fora. Queriam que começasse do sul, foi para o sul; queriam que começasse do norte, começou do norte. Agora, volta para o sul...

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Não dá para falar assim, Sr. Presidente. Ou V.Exa. me dá a palavra para uma questão de ordem ou dá a palavra ao Líder. Não pode ser assim. No grito não vai. Eu também quero falar.

O SR. JEFFERSON CAMPOS - Parece-me que quer que se vote todo o painel, que se esgote... Quando chegar a este lado já não teremos mais a importância política. Vai-se desprezar a importância política de toda uma Região? Está perfeita a decisão do Deputado Eduardo Cunha.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - V.Exa. tem a palavra por 1 minuto, Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero dizer que, se essa questão ficar assim, objetivamente haverá uma contenda judicial, porque, no deferimento dessa questão pelo Presidente, uma coisa chama a atenção: de fato, há uma inovação incrível, uma inovação casuística que ele fez de acordo com a sua vontade.

Por toda a análise da lei e do Regimento, olhando para o rito de 1992, deveria ser inclusive por ordem alfabética, que é o mecanismo mais isento, independentemente de Região e de Estado. Mas a alternância da forma como ele colocou, com o Estado inteiro votando — não será Deputado por Deputado —, é uma situação que nunca ocorreu de fato.

Eu acho que, em respeito a esta Casa, nós temos que parar de falar, tanto a Oposição como a imprensa, que aqui se está tentando um “efeito manada”. Aqui não tem boi, aqui não tem gado. Isso aqui é um desrespeito à Casa. Aqui existem homens e mulheres que devem ter consciência política em relação ao que se está votando, pela democracia brasileira.

Portanto, nós estamos recorrendo da decisão do Presidente, porque ele tem que respeitar o Regimento, o rito de 1992 e a lei.

Essa inovação é casuística e visa a atender a um desespero. Quem está com a segurança de que ganhou não deveria estar tão preocupado com a ordem de chamada.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Com todo o respeito a V.Exa., a Mesa recebe a sua questão de ordem, mas não concorda com ela. Nós seguimos rigorosamente o Regimento da Câmara dos Deputados.

O SR. JEFFERSON CAMPOS - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. AFONSO HAMM - Sr. Presidente, peço a palavra, conforme o art. 95, para contraditar.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Deputado Daniel Coelho, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB.

O SR. DANIEL COELHO (PSDB-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é natural esse “mimimi”, essa choradeira de quem está no completo desespero. São mais de 20 mil cargos comissionados no Governo. É muito interesse, Srs. Deputados e povo brasileiro, que agora nos acompanha.

Eu até concordo com as palavras que foram ditas agora, na questão de ordem, pela Deputada que me antecedeu. Por que tanto desespero? O desespero, em relação a essa ordem, não é da Oposição, não. Quem quase morreu aqui nos microfones e começou uma gritaria que quase parou a sessão foi o Governo, que entrou em desespero. Digo isso porque, ontem, o Governo se sentia contemplado com o voto de Norte para Sul. Agora não quer mais.

V.Exas. podem botar de cima para baixo, do maior para o menor, de homem para mulher, do jeito que quiserem. V.Exas. vão perder no voto! Não há milagre que faça alterar a vontade do povo brasileiro e deste Parlamento. Ou V.Exas. acham que há alguma criança aqui?

Mais uma vez eu quero concordar com a Deputada que falou há pouco em uma questão de ordem: aqui não tem boi, nem ninguém vai agir como manada; os Deputados vão votar de acordo com sua consciência. E S.Exas. vão votar “sim”, pelo *impeachment*, porque os elementos legais e constitucionais são evidentes; vão votar “sim”, pelo *impeachment*, porque sabem que esta é a vontade da grande maioria do povo brasileiro. Pouca diferença vai fazer a ordem de votação.

Mas eu compreendo. Compreendo completamente esse desespero. É o desespero daquela criança mimada, que está acostumada a pedir tudo ao papai, e o



papai dá tudo o que ela quer; é aquela criança que, quando está perdendo no jogo, vira o tabuleiro, joga tudo para cima, acaba com o jogo e faz confusão.

É isso o que querem fazer hoje com a ordem de votação. Essa foi a medida tomada pelo representante do Governo, a AGU, que deveria defender os interesses desta Nação, mas vai ao STF para tentar cancelar a votação...

E fazem isso porque estão com medo. Estão indo para o tapetão porque não têm coragem de enfrentar o voto e o processo democrático. Vão até lá porque querem jogar o tabuleiro para cima.

Esse é o desespero em razão da lista que foi divulgada hoje, Srs. Deputados. Vejam V.Exas. a falta de honestidade intelectual de alguns que defendem esse Governo corrupto: fizeram uma lista para os Deputados assinarem, denominando-a de Frente Parlamentar pela Democracia. Aí, quando o Deputado assina — até porque todos nós, os 513 Deputados, defendemos o processo democrático, senão nós não faríamos parte de um Parlamento —, divulgam uma lista dizendo que o Parlamentar apoiou a Dilma.

Que desespero! Que coisa feia! Que vergonha V.Exas. não terem coragem de assumir os fatos! V.Exas. não têm voto, não conseguem colocar no domingo 120 Deputados para votarem pela continuidade desse Governo. Este é o fato.

Portanto, de Norte para Sul, de Sul para Leste, pouquíssima diferença vai fazer. Os elementos colocados são muito fortes.

Hoje, o ato jurídico que aconteceu no Plenário 2 desta Casa, com a participação de juristas de todo o País, deixou muito claros os elementos constitucionais do *impeachment*, a força que ele tem. Sem nenhuma dúvida, a maneira como a Presidente utilizou-se do Orçamento, com as chamadas pedaladas,



é fato, não há como esconder. Ela usou dinheiro público sem autorização do Congresso, empurrou o Brasil para essa crise fiscal e orçamentária com consciência dos seus atos, porque esses atos foram contínuos, mês a mês. A cada mês ela foi enterrando o Brasil, até deixá-lo na situação em que se encontra.

Portanto, V.Exas. não vão conseguir no tapetão, no STF ou neste plenário, através de tumulto e formulação de questão de ordem, eliminar o processo democrático. Vão atrás dos votos. Vão argumentar, mas não da forma como tentaram fazer nesses últimos 15 dias. Na verdade, isso acabou afastando ainda mais os Parlamentares.

As tentativas desse Governo de comprar a consciência de Deputados, pedindo àqueles que recebessem nomeações que mudassem de opinião, não funcionou. Talvez não tenha funcionado, Deputado Caio, para a grande maioria, já que a grande maioria vai votar com a sua consciência e com os seus eleitores. Entretanto, nós sabemos que para alguns até funcionou. Na Comissão, vimos Deputados, que V.Exa. classificou como “puxadinhos do PT”, que mudaram de opinião; que, se não tinham opinião, passaram a ter e, no dia seguinte, receberam suas nomeações.

Observamos isso na Caixa Econômica Federal. Um colega desta Casa estava indeciso, mudou de opinião e, no dia seguinte, saiu a sua nomeação para Superintendente da Caixa Econômica Federal.

Que beleza! Que beleza de negociação! Que beleza de história está sendo construída para esses Parlamentares! Mas essa história vai ser contada. Todo mundo vai saber. O *Diário Oficial* é público. Quem está nomeando gente para mudar



de voto esta semana vai ser denunciado no seu Estado, vai ser denunciado desta tribuna. O povo brasileiro vai perceber absolutamente tudo.

Temos a nossa consciência tranquila, até porque o PSDB sabe que não está sendo beneficiado diretamente nesse processo. Sabemos que o *impeachment* acontece não pela vontade das Oposições, que, desde o início, nunca concordaram com este Governo, mas muito mais pela vontade dos partidos da base: do PMDB, que foi companheiro de chapa do PT, já que foram V.Exas. do PT e dos “puxadinhos” que votaram nessa chapa com o Temer. Então, V.Exas. fazem parte deste processo. É o Governo que se rebela, que não aceita mais a continuidade desse Governo, que promoverá o *impeachment*.

O *impeachment* ocorrerá. Não há sombra de dúvida disso. Será necessário muito esforço de todas as forças políticas que compõem este País para fazer uma unidade nacional em cima de uma agenda, não em cima deste “toma lá, dá cá” a que V.Exas. se acostumaram a transformar a política brasileira.

O que V.Exas. fizeram nos últimos 13 anos jogou o Brasil em um buraco. Daqui para frente, esperamos muita responsabilidade por parte das lideranças, dos partidos, do atual Vice-Presidente, que assumirá a Presidência da República, para que não se repitam os erros desses 13 anos de PT, nos quais quiseram transformar o Brasil em um balcão de negócios, comprar a consciência das pessoas, como V.Exas. ainda tentam fazer diariamente.

Não adianta chorar! V.Exas. não vão impedir o processo democrático, não vão virar o tabuleiro do jogo, como uma criança mimada que está acostumada com o poder. O poder não é de V.Exas. Ele pertence à democracia e ao Parlamento.



Por isso, no próximo domingo, sem nenhuma dúvida, mais de 380 Parlamentares se manifestarão com o voto a favor da admissibilidade do processo de *impeachment*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Durante o discurso do Sr. Daniel Coelho, o Sr. Beto Mansur, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Jefferson Campos, por 1 minuto.

O SR. JEFFERSON CAMPOS (Bloco/PSD-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero fazer um aditamento à decisão do Presidente: se não votarmos conforme prevê o Regimento, poderemos desprestigiar toda uma região, porque a votação já poderá estar definida.

Outra coisa: o PCdoB ingressou com uma ADIN no Supremo Tribunal Federal, pedindo para que a votação seja pelo painel. Partidos que antes nos diziam que queriam a divulgação do voto de cada Parlamentar agora querem que a votação seja pelo painel. Essa é uma grita de quem já tem 200 votos para segurar o *impeachment*. Nós não precisamos disso.

O Presidente Eduardo Cunha tomou uma decisão salomônica — salomônica. Eu quero corroborar a sua decisão, porque acredito que ela esteja em conformidade com o nosso Regimento Interno, que diz: “*alternadamente e vice-versa*”. Não é só alternadamente, nem apenas vice-versa, é alternadamente e vice-versa.

Então, começamos por Roraima, voltamos ao Rio Grande do Sul e Santa Catarina; voltamos ao norte, mais um Estado do norte; depois voltamos para cá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Esperidião Amin, para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco Parlamentar PP/PTB/PSC.

V.Exa. dispõe de 9 minutos na tribuna.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nunca vi tanta discussão como a que estou vendo agora sobre uma irrelevância. V.Exa. me disse que a ordem dos fatores não altera o produto, nem a coragem das pessoas sérias. Os que não são sérios querem ir para o fim da fila, e os mais valentes querem ir para o começo da fila, mas a ordem dos fatores não altera o produto, nem abala a convicção das pessoas sérias.

Enquanto isso, Sr. Presidente, lá fora, a vida continua, doída para os desempregados, sofrida para os empresários. E só quem vive na redoma imagina que o único assunto do País é a ordem de votação, para se saber quem vai votar primeiro ou depois no domingo.

A crise é muito maior do que essa, Deputado João Paulo Kleinübing. A crise passa pelos Municípios, que não têm dinheiro para pagar salário; passa pelos Estados, como o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro, que vivem uma penúria que afeta quem está na fila — algo que V.Exa. conhece bem — dos hospitais, dos postos de saúde, na fila do remédio.

Venho falar aqui, com a autorização do nosso Líder, sobre uma série de matérias que estão aterrorizando o mundo financeiro, a propósito do mandado de segurança que Santa Catarina ajuizou, por iniciativa do Governador João Raimundo Colombo, Deputada Geovania de Sá, e que passou a liderar a luta federativa em nosso País. O mandado de segurança questiona o indexador utilizado no cálculo da



dívida dos Estados, o que está levando as unidades federadas à penúria. Esse indexador foi alterado pelas Leis Complementares nº 148, de 2014, e nº 151, de 2015, para serem erigidos sob a forma de SELIC Acumulada.

Daí derivou o decreto da Presidente da República, baixado no dia 29 de dezembro de 2015, que estabeleceu a fórmula de cálculo, no Anexo I do inciso I do art. 3º desse decreto, um documento infralegal duas vezes arbitrário. Primeiro, porque estabelecia que o Estado que assinasse novo acordo teria que desistir de qualquer direito; segundo, porque o fazia adotando como modelo de SELIC Acumulada, a SELIC Capitalizada, ou seja, juros sobre juros.

Depois de conversar com autoridades financeiras do meu Estado, com o Secretário da Fazenda Antonio Gavazzoni, com autoridades jurídicas e com o Procurador-Geral do Estado de Santa Catarina, Dr. João dos Passos Martins Neto, eu ingressei com o Projeto de Decreto Legislativo nº 311, que vai ao encontro de decisão proferida pela Ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal. Em outro projeto, proponho a sustação dos efeitos dessa fórmula criada por decreto.

Esse projeto de decreto legislativo, Sr. Presidente, teve sua discussão encerrada nesta Casa. Certamente, ele seria aprovado, não fossem três suspensões de sua votação. Na hora de ser votado, ele teve sua votação suspensa por solicitação da Liderança do Governo, que, como fórmula de acordo, apresentou o Projeto de Lei Complementar nº 257, de 2016, que não mexe no indexador das dívidas, apenas permite a prorrogação por 20 anos, com o mesmo indexador, e permite também que se dê um desconto de 40% nos próximos 24 meses, para ser cobrado ao final do contrato.



Isso, evidentemente, é insatisfatório, se considerarmos que o estoque da dívida dos Estados quando firmados os primeiros contratos era da ordem de 115 bilhões de reais. Os Estados e Municípios pagaram cerca de 300 bilhões de encargos e ainda devem 470 bilhões. Portanto, é uma dívida impagável nessa marcha de acontecimentos.

O que me assusta é que a decisão do Supremo Tribunal Federal, que reconhece que esse decreto exorbitou o decreto presidencial, está sendo atacada numa verdadeira onda de terrorismo antiterrorista. Representantes de bancos e representantes das economias mais abastadas do Brasil acham que é uma indignidade questionar a fórmula de juros aplicada a um ente federado e outro. A União empresta a juros superiores até aos que pagou no período de 2003 a 2013.

Finalmente, ontem, a Sra. Presidente da República, numa entrevista ao *Estadão* — cujo teor, publicado na Internet, eu vou anexar a este pronunciamento — , por duas vezes se refere a este Deputado, o que muito me honra, dizendo que o projeto de decreto legislativo é nefasto ao Brasil. Chamou-o até de terrível. É terrível para quem? É terrível para os que ganham dinheiro fácil em cima das unidades federadas? É terrível porque o Supremo Tribunal Federal aceitou por unanimidade a tese de que essa matéria deve ser discutida no Pleno, de que cabe mandado de segurança e, mais do que isso, de que o decreto presidencial exorbitou.

Tenho o maior respeito pela Presidente Dilma Rousseff e pelo momento que S.Exa. está vivendo, e não pretendo cobrar o fato de ter tido meu nome mencionado de maneira injusta. Mas quero dizer que injusto mesmo é o tratamento que os Estados estão recebendo.



Eu espero que a iniciativa do Ministro Fachin de convidar os Governadores dos Estados brasileiros e o próprio Ministério da Fazenda resulte em um novo processo de entendimento.

Dessa feita, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, com a reunião que S.Exa. o Ministro Fachin convocou para o dia 19 próximo, espero que esta Casa chegue a uma solução tanto para o projeto de lei complementar quanto para o projeto de decreto legislativo. E que esses sustos por que estamos passando no campo federativo e econômico possam ser dirimidos com uma solução correta e apropriada.

Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade de fazer este esclarecimento.

Espero que na semana que vem, apesar de todos os traumas do *impeachment*, nós possamos avançar nesse assunto construtivamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu que agradeço, nobre Deputado.

ENTREVISTA A QUE SE REFERE O ORADOR

“Não se faz um pacto com ódio ou retaliação”

A presidente Dilma Rousseff aparentava calma durante a entrevista concedida ontem a dez jornalistas. Disse que tem dormido bem. O sono lhe chega por volta das 22h30 e não toma remédio para dormir. Considerou “machista” comentários e publicações sobre um suposto “desequilíbrio” emocional e contra-argumentou: ninguém em estado alterado consegue levantar as 5h30, andar de bicicleta ou caminhar por 50 minutos ou mais, diariamente, e ainda fazer uma hora de musculação. Dilma informa que sob tensão se sente mais forte.

Foram duas as mensagens durante o encontro de pouco mais de duas horas no Palácio do Planalto: lutar até o último minuto contra aprovação do impeachment



e, se vencer na votação de domingo, seu primeiro ato será convidar as forças políticas para um novo pacto. “Vou oferecer um processo de diálogo. Sem vencidos nem vencedores. Não se faz um pacto com ódio ou retaliação”, disse.

Dilma não poupou adjetivos contra o vice-presidente Michel Temer e o presidente da Câmara, Eduardo Cunha(RJ), ambos do PMDB. Considera que são os grandes “conspiradores” do golpe que está em curso para tirá-la do poder.

Considera uma situação “perversa” ver Cunha presidindo a sessão que decidirá o destino do seu mandato domingo.

Para mostrar aos jornalistas que não enxerga como próximo o fim do mundo do seu mundo e que sempre mantém viva a esperança, a presidente contou sobre quando estava presa e lhe avisavam que seria interrogada na Operação Bandeirantes (Oban). “Eu era torturada e voltava para trás. Isso acontecia várias vezes. Depois ia para o Dops e torcia para que fosse Carnaval e [o temido delegado] Fleury fosse para a festa”. A via sacra incluía uma passagem pelo Presídio Tiradentes “que era todo cinza”. Ela prossegue: “Eu ia pensando que tinha uma saída [para aquela situação]. A vida é assim. A gente só encara se tiver esperança”

A presidente riu, contou casos. Citando o ator italiano Vittorio Gassman, que disse que deveríamos ter duas vidas: uma para ensaiar, outra para viver”, Dilma constatou: “Eu tinha que ter ensaiado, mas fui obrigada a viver”.

A seguir, os principais trechos da entrevista: Imprensa: Se a senhora vencer como será a política econômica do pós-impeachment?

Dilma Rousseff: Estamos diante de uma situação em que há uma interação entre a instabilidade política extremamente profunda, que há 15 meses afeta o país, e a crise econômica. A crise econômica, nós todos sabemos, é cíclica. Mas tem características próprias do Brasil.

Imprensa: Quais?

Dilma: Acredito que tivemos um aprofundamento da crise derivada do fato de que nós, ao fazermos a política anticíclica, derrubamos bastante a arrecadação do país. Tivemos um nível de redução de impostos bem elevado.

Imprensa: E agora?

Dilma: Agora pergunto: teríamos segurado o emprego na proporção que seguramos se não tivéssemos feito um financiamento através do PSI, que



chegamos a ter juros de 2% real? Se não tivéssemos reduzido o imposto sobre bens de capital de 30% para 4%? Se não tivéssemos desonerado a folha no montante que desoneramos? Porém, o Brasil tem disfunções e algumas questões nós vamos ter que enfrentar.

Imprensa: Quais?

Dilma: Acho que nós vamos ter fazer reformas. Para isso há que ter unidade. Não é possível ter “pauta-bomba”.

Uma das disfunções que eu tenho vivido são as “pautas-bomba”.

Imprensa: O STF acabou de colocar uma pauta-bomba, a cobrança de juros simples na dívida dos Estados com a União, não?

Dilma: Não, essa pauta-bomba veio da Câmara. Foi um projeto de decreto legislativo do deputado Esperidião Amim (PPSC).

O deputado fez esse projeto terrível, que transforma toda a correção das dívidas dos Estados de juro composto para juros simples. O cálculo da Fazenda é de impacto de R\$ 300 bilhões. Pauta-bomba é aquela pauta que a pessoa acredita que é possível sair de uma situação difícil botando fogo em todo o restante. Nós tivemos este processo durante 15 meses, desde a minha reeleição.

Imprensa: Pauta bomba já ocorreu em outros governos. Não seria por falta de coesão da base parlamentar?

Dilma: No passado, para um governo fazer maioria, você precisava de três partidos. Foi assim que Fernando Henrique governou. O Lula precisava de menos partidos também em relação ao meu governo. No início do meu segundo mandato, temos 27 ou 28 partidos com representação no Congresso Nacional. Supor que alguém no Brasil pode estruturar uma política sem uma reforma política profunda será muito difícil. Eu acho que é possível tentar e conseguir um pacto. Esse presidente da Câmara dos Deputados [Eduardo Cunha] é um dos grandes responsáveis pelas pautas-bomba.

É um grande responsável pela não votação de reformas.

“Esse presidente da Câmara [Eduardo Cunha] é um dos grandes responsáveis pelas pautas-bomba”.

Imprensa: Na condução com o Congresso a senhora não faz nenhuma autocrítica? Pelo menos no segundo mandato para a base se esfacelar?



Dilma: Eu acho que a base não se esfacelou. A não ser que você tenha uma visão absolutamente idealista de partido político, ninguém vai entender como é que funciona a atividade parlamentar no Brasil. Vocês adoram que eu faça autocrítica. Eu não posso fazer autocrítica só para contentar, porque não muda uma vírgula da realidade.

Imprensa: E qual a saída?

Dilma: Eu acredito que é possível tecer um pacto no país. Mas eu quero dizer para vocês que alguns pré-requisitos são fundamentais. Tecer um pacto no país nessas circunstâncias que vivemos sem a legitimidade do voto, tentando transformar o impeachment numa eleição indireta, de quem não tem voto...

Imprensa: Como?

Dilma: Tem gente tentando através do impeachment fazer uma eleição indireta daqueles que não têm voto. Uma eleição indireta perigosíssima porque não resolve os problemas do país. Para respeitar o voto popular a gente cai na história do impeachment. Ele está previsto sim, na Constituição. Esta é uma afirmação correta feita por vários órgãos de imprensa. Só que os órgãos de imprensa se esquecem que o impeachment previsto na Constituição tem que ter base legal.

Imprensa: A senhora fala como se já tivesse acontecido.

Dilma: Não, não. Eu estou falando que aqueles que fazem isso têm que saber as consequências dos seus atos, que estão ocultas. Por que eu tenho que falar? Porque eu não vejo nenhum grande órgão de imprensa dizer "é golpe". Vi alguns articulistas. Estou fazendo uma denúncia: tem um estado de golpe sendo conspirado no Brasil. Tanto aqueles que agem a favor, abertamente, como os que agem ocultamente. E tem os que se omitem.

Imprensa: Quais?

Dilma: As pessoas que se omitem, porque o resto a máscara caiu, a fantasia foi rasgada e não fui eu quem disse, é só ler as declarações. O vazamento interessantíssimo. Foi uma manifestação deliberada nunca antes vista na história do mundo. Quando um processo está em curso e alguém tenta, sem olhar o resultado, fazer um discurso de posse. Eu chamei de golpe, de chefe do golpe, de vice-chefe do golpe. Eu só não sei quem é o chefe e quem é o vice-chefe. Acho que são



associados. Uma parte do golpe depende do presidente da Câmara e aqui ninguém é ingênuo. Eu não vou fazer uma entrevista muito bem comportada.

Imprensa: Quais as outras disfunções, presidente?

Dilma: Deixa eu falar do fim da pauta-bomba, que tem efeito corrosivo nas finanças públicas e na economia. É óbvio que eu fui eleita com plataforma que não fala que o Estado tem que tratar só de educação, saúde e segurança. É uma visão primária no Brasil ter visão de Estado mínimo. O Estado pode não fazer um monte de coisas que a iniciativa faz muito melhor, mais rápido e eficiente. Nós temos uma experiência muito bem-sucedida em concessões. E acho que as empresas brasileiras construtoras tem que ser encaradas como agentes de desenvolvimentos e não como agentes de corrupção.

Imprensa: Se refere a empreiteiras envolvidas no Petrolão?

Dilma: Tem que se impedir que se demonize as empresas que constroem. Outra coisa é dizer, investiguem quem tiver de investigar. Mas não destruam a empresa. A julgar por esse método, não sobraria um banco americano depois da crise de 2008. Não fizeram isso. Multaram, penalizaram.

Imprensa: E alguns fecharam.

Dilma: Fundiram. Ali ninguém acredita que tem banco na sacristia e que tem banco no inferno. Lá eles têm uma visão mais realista da vida.

Imprensa: A senhora aceitaria convocar eleições e abrir mão de parte do mandato?

Dilma: Não vou nesse momento ficar discutindo uma hipótese. Principalmente uma hipótese que contraria o que acredito, que temos todas as condições de ganhar no Congresso. Acho que o resultado que nós obtivemos na comissão, ao contrário do que foi cantado em prosa e verso, é um resultado importante, 41,5%. Se você fizer uma projeção, dá 213. Se der um desconto, ainda fica na faixa de conforto [são necessários 172 votos]. O governo vai lutar até o último minuto do último tempo. Não vou tratar as pessoas que discutem dessa forma [convocação de eleições] como eu trato as pessoas que estão propondo o golpe. A pessoa que está propondo [convocação de eleições], em que eu pese eu considerar que o meu mandato a Constituição diz o dia que começa e termina, eu respeito.



Imprensa: Depois da votação na comissão houve fatos novos. Por exemplo, o PP decidiu sair do governo. Tem ministro indicando que pode ter um efeito manada.

Dilma: Acho que nessa reta final vamos sofrer uma guerra psicológica para construir uma situação de efeito-dominó. Há situações variadas, os partidos saem do governo mas as pessoas ficam. Não tem uma relação linear entre o líder e os liderados. Esta é também uma característica do sistema político.

Imprensa: A senhora diz que lutará até o último minuto. A senhora se refere à luta no Congresso ou à judicialização?

Dilma: Sabemos todos os equívocos, falhas, irregularidades, todas as evidentes violações praticadas pelo rito imposto pelo senhor presidente da Câmara no direito de defesa que para mim é um, para ele é outro. No jurídico, não sabemos se vamos, e quando. “Os que falam que não querem pagar o pato são aqueles que têm na arrecadação do sistema 'S' uma das fontes de sua renda” Imprensa: Há uma situação de conflito entre o vice-presidente, o presidente da Câmara, o Supremo e o Ministério Público. Supondo que eles assumam o poder, há risco de uma guerra institucional?

Dilma: Acho que o Brasil, apesar de ser uma jovem democracia, tem uma razoável independência entre os Poderes. Acho que há independência dos Poderes e soberania inconteste no STF. Não acredito que tenhamos fragilidade no que se refere às demais instituições, até porque elas ganharam isso ao longo do tempo. O que eu acho interessante avaliar não é os Poderes. É como se comportará a imprensa diante da [minha] continuidade.

Imprensa: No pós-impeachment?

Dilma: O meu impeachment não passará. O que fará a imprensa? A espetacularização da investigação vai continuar? Grava o presidente da República nos Estados Unidos sem a autorização do Supremo para ver o que acontece.

Imprensa: O presidente Fernando Henrique foi grampeado durante o exercício do mandato.

Dilma: Pois é, querida, mas é errado. O fato de o Fernando Henrique ter sido gravado é um escândalo. A espetacularização da política no Brasil atinge níveis fantásticos e dirigidos. Queridos, eu fui investigada, virada do avesso, eu não estou com o impeachment sobre contas, uma contabilidade numérica esotérica. Sabe



porque esotérica? Porque todos os que me antecederam usaram dos mesmos processos. Essa contabilidade de dois pesos e duas medidas que usaram contra mim evidencia que não acharam outro motivo para tentar forçar o meu impedimento.

Imprensa: A senhora mencionou um pacto. Essa é sua proposta?

Dilma: Eu te digo qual é o meu primeiro ato pós votação na Câmara. A proposta de um pacto, de uma nova repactuação entre todas as forças políticas, sem vencidos e vencedores. Agora, não se faz pacto com ódio ou retaliação.

Imprensa: Qual a sua proposta para esse pacto?

Dilma: Nós já mandamos várias coisas para a Câmara. Eu acho que o primeiro item do pacto é dialogar, conversar.

Imprensa: A senhora chamaria a oposição para dialogar?

Dilma: Convido todos, querido. Tenho que honrar os meus votos e os outros votos, porque os dois participaram de um processo eleitoral legítimo.

Imprensa: O que a senhora poderia oferecer para a oposição?

Dilma: Eu vou oferecer um processo de diálogo.

Imprensa: E para as forças econômicas e sociais?

Dilma: Temos que olhar todos os lados do Brasil e respeitar as conquistas já adquiridas. Você não terá paz social no país se não colocar na mesa trabalhadores e empresários.

Imprensa: Duas coisas: a primeira é sobre o seu estado de espírito. Está dormindo bem à noite? E a segunda: as pessoas que estão na rua em sua defesa são as mesmas que votaram na senhora em 2014 e que, de certa forma, foram desapontadas com a não guinada à esquerda. A senhora se arrepende disso?

Dilma: Esse negócio do estado de espírito é uma coisa engraçada. Eu quero até perguntar a vocês. Todos aqui são normais. Alguém, se está muito ruim, levanta e vai andar de bicicleta às 5h50 e anda 50 minutos e faz, se puder, uma hora de musculação? Você acha que isso é possível? Eu durmo bem e não tomo remédio. Começo a ter muito sono ali pelas 22h30.

Imprensa: A senhora diria que dorme o sono dos justos?

Dilma: Eu durmo. Sou uma pessoa que tem grande competência quando aumenta a tensão. A minha fraqueza é quando eu relaxo, aí eu fico muito normal.



Imprensa: E a segunda parte da pergunta? Lula fala de uma guinada para a esquerda...

Dilma: Lula hoje não é mais presidente e pode falar tudo o que ele pensa. Eu entendo que as pessoas queiram mais. Agora, acho que nós não temos como, quando cai a arrecadação, dar mais.

Imprensa: A senhora sugere a reforma política. Mas é esse sistema que decidirá o seu futuro.

Dilma: O sistema político brasileiro se mostra muito receptivo a expedientes golpistas inconstitucionais, porque é frágil. Precisamos de uma reforma política que defina em que condições se aceitará a formação dos partidos, como será o modelo de voto. A versão de que a política é ruim, suja, também não contribui. O apoliticismo serve a interesses políticos poderosos.

Imprensa: Muitos empresários estão apoiando o processo de impeachment. Eles são golpistas?

Dilma: Não há nenhum pecado original em ser empresário, mas também não há nenhuma salvação definitiva. Se você defende a interrupção de um mandato legalmente constituído, se você acha que sem prova é possível tirar um presidente de seu cargo, isso é golpismo. Independentemente do que você seja, empresário, trabalhador...

Imprensa: Presidente, a senhora não concluiu o que seria a agenda pós-impeachment.

Dilma: Acho que no Brasil nos vamos ficar diante de várias escolhas. Completando a minha pauta econômica...por exemplo, a reforma tributária. Vamos ter que escutar vários lados. Nós somos um país com uma estrutura tributária regressiva. Teremos que fazer uma discussão sobre a progressividade. É uma discussão que, de uma certa forma, é interdita, mas vai ter que ser feita. Dou exemplo da reforma tributária porque é o mais suave. Mas vai ter que aumentar tributo. Nenhum Estado saiu disso [da crise fiscal] sem aumentar tributo.

Imprensa: Estamos com a seguinte situação: PIB em queda, queda da renda per capita, o desemprego aumentado, as empresas no setor elétrico e Petrobras no vermelho, os fundos de pensão estão no vermelho...

Dilma: Eu discordo que a Petrobras esteja no vermelho.



Imprensa: Tem qualquer saída fora da CPMF?

Dilma: Eu não vejo. É também muito recessiva a redução do gasto do governo. Vamos ter de colocar o diálogo na mesa. Não dá para colocar um lado só pagando o pato. Os que falam que não querem pagar o pato são aqueles que têm na arrecadação do sistema "S" uma das fontes de sua renda. Ou nós discutimos às claras o que é a estrutura tributária do país ou não dá certo.

Imprensa: A senhora estaria falando em aumentar os investimentos do governo?

Dilma: Não, estou pensando em não pará-los.

Por exemplo, se vendermos o KC390 [avião da Embraer] nós podemos ter uma entrada de US\$ 1,1 bilhão por ano. Eu estou na fase final do KC390. Ai passo a não ter recursos para completá-lo. É a poupança burra. Como isso, tem vários outros processos em curso no Brasil. Não temos mais onde cortar.

Imprensa: A senhora discutiria a desvinculação do Orçamento ou a desindexação do salário mínimo?

Dilma: Não, não discutiria.

Imprensa: E se a senhora perder?

Dilma: Olha, se eu perder, eu estou fora do baralho. Mas não estou falando da Câmara, estou falando no fim, mais ou menos lá por maio.

Imprensa: O que a senhora não faria de novo?

Dilma: Na minha vida, umas 20, 30 mil coisas. Quantas coisas você não faria de novo? Vittorio Gassman disse em uma entrevista que você teria que ter duas vidas. Uma para ensaiar, outra para viver. Eu tinha que ter ensaiado, mas fui obrigada a viver.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Evair de Melo, para uma Comunicação de Liderança, pelo Partido Verde.

V.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. EVAIR DE MELO (PV-ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, assomo a esta tribuna para lembrar que hoje é o Dia Internacional do Café.

Até meados do século XX o café foi o principal fator da economia brasileira. E, já que se discute se a votação será do Sul para o Norte ou do Norte para o Sul, informo que o café entra pelo norte, pelo Estado do Pará, desde 1720. Depois desce o território brasileiro construindo riquezas, como na cidade de São Paulo.

A história de São Paulo está em torno da cafeicultura, bem como a história de Minas Gerais, do Paraná e da Bahia. Hoje o café está presente em vários Estados brasileiros, mas encontra nas terras capixabas, no nosso querido Espírito Santo, de terras férteis e de povo trabalhador, a principal fonte de riqueza para quase 80% dos seus Municípios.

Essa lembrança é para fazer o registro da importância de algumas instituições, entre elas instituições de pesquisas agropecuárias. Tenho que me lembrar do extinto Instituto Brasileiro do Café — IBC, que cumpriu, ao tempo, a sua importância; do Instituto Agrônomo — IAC; da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais — EPAMIG; do Instituto Agrônomo do Paraná — IAPAR; da EMBRAPA Café, que tem um importante papel. Quero também destacar o papel do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural — INCAPER, que apostou na tecnologia, na inovação, na extensão e fez da cafeicultura, com tecnologia, a fonte de riqueza para os capixabas, encantando o mundo com aroma e



com sabor. Hoje, mais do que nunca, o Brasil se consolida como um dos maiores fornecedores internacionais dessa matéria-prima de altíssima qualidade.

Cabe registrar que, neste momento, a Organização Internacional do Café — OIC é presidida por um brasileiro, mas estamos correndo o risco de perder esse posto, porque o Governo brasileiro não está honrando o nosso compromisso e não está pagando anuidade a essa instituição. Quero fazer isso em nome da Frente Parlamentar Mista da Agropecuária, como Secretário-Executivo da Frente Parlamentar em Defesa da Cafeicultura e membro do Conselho Nacional do Café pelo Espírito Santo.

Sr. Presidente, fica registrado o agradecimento a todos os pesquisadores, aos extensionistas, aos produtores rurais, ao sistema cooperativo, ao cooperativismo brasileiro, que apostou e aposta nessa atividade que hoje encanta o mundo.

Quero agradecer à indústria brasileira, em especial à Associação Brasileira da Indústria de Café — ABIC, pelo tanto que faz de inovação. Quero agradecer também à academia. A cada ano há mais pesquisas, não só de produção do ponto de vista agrônomo, mas do ponto de vista de consumo, confirmando que o café faz bem para a saúde, o café integra pessoas, o café faz essa diversidade.

Recentemente, cheguei de uma missão, pela OIC, na Etiópia, para conhecer as origens do café. Nas terras brasileiras, graças ao povo brasileiro, graças à ciência e à tecnologia, graças ao cooperativismo, a instituições como INCAPER, IAPAR, EPAMIG e EMBRAPA, o café produz riquezas.

Por isso, respeitem o café, respeitem a pesquisa, respeitem a tecnologia e respeitem essa atividade que produz riqueza para todos!

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Pimenta, para uma Comunicação de Liderança, pelo Partido dos Trabalhadores.

V.Exa. tem até 8 minutos na tribuna.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, a fim de assegurar à sociedade brasileira que nós temos os votos necessários para evitar que esta Casa cometa o desatino de rasgar a Constituição e de enterrar a democracia.

No próximo domingo, numa manobra que jamais seria aceita, tentarão substituir a vontade de 54 milhões de brasileiros e brasileiras pela vontade de 300 Parlamentares. Querem substituir uma Presidenta honrada, decente, que não responde a nenhum processo, por uma chapa que tem Temer como Presidente da República. E, no domingo, pretendem transformar Eduardo Cunha em Vice-Presidente da República.

É isso, senhoras e senhores, que esses Parlamentares que aderiram a esta estratégia golpista pretendem fazer em nosso País: afastar a Presidente Dilma, substituir 54 milhões de eleitores e eleitoras pelas suas vontades individuais e transformar o Deputado Eduardo Cunha — o Presidente desta Casa, que já deveria ter sido afastado há muito tempo, que não reúne mais condições políticas, éticas, jurídicas e morais para presidir esta Casa — em Presidente da República.

Imaginem os senhores e as senhoras, numa necessidade de substituição do Temer, o que nos oferecem os colegas Parlamentares: a chance de o Deputado Eduardo Cunha assumir a Presidência da República.



Senhoras e senhores, essa é a coroação de uma infeliz negociata que teve início no dia 24 de novembro do ano passado, quando os Líderes da Oposição vieram a esta tribuna e anunciaram que entrariam em obstrução e só sairiam da obstrução quando Eduardo Cunha fosse afastado da Presidência da Casa.

Esse gesto de coragem dos Líderes da Oposição, Deputado Amauri, não durou uma semana. Não durou uma semana porque, no dia 2 de dezembro, quando o Deputado Eduardo Cunha foi ao Salão Verde e anunciou que estava abrindo o processo de *impeachment*, imediatamente a Oposição saiu da obstrução e passou a dar ao Deputado Eduardo Cunha os votos necessários para que ele seja absolvido no Conselho de Ética desta Casa.

Mais uma prova do que eu estou dizendo aconteceu ontem, quando o colega que tinha sido indicado como o primeiro Relator do Conselho de Ética, que denunciou que tinha recebido ameaças de morte, renunciou a sua vaga no Conselho de Ética. E será substituído, agora de maneira definitiva, para que o Deputado Eduardo Cunha, antes da votação do *impeachment*, tenha a maioria necessária dos votos para ser absolvido no Conselho de Ética.

É essa a primeira etapa desse golpe, dessa negociata envolvendo os partidos da Oposição e o Presidente desta Casa, o Deputado Eduardo Cunha.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, todos sabem que, se por um lado está prevista na Constituição a possibilidade de impedimento do Presidente da República, isso só pode acontecer quando ocorre crime de responsabilidade. E todos aqui sabem que a Presidenta não cometeu crime de responsabilidade; que, para se materializar o crime de responsabilidade, é necessário que tenha ocorrido dolo, intenção.



A Presidente assinou decretos legislativos remanejando recursos do Orçamento sem criar novas despesas, algo corriqueiro na administração pública, ato presente nos Governos Lula, Itamar, Fernando Henrique, ato que 17 Governadores adotaram, assim como centenas de Prefeitos.

E agora querem criar uma tese de que a Presidente cometeu crime de responsabilidade por ter assinado decretos, cada um deles, Sr. Presidente, com 20 anexos, com pareceres de juristas, de técnicos, de servidores de carreira dos Ministérios que atestavam a legalidade dos atos propostos pela Presidente da República, decretos que foram pedidos inclusive por outros Poderes — pelo Tribunal Superior do Trabalho, pelo Tribunal de Contas da União.

Todos aqui sabem que é uma falácia, que é uma mentira, tentar justificar a cassação da Presidenta por causa da frágil e inconsistente denúncia apresentada nesta Casa. O Relator na Comissão que analisou o processo de *impeachment* apresentou um relatório que fugiu da denúncia, que é frágil, que é inconsistente. E é por isso que nós estamos questionando no Supremo Tribunal Federal os aspectos aqui levantados.

Quero dizer aos senhores e às senhoras que, mesmo com a avalanche midiática, especialmente a da grande Rede Globo, a grande narradora deste golpe, mesmo com os milhões de reais investidos pela FIESP — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo nesses movimentos golpistas de norte a sul do Brasil, mesmo assim, Sr. Presidente, nós temos votos em todos os partidos que compuseram neste último período a base do Governo.

Se a Oposição tivesse os votos necessários, não teria necessidade de estar aqui tentando manobrar o Regimento, mudando a ordem da votação. Fazem isso,



Sr. Presidente, porque sabem que não têm os votos e serão derrotados pela democracia aqui, no próximo domingo.

Até a vitória, povo brasileiro, em defesa da democracia! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Líder.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sas. e Srs. Deputados, saíram os Restos a Pagar. Deem uma olhada nos Restos a Pagar agora — acabaram de sair.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Sra. Deputada Jandira Feghali, para uma Comunicação de Liderança, pelo Governo.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, falo pela Liderança do Governo.

Em primeiro lugar, gostaria de registrar o espanto, que muita gente está observando, dessa tentativa de se fazer uma luta psicológica dentro deste plenário ao se criar o clima de “*Já ganhou!*”, “*O Governo já perdeu!*”, “*O impeachment já passou!*” e confiando em algo absolutamente preconceituoso como dizer que haverá um “efeito manada” aqui, como se fôssemos gado, como se não tivéssemos consciência, como se o processo estivesse ganho.

Aliás, é bom falar de todas as manobras do Presidente da Câmara, que não deveria estar sentado nessa cadeira, que já deveria ter saído, já que é réu no Supremo com provas absolutamente robustas das suas atitudes ilícitas: dos desvios de recursos, da evasão de divisas, da sonegação à Receita, de propina. Tudo isso está nas costas, na vida e nas provas contra o Presidente da Casa, mas ele, sem nenhum limite, sem nenhum escrúpulo diante de tudo isso, acha que pode comandar o processo de impedimento de uma Presidenta da República que não tem nenhuma conta lá fora, não tem nenhuma acusação sobre o seu patrimônio.

Aliás, é bom que vocês saibam ou procurem saber qual é o patrimônio da Presidenta Dilma; qual é o crime que ela tem vinculado ao seu enriquecimento pessoal; qual foi o desvio de recurso que ela fez; qual é a acusação que pesa sobre ela; qual é a investigação em que ela é denunciada; em que processo ela é ré no Supremo Tribunal Federal ou em qualquer outro tribunal.



E aquele cidadão se colocou como Presidente da Casa, ou melhor, uma parte daqui o colocou, depois questionou, agora se abraçou com ele. A Oposição se abraçou com ele. Eu vi vários Deputados que antes o questionavam elogiando-o da tribuna da Casa. Nessa promiscuidade política em torno de um casuísmo e de uma mágoa, de uma impossibilidade de aceitar a derrota, este processo está eivado de ilegalidades e inconstitucionalidades. Vamos ver: ninguém manobra tanto se tem a certeza da vitória. Para que tanta manobra? Para que tanta ilegalidade? Por que um relatório forjado sem crime nenhum, com uma face de que estaria de fato fazendo uma análise profunda, técnico-jurídica dos crimes de responsabilidade absolutamente inexistentes?

Então, há uma manobra atrás da outra. E, pior, a sociedade está enxergando.

Está claro para nós que não há dois terços deste Plenário para aprovar o *impeachment*. Não adianta falar, balançar papel, fazer provocação, porque nós estamos muito tranquilos em relação a isso. Nós estamos fazendo o nosso trabalho, e V.Exas. tentam fazer o seu. Não adianta inventar, não adianta fraudar resultado nem blefar para a grande mídia, que apoia essa posição golpista de V.Exas.

A grande mídia diz o dia inteiro que o *impeachment* já passou. Se assim fosse, para que tanta manobra, para que tanta ilegalidade, para que tanta negação do Regimento da Casa? Por que a negação da Constituição e da Lei 1.079, de 1950? Por que Parlamentares de partidos que têm história de esquerda — aliás, só ficaram na história — hoje se abraçam com Eduardo Cunha?

Eduardo Cunha hoje é o comandante, junto com Michel Temer, um traidor da história da República democrática brasileira que tenta sentar numa cadeira sem nenhum voto. Aliás, seria bom que ele dissesse quantos votos teve para Deputado



Federal em São Paulo. Não conseguiu esses votos nem para se eleger Deputado Federal, mas, neste momento, quer ser Presidente da República sem um voto sequer.

Então, há uma grande armação articulada com um comando lá fora, e não só em Curitiba. Curitiba tem agentes públicos articulados, mas o comando está em São Paulo e fora do Brasil. Nós sabemos disso.

Neste momento, nós temos que ter a consciência de que a sociedade se dividiu. Não adianta falar de um domingo, de dois domingos, de três domingos. É importante ver o que acontece no Brasil todos os dias. E todos os dias no Brasil há uma manifestação pela democracia, pelo Estado Democrático de Direito, contra essa agenda que foi explicitada para o Brasil, uma agenda do Estado mínimo, em que os trabalhadores brasileiros perderão suas conquistas, perderão suas garantias, perderão o que conquistaram até aqui.

O povo pobre deste País teve muitas conquistas nos últimos 13 anos, e ele as perderá, porque não há nenhuma sensibilidade num Governo ilegítimo, sustentado por um comando lá fora e por um comando da elite paulista que vá respeitar, valorizar, fortalecer ou aprofundar as conquistas do povo brasileiro.

Então, está em risco a democracia; estão em risco as conquistas sociais do povo brasileiro; estão em risco as conquistas dos trabalhadores, inclusive a valorização do salário mínimo; está em risco a legitimidade desta Casa; está em risco a legitimidade deste Governo que imagina que se sentará naquela cadeira — não vai se sentar! — e está em risco a estabilidade política do Brasil.

Nós temos que ter responsabilidade. O prognóstico de um processo desse, caso V.Exas. vençam, é o prognóstico estorrecedor de uma sociedade conflagrada.



Governo ilegítimo não pode pedir apoio da sociedade brasileira. Governo golpista, que viola a Constituição, que viola a democracia, que viola o Estado Democrático de Direito; não pode pedir apoio da sociedade brasileira; não vai conseguir governar, não tem sustentação na sociedade, não tem base na sociedade para isso.

De outro lado, como nós temos absoluta convicção de que vamos ganhar, nós não entramos nesse jogo psicológico de baixo nível: de blefar, de fazer onda, de dizer “*eu já ganhei*”. Todo mundo aqui sabe que V.Exas. não há dois terços. V.Exas. sabem, e nós sabemos. V.Exas. fazem mapa, e nós também.

Nós sabemos que esse clima não vai colar. Aqui não existe história de “efeito manada”, de voto útil, não. Aqui, a discussão é face a face: de quem é pela democracia e quem é contra ela; de quem quer entrar para a história do Brasil como golpista e fascista e quem quer entrar para história como pessoa que defende a Constituição e a democracia brasileira.

Portanto, aqui não existe conversa. Aqui não existe menino pequeno. Aqui há pessoas adultas que têm a responsabilidade de responder ao voto popular, que é uma conquista da democracia brasileira.

Assim, sabendo que nós vamos ganhar, o compromisso político que se estabelece é de rearrumação de uma coalizão de forças que monte uma agenda de desenvolvimento, de aprofundamento das conquistas de direitos sociais para que este País avance.

O mundo inteiro já fala que no Brasil está sendo construído um golpe. A Organização dos Estados Americanos — OEA, a Organização das Nações Unidas — ONU e os governos de vários países do mundo já entenderam que o que está em curso aqui é um golpe.



Essa instabilidade política não ajuda o Brasil. Essa instabilidade política nos joga numa situação difícilíssima. Isso não nos permite sequer desenvolver economicamente este País em benefício do mundo que trabalha, não apenas do mundo que lucra no sistema financeiro.

Portanto, nós vamos fazer essa batalha com muita agudeza. Quem está fazendo compra e venda de cargo que não tem é o Sr. Michel Temer, oferecendo terreno na lua, tentando comprar todo mundo. Ali está a compra, não aqui. Aqui, há um Governo eleito que reorganiza as suas forças e sua coalizão para fazer avançar o Brasil.

Portanto, vamos acabar com esse clima de “*Já ganhou!*”, porque todos aqui sabemos que isso não aconteceu e não vai acontecer. No domingo, nós vamos provar isso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu agradeço a V.Exa., nobre Líder.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu gostaria de registrar a presença dos Vereadores Orion Albuquerque e Eduardo Assis, de Carazinho; Elói Guimarães e Cassio Trogildo, de Porto Alegre; e Leandro Aguirre, de Viamão. Todos estão acompanhados pelo nobre Líder Ronaldo Nogueira e vieram aqui discutir o Orçamento-Geral da União.

Parabéns, Vereadores! É sempre uma honra recebê-los, principalmente quando acompanhados pelo nosso grande Líder Ronaldo Nogueira.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Carlos Manato, quero reiterar a honrosa presença neste plenário de vários Deputados Constituintes. Eles trouxeram um manifesto que nos confere um grande aval. Eles nos deram o grande legado da Constituição de 1988 e, agora, lançam o *Manifesto de Constituintes à Nação*, destacando que o processo deste *impeachment* fere a Constituição.

Por isso, quero deixar registrado nos Anais o manifesto.

MANIFESTO A QUE SE REFERE O ORADOR

A Constituição brasileira foi feita em momento muito especial de nossa história que marcou o fim da ditadura civil, militar e empresarial, com participação intensa de diversos setores da sociedade, que desejava virar uma página triste de nossa história. A Constituição foi construída com o propósito de dotar o País de instituições livres e fortes, praticar a democracia, fazer prevalecer a lei, garantir os direitos individuais e de cidadania, resguardar a soberania nacional e promover justiça social. Nós somos testemunhas daquele momento.

Romper o mandato popular outorgado pela nação só se admite com observância e respeito às regras dispostas pela própria Constituição. Todas as Constituições são rigorosas a respeito, para não se deixar levar por apetites vorazes para o exercício do poder político, nem que a estabilidade das instituições fique ao sabor de grupos políticos e econômicos no afã de impor suas ideologias e interesses sem o respaldo do voto popular.

Somente no caso de cometer crime de responsabilidade descrito no art. 85 da Constituição, o Presidente da República pode ser afastado de suas funções, ter o seu mandato interrompido e desfeita a sua investidura popular.



O processo de *impeachment* que se discute na Câmara dos Deputados não aponta nenhum ato da atual Presidente que tenha ferido qualquer dos casos previstos na Constituição. A alegação do que se chama vulgarmente “pedaladas fiscais” é irrisória, não representa nenhuma apropriação de recursos públicos, nenhum desvio, tão somente a utilização de recursos disponíveis em órgãos públicos, como Caixa Econômica, BNDES e Banco do Brasil, para pagamento de benefícios sociais a pessoas carentes e necessitadas. Referem-se a mandato anterior já findo e as contas de 2015 ainda não foram prestadas, nem analisadas pelo TCU e pelo Congresso Nacional.

Invocar argumentos frágeis para destituir a Presidente eleita por voto popular fere e desrespeita a Constituição, nega e fragiliza a democracia e instabiliza a República. As instituições estão funcionando regularmente, os direitos e garantias individuais estão protegidos, os casos de corrupção estão sendo apurados e gente poderosa, pela primeira vez, está sendo punida, o que é motivo de orgulho para o povo brasileiro.

Queremos que as investigações de todos os casos de corrupção sejam aprofundadas e não admitimos, sob qualquer pretexto, a sua paralisação.

A tentativa de tomada do poder, desrespeitando a Constituição, é golpe que convulsiona a Nação Brasileira, produzindo enfrentamentos de consequências imprevisíveis, pelo ódio que dissemina.

“Defendemos a Constituição Brasileira! Defendemos o Estado Democrático de Direito!”

Assinam:

Aldo Arantes

Benedita da Silva

Domingos Leonelli

Edmilson Valentim

Gumercindo Milhomem

Haroldo Lima

Haroldo Sabóia

José Carlos Sabóia

José Genoíno



Lídice da Mata
Luís Inácio Lula da Silva
Luiz Alfredo Salomão
Maurílio Ferreira Lima
Nelson Aguiar
Nelton Friedrich
Olívio Dutra
Paulo Paim
Paulo Ramos
Vasco Alves
Vivaldo Barbosa



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço a V.Exa. uma breve indagação.

No domingo, nós vamos fazer o julgamento — começando na sexta, sábado e domingo — do *impeachment* da Presidente Dilma ou do processo contra o Presidente Eduardo Cunha?

Eu só estou ouvindo discussões sobre o Deputado Eduardo Cunha, mas o julgamento é sobre o *impeachment*, por crime de responsabilidade, da Presidente Dilma. Não vai ser julgado o Presidente Eduardo Cunha!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concederei a palavra à nobre Deputada Geovania de Sá com base no art. 87 do Regimento Interno, mas, enquanto S.Exa. sobe à tribuna, concedo a palavra ao Sr. Deputado João Castelo.

O SR. JOÃO CASTELO (PSDB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de registrar aqui um apelo sobretudo à bancada maranhense, aos meus companheiros Deputados e Senadores, para que, num momento histórico tão importante como este, ajudem a salvar o País de tudo de ruim que tem acontecido e que não pode continuar acontecendo.

Uma das maiores vítimas desse desgoverno é o meu Estado, o Maranhão. Da refinaria de petróleo, hoje só existe um terreno. São 2 bilhões de reais jogados fora, porque tudo aquilo está se acabando. As estradas, da mesma forma. Mais de 150 mil pessoas estão querendo emprego, sem poder trabalhar. O povo está sendo enganado por esse Governo.

Eu acho que é obrigação nossa, enquanto pessoas que defendem o seu Estado e que lutam pelo Brasil, pedir a todos que acabem com isso de uma vez por todas votando a favor do *impeachment* desse desgoverno, que nos envergonha.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, utilizo esta tribuna num momento tão histórico quanto este para conclamar todos os Deputados e Senadores da bancada maranhense a fechar questão em torno do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, por diversos motivos.



O primeiro deles é que 70% do povo brasileiro querem esse afastamento, e o Maranhão não pode ficar de fora dessa cruzada cívica que as ruas estão mostrando de forma clara, absoluta e insofismável, de Norte a Sul, de Leste a Oeste do País. O Maranhão é um dos Estados que menos tem recebido benefícios da União. Ou o País expurga este Governo ou este Governo conclui sua obra de extermínio da Nação.

O segundo ponto de grande relevância é que mais de 80% dos maranhenses confiaram nas promessas de campanha de Dilma Rousseff e ajudaram a elegê-la nas duas eleições presidenciais, porque ela assegurou que traria para o Estado projetos importantes como o da refinaria Premium, que representava um investimento de cerca de 40 bilhões de reais e criaria 150 mil empregos no seu entorno. E mais: que a refinaria estaria com sua primeira fase funcionando até o ano de 2014.

Estamos em 2016. Do projeto há apenas um terreno abandonado onde estão enterrados 2 bilhões de reais. Viu-se depois que a tal refinaria não tinha sequer projeto executivo elaborado, porque se tratava apenas de uma intenção de investimento.

Nós sabemos muito bem quem costuma viver de intenções. Nós sabemos também que essa empreitada queimou os sonhos e enterrou as ilusões dos nossos irmãos. Eles acreditaram nessa arapuca, que continua ainda hoje sem solução policial ou judicial. Tem-se certeza apenas de uma coisa: não haverá mais refinaria, porque a PETROBRAS está literalmente quebrada, saqueada e desmoralizada. E somente essa pulha já seria motivo de sobra para que a bancada do Maranhão votasse em peso pelo *impeachment*.



Outra promessa insana do Governo foi a ampliação e a recuperação de importantes rodovias federais que cortam o Estado, como a BR-135, a BR-226, a BR-316; a ampliação do Porto do Itaqui; a construção de estaleiros navais no seu entorno, dentre outros projetos impactantes. E o que foi que ocorreu com o Estado nos últimos 4 anos, 5 anos? Ora, não ocorreu nada. A situação desses corredores de tráfego continua muito ruim.

No caso da obra da BR-135, por exemplo, é revoltante essa história. O seu trecho mais importante — são cerca de 60 quilômetros — representa hoje o filme de terror mais odiado pelo povo maranhense. As jogadas, as artimanhas, as embromações, o desrespeito para com o povo e o dinheiro público revoltam, enjoam e ferem de morte as esperanças de todos nós.

Há muito mais coisas reveladoras da bizarrice com que o povo maranhense é tratado pelo Governo Federal, a despeito, repito, de ele ter participado na eleição da Presidenta com mais de 80% dos votos que a elegeram em ambos os pleitos presidenciais.

Entendo que é chegada a hora de cobrar essa fatura com juros e correção monetária, sob os acordes dos versos de um samba que foi imortalizado na voz inconfundível da grande Beth Carvalho, que diz: “*you pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão*”.

Vamos todos votar a favor do *impeachment*!

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra a Deputada Josi Nunes.

A SRA. JOSI NUNES (Bloco/PMDB-TO. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero repercutir algo muito negativo que foi noticiado esta semana no Estado do Tocantins.

Por meio de uma auditoria do SUS e do Ministério Público Federal, foi constatado um desvio de 4 bilhões de reais da saúde pública do Tocantins, num esquema que teria envolvido gestores públicos e 13 empresas, na gestão anterior, entre os anos de 2012 e 2014. Segundo as investigações, dos 666 milhões repassados pelo Governo Federal, 475 milhões foram gastos de forma irregular, na compra de remédios e materiais hospitalares de forma forjada e superfaturada.

Esses fatos, então, justificam o problema que nós estamos enfrentando na área da saúde no Tocantins, fruto da má gestão e da corrupção no Governo anterior.

O Governo do Estado está fazendo todos os esforços para sanar esses problemas. Ele deseja dar continuidade ao serviço de saúde a toda a população tocantinense, para que todos tenham um atendimento adequado e digno.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputada.

O pronunciamento de V.Exa. vai ser divulgado no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. BACELAR - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com base no art. 187, § 4º.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Nobre Deputado, já foi feita questão de ordem sobre esse assunto hoje. É matéria vencida.

O SR. BACELAR (Bloco/PTN-BA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é outro assunto. É um assunto novo sobre a própria decisão do Sr. Presidente.

Diz o ditado popular que *“as emendas, geralmente, saem pior do que o soneto”*. E, ao tentar corrigir, fazem pior. A decisão do Sr. Presidente fala na ordem de votação dos Estados em norte-sul, sul-norte.

Então, chegando ao número 22, Minas Gerais, o primeiro Estado ao sul seria o Estado da Bahia, e não a Paraíba. Se formos seguir o que está no painel, como o Sr. Presidente diz, logo depois de Minas Gerais vem a Bahia.

Por isso, Sr. Presidente, a minha questão de ordem é no sentido de que o 23º Estado a ser chamado seja o Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu acolho a questão de ordem de V.Exa., e *a posteriori* daremos resposta.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Passa-se ao

V - GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra à Sra. Deputada Geovania de Sá, do PSDB de Santa Catarina.

V.Exa. dispõe de 25 minutos na tribuna. Será uma honra ouvi-la.



A SRA. GEOVANIA DE SÁ (PSDB-SC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar os nobres colegas Deputados e Deputadas, todos aqueles que estão nos assistindo através da *TV Câmara* e todos os brasileiros e brasileiras. A vocês, a minha saudação.

Quando eu decidi entrar na vida pública, jamais imaginei — e isso eu estava falando ao Deputado João Castelo — que teria a oportunidade de participar deste momento histórico que o nosso País atravessa. Eu jamais pensei que teria a oportunidade de votar a favor do impedimento de uma Presidente que, junto com o seu padrinho, o ex-Presidente Lula, comandou o maior esquema de corrupção da história do nosso País. Expressarei, pelo meu voto, a vontade de milhões de brasileiros votando a favor do *impeachment*.

Acredito que todos nós estamos aqui, caros colegas, para fazer valer a vontade da população brasileira. Hoje, esse é o desejo de cada brasileiro e de cada brasileira. O cidadão já não suporta mais pagar a conta da corrupção, não aguenta ser atingido por mais uma crise econômica provocada por um Governo que gastou muito mais do que podia apenas para cometer o maior estelionato eleitoral da história.

Em resposta à total falta de rumo e de comando, o povo tomou as ruas do Brasil, manifestando o claro desejo do *impeachment* da Presidente.

No último dia 13 de março, Deputado Bruno Covas, aproximadamente 7 milhões de brasileiros foram às ruas manifestar a sua indignação, superando, inclusive, o histórico movimento das Diretas Já.

Sr. Presidente, nunca é demais lembrar que, ao contrário do que pregam os governistas, um processo dessa complexidade não nasce do dia para a noite. E,



hoje à tarde, ao ser lido o ato da Mesa, eu presenciei o desespero dos Deputados e Deputadas da base do Governo.

Sobram provas contra a Presidente. O Supremo Tribunal Federal estabeleceu um rito, e os Ministros da nossa Suprema Corte deixaram claro que o processo de impedimento é, sim, constitucional, é base legal, está na nossa Constituição. Não há golpe nenhum, Sras. e Srs. Deputados. O impedimento foi feito para tirar presidentes eleitos pelo voto popular. Isso, sim, é democracia. Ditadura seria se não pudéssemos tirar a Presidente eleita, que cometeu, sim, crime de responsabilidade fiscal.

Ao falar na tentativa de golpe — de que a todo momento somos acusados aqui neste Parlamento e inclusive fora —, a Presidente demonstra que perdeu a serenidade e tenta culpar outras pessoas pelo erro do seu próprio governo. É bom lembrar que o ex-Presidente Collor também disse ser vítima de um golpe quando sofreu o *impeachment* em 1992.

Sras. e Srs. Deputados, Deputado Moroni Torgan, grande Líder que atua nesta Casa, golpe é fazer o cidadão perder o seu emprego e ainda ser atacado de forma cruel pela inflação, perdendo o seu poder de compra. Golpe é mentir para ganhar as eleições. Golpe é tornar as pessoas dependentes de programas sociais sem ao menos se preocupar em oferecer uma saída para essa dependência de programas do Governo. Golpe é desrespeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal ao atrasar, de forma deliberada, o repasse de valores a bancos públicos, que já haviam efetuado pagamentos em nome do Governo.

Além das pedaladas, o pedido de *impeachment* contempla outros motivos. Mesmo que as pedaladas fossem uma fundamentação isolada, a legislação



estabelece que é proibido o Governo pegar empréstimo em banco que ele mesmo controla. E o Governo fez isso, sim. Tanto fez que, no final do ano passado, ele pagou ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica, ao BNDES, e ao FGTS 72 bilhões de reais de atrasados que ficaram de 2014 e 2015, Deputado João Paulo Kleinübing, do meu belo Estado de Santa Catarina. Isso é crime de responsabilidade, a lei foi de fato ferida. Está na Lei de Responsabilidade Fiscal a explicação: operações de crédito por antecipação constituem empréstimo.

O resultado é que o Brasil terá este ano quase 100 bilhões de reais de déficit primário. É o terceiro ano seguido que o Governo fecha no vermelho. Essas pedaladas e maquiagens, Sras. e Srs. Deputados, jogaram o País na crise de recessão e desemprego. A Lei de Responsabilidade Fiscal não é uma lei menor. É a garantia, sim, da economia.

O poder emana do povo, e a população brasileira quer a saída imediata da Presidente da República. Este Governo já nos deu inúmeras provas de que não tem competência para gerenciar o nosso País. Uma delas é a desastrosa condução política do Governo. A tentativa de nomear o ex-Presidente Lula como Ministro-Chefe da Casa Civil é um tapa na cara dos brasileiros que, há poucos dias, estavam pedindo o seu afastamento justamente porque viram o nome do ex-Presidente ligado a mais um escândalo de corrupção. O desvio de finalidade é claro, segundo a Procuradoria-Geral da República, e, além disso, é uma tentativa desesperada de dar foro privilegiado a um investigado que estava na iminência de ser preso.

A Presidente deixou o seu partido, o PT, comandar por ela. A Presidente deixou o interesse nacional de lado e atua apenas para defender os interesses de



seu partido. A ilegalidade é uma marca deste Governo. Eles não conseguem sequer nomear um Ministro da Justiça sem que haja questionamentos nos tribunais.

Os principais meios de comunicação do País noticiam que cargos federais estão sendo oferecidos numa espécie de “feirão”. Nos bastidores, em Brasília, Lula — o “auxiliar informal” do Governo — faz promessas, oferece nomeações e negocia verbas com os Parlamentares que ajudarem a derrubar o *impeachment*, prática já utilizada em outros episódios recentes, como o mensalão e a troca de contratos públicos por empréstimos de sítios, de tríplex na praia, por antena de celular no meio do nada e outros mimos. A velha política do “eu te ajudo, você me ajuda” — o fisiologismo que o Partido dos Trabalhadores tanto condenou na oposição — é a única forma que a sigla conhece de fazer política e gestão da coisa pública.

A Presidente Dilma envergonha quase todos os brasileiros. O sentimento de decepção tomou conta até mesmo dos seus próprios eleitores. É desolador saber que, a cada hora, 284 pessoas perdem seus empregos no Brasil, onde atualmente já existem 10 milhões de desempregados. Nada, absolutamente nada, ataca mais os direitos trabalhistas e a estabilidade das famílias do que o desemprego. E o PT nos acusa de termos tirado direitos trabalhistas. O que dizer de 10 milhões de desempregados no nosso País? Isso, sim, é ferir os direitos dos trabalhadores!

Além disso, Sr. Presidente, há anos, os aposentados veem os seus salários sendo achatados, exatamente no período da vida em que mais precisam de dinheiro para se manter, para comprar seus remédios. Os aposentados vão ter que mendigar ajuda para sobreviver e não morrer de fome.



Quero dizer, Sra. Presidente da República, que os aposentados não têm mensalão, que os aposentados não têm petrolão, que os aposentados não têm Lava-Jato para se manterem!

A saúde está falida, as pessoas sabem. Todos os dias, nós contemplamos na mídia pessoas morrendo nas filas! Até mesmo o mais paciente e pacífico brasileiro ou brasileira reage quando se vê em meio a um problema de saúde sem ter mais a quem recorrer!

Essa instabilidade absoluta é absurda, Sr. Presidente! Estamos desrespeitando a Constituição Federal porque, hoje, no Brasil, nem todos os cidadãos têm direito à saúde.

Pois não, Deputado Moroni Torgan, concedo um aparte a V.Exa.

O Sr. Moroni Torgan - Deputada Geovania de Sá, em primeiro lugar, quero dizer que Criciúma e Santa Catarina estão muito bem representadas por V.Exa. neste Parlamento.

A SRA. GEOVANIA DE SÁ - Obrigada.

O Sr. Moroni Torgan - A atuação de V.Exa. sempre foi para honrar o voto que recebeu. Quero dizer que fico ainda mais impressionado com a consistência do seu discurso, com dados concretos, com dados irrefutáveis, com dados que derrubam aquela defesa que o Ministro da AGU fez, uma defesa totalmente inconsistente, fraca, fora de propósito na hora em que se encontra em curso o procedimento de impedimento. Foi totalmente fora de propósito a defesa. Mas V.Exa. toca num ponto fundamental: quem mais está sofrendo com essa recessão, com a incompetência, com os erros é o povo mais pobre, é o povo mais necessitado. Há uns anos, comprávamos dez pãezinhos por 1 real — V.Exas. se



lembram, não faz muito tempo; hoje, não compramos dois. Se formos comprar, compramos um e meio, e isso em padaria barata, porque, senão, vai ser um só por 1 real. Só com o exemplo do pãozinho nós já vemos a diferença entre o nosso povo. Sempre que há um desgoverno, quem mais sofre é o povo que mais precisa e o povo mais pobre. Por isso temos que mudar. Muito obrigado pelo discurso de V.Exa. Parabéns.

A SRA. GEOVANIA DE SÁ - Obrigada, Deputado Moroni. V.Exa. é uma grande referência para mim, como Parlamentar em primeiro mandato nesta Casa.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Arthur Virgílio Bisneto, meu amigo.

O Sr. Arthur Virgílio Bisneto - Muito obrigado, Deputada Geovania. V.Exa. reúne qualidades difíceis de se ver no Parlamento. Além de ser uma pessoa séria, uma pessoa honrada, consegue aliar um discurso nacional, de visão nacional, a um discurso regional. Eu, que sou de um Estado tão distante do seu e que conhecia tão pouco Santa Catarina, só de ouvir, só de conversar com V.Exa., passei a ser um pouco conhecedor da realidade do seu Estado, da sua cidade. Eu a parablenizo pelo discurso. É um discurso muito bem embasado, que joga por terra muitas das mentiras que foram ditas pelos nossos adversários. No momento em que os falsos indecisos ainda não demonstram o seu posicionamento em relação ao *impeachment*, os governistas, desesperados, tentam enganar, tentam jogar para baixo do tapete a realidade pela qual o País passa. V.Exa. está de parabéns pelo discurso e pela sua atuação nesta Casa. É uma mulher que nos orgulha, e tenho certeza de que orgulha demais o seu Estado. Parabéns!

A SRA. GEOVANIA DE SÁ - Muito obrigada, Deputado Arthur. É sempre um prazer ouvir suas considerações.



Ouçó, com prazer, o Deputado Bruno Covas, de São Paulo.

O Sr. Bruno Covas - Deputada Geovania, agradeço por me conceder o aparte, mas quero apenas fazer coro. Não posso falar pela população de Santa Catarina — isso o Governador Amin certamente fará —, mas falo com muita tranquilidade em nome da bancada do PSDB. A presença de V.Exa. em nossa bancada é algo que nos orgulha muito, além de deixar a bancada muito bonita e, acima de tudo, mais inteligente. A defesa de V.Exa. em especial ao seu Estado e aos trabalhadores do País honra inclusive a sua história. Parabéns pelo seu trabalho. Tenha certeza de que também apoio o que V.Exa. diz a favor do *impeachment* da Presidente Dilma. Muito obrigado.

A SRA. GEOVANIA DE SÁ - Obrigada, Deputado Bruno. É sempre um prazer ouvir V.Exa., que tem uma história maravilhosa, não só em São Paulo, mas no nosso País.

Ouçó, com prazer, o Deputado e sempre Governador do meu Estado de Santa Catarina, Deputado Esperidião Amin.

O Sr. Esperidião Amin - Deputada Geovania de Sá, quero dizer da minha satisfação em poder oferecer este aparte ao seu pronunciamento. Muito mais do que elogiar as suas observações sobre o caráter democrático e constitucional da deliberação desta Câmara neste domingo — provavelmente, o Senado Federal dará curso ao mesmo procedimento —, eu quero enaltecer o seu exemplo como Deputada assídua, atuante, participante das lutas do nosso Estado, em especial da sua região, da nossa querida Região Sul. Enalteço o seu trabalho junto às organizações sociais. A ex-Secretária da Saúde de Criciúma deixava seu telefone celular disponível para ser abordada, procurada, sem faltas, inclusive nos fins de



semana — isso aconteceu comigo, sem ensaios; de improviso. Então, acima de tudo, quero enaltecer a figura de uma mulher ativa, participante, dedicada, que pratica o verdadeiro sentido de respeito e dedicação à coisa e à causa pública. Nós, catarinenses, que temos o privilégio de ser de um Estado feminino,...

A SRA. GEOVANIA DE SÁ - O único. (*Risos.*)

O Sr. Esperidião Amin - ...o Estado de Santa Catarina, nos orgulhamos muito da sua atuação e do seu pronunciamento. Muito obrigado.

A SRA. GEOVANIA DE SÁ - Obrigada, nosso sempre Governador Esperidião Amin, que sempre foi a minha referência. Sempre li muito e estudei muito sobre sua trajetória política. Orgulha-me muito estar aqui neste plenário, dividi-lo com V.Exa. e tomar algumas decisões a favor do nosso País.

O Sr. Gilberto Nascimento - V.Exa. me concede um aparte, Deputada Geovania de Sá?

A SRA. GEOVANIA DE SÁ - Deputado Gilberto Nascimento, a Deputada Carmen Zanotto me pediu um aparte. Em seguida, eu ouvirei V.Exa., o Deputado João Gualberto e o Deputado Sóstenes Cavalcante.

A Sra. Carmen Zanotto - Deputada Geovania de Sá, eu quero agradecer a V.Exa. o aparte e parabenizá-la por enriquecer a bancada de Santa Catarina e a bancada feminina nesta Casa. Nós temos uma grande luta por mais mulheres na política, por mais mulheres em todos os espaços de poder. Eu, que conheço todo o seu trabalho como gestora municipal e agora como Parlamentar, só tenho que parabenizá-la pela sua bela colocação quanto ao momento que nós estamos vivendo. Nós não estamos desrespeitando de maneira alguma a democracia e muito menos aplicando nenhum golpe na população brasileira e no modelo político



brasileiro. Está previsto na Constituição, e estamos respeitando a Constituição. Para ser mais breve ainda, muito obrigada por atuar nesta Casa em prol do nosso Estado. Isso nos orgulha cada vez mais. Parabéns!

A SRA. GEOVANIA DE SÁ - Obrigada, Deputada Carmen Zanotto. Somos apenas duas mulheres de Santa Catarina nesta Casa. E isso muito me orgulha também, porque nós temos lutas muito parecidas, principalmente na área da saúde.

V.Exa. já foi Secretária de Saúde no nosso Estado e sabe das reais necessidades e demandas da saúde. Conhece o Hospital Materno-Infantil Santa Catarina, em Criciúma, que atenderia, se estivesse funcionando na sua totalidade, mais de 1 milhão de catarinenses, porque contempla todo o Sul. Há quase 20 anos ou um pouco mais, as obras estão paradas. Inclusive eu destinarei uma emenda de 2 milhões para finalizar aquele hospital, que, com certeza, Deputada, atenderá a nossa região, principalmente mães e crianças. Muito obrigada.

Eu gostaria só de dar mais uma caminhada no meu discurso e então passarei a palavra aos nobres colegas.

Vou entrar na questão da PETROBRAS, que antes nos levava ao orgulho, Deputado Gilberto Nascimento, e que, com os casos de desvio e lavagem de dinheiro, agora nos leva à incubadora do segundo maior escândalo de corrupção mundial, de acordo com a ONG Transparência Internacional. Só em 2015 a estatal teve prejuízo líquido de 34,8 bilhões de reais. Trata-se do maior prejuízo anual registrado pela companhia. E nós estamos sendo obrigados a pagar essa conta — nós, brasileiros, Deputado Sóstenes Cavalcante!



Sr. Presidente, não faz nenhum sentido mandarmos dinheiro para outros países, como nós mandamos, enquanto as nossas estradas aqui no Brasil estão intransitáveis, os nossos portos precisam de investimento.

As construtoras, todas essas citadas pela Lava-Jato, estavam com obras no exterior, e nós não podemos aceitar que nós aqui estejamos sofrendo com a infraestrutura.

Por falar em desigualdade e nessa falta de investimento, a Presidente Dilma evitou cortar também na própria carne. Agiu sem piedade, apunhalou a população pelas costas. Prova disso é que ao menos esses sete programas sociais foram alvo das afiadas tesouradas da Presidente Dilma Rousseff no repasse das verbas. Na mira estavam programas defendidos por ela nas campanhas eleitorais. Acusava o opositor de que faria os cortes, mas quem os fez, Deputado Sóstenes, foi ela. Na Pasta da Educação, houve corte no FIES, no PRONATEC e em tantos outros programas importantes da educação.

O Governo insiste sempre em transferir a conta da sua incompetência para a população, em especial para os mais carentes, que não são as maiores vítimas desses cortes. São eles as pessoas vulneráveis, que estão lá nos bolsões de pobreza, que estão sofrendo cada dia mais com os cortes na educação, nos programas sociais, em todos os programas do Governo. Enquanto isso, o corte de 3 mil cargos comissionados, que poderia gerar economia, foi completamente abandonado pela Presidente. Não há nenhuma preocupação com o Brasil real, que está em frangalhos.

Aqui fica o meu recado à bancada do Governo: V.Exas. não me intimidarão. Não pensem que vão conseguir me amedrontar apenas porque eu sou mulher. De



nada adianta colocarem os seus funcionários — como aconteceu hoje, Deputado Sóstenes Cavalcante, na entrada deste plenário — para me agredir verbalmente. Eu já comuniquei isso à Mesa Diretora. Também não adianta encaminhar *spam* para o WhatsApp. O meu voto já está decidido e eu não vou responder a nenhuma ameaça da base do Governo.

Eu digo hoje ao Governo: basta! Espero que todos aqui tenham consciência, que no domingo coloquem suas mãos na consciência e votem pela população brasileira, votem para a retirada deste Governo, desta Presidente incompetente, que não consegue mais gerir o País. Ela não consegue nem discursar, muito menos fazer a gestão de um país como o nosso Brasil.

Esse é o Brasil que vivemos hoje, mas não é o Brasil com que eu sonho, com que nós sonhamos. Nós queremos um Brasil forte, pujante, digno da sua população. É isso que nós queremos. O Brasil precisa mais do que isso, colegas Deputadas e Deputados. O Brasil precisa, mais do que nunca, virar esta triste página de sua história.

Os brasileiros necessitam retomar a esperança no desenvolvimento, na ética e na prosperidade. Tenho certeza de que o Congresso Nacional saberá interpretar essa mudança.

Concedo um aparte ao Deputado João Gualberto.

O Sr. João Gualberto - Deputada Geovania, o Brasil precisa de mais Deputadas com a lucidez de V.Exa. O conteúdo do seu discurso não é surpresa para ninguém do partido, talvez para alguns aqui na Câmara. A sua presença na nossa bancada nos honra muito e com certeza honra toda a Câmara dos Deputados. Santa Catarina está de parabéns, em particular a sua cidade, Criciúma.



Em breve, quem sabe, V.Exa. governará o destino daquele povo. Espero que faça exatamente o que o povo de sua cidade espera: melhorar a vida das pessoas e da população mais carente. Muito obrigado, Deputada Geovania.

A SRA. GEOVANIA DE SÁ - Agradeço, Deputado João Gualberto, grande Deputado, atuante na Casa. Tenho grande prazer de compartilhar o meu mandato com V.Exa., grande líder também da nossa bancada.

Concedo um aparte ao meu amigo, Deputado Sóstenes Cavalcante, do Rio de Janeiro.

O Sr. Sóstenes Cavalcante - Deputada Geovania, muito obrigado pelo aparte. Estou aqui simplesmente para hipotecar a V.Exa. gratidão e louvor aos seus eleitores do Estado de Santa Catarina por terem enviado V.Exa. a esta Casa. V.Exa., com a sensibilidade de mulher e de Parlamentar de primeiro mandato — como eu —, chegou a esta Casa para fazer o marco da diferença. Quero me dirigir com muito respeito, até porque nós, como evangélicos, sabemos separar o Estado laico da nossa fé, aos evangélicos do seu Estado e parabenizá-los por terem enviado uma mulher que trouxe dignidade a esta Casa e que em todos os cultos da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, com a sua voz, que agora tem firmeza num discurso forte e eficiente, entoia melodias de louvor e gratidão a Deus. Santa Catarina está muito bem representado por V.Exa. na Frente Parlamentar Evangélica. Gostaria de deixar esse registro. Muito obrigado.

A SRA. GEOVANIA DE SÁ - Fale, minha amiga Deputada Keiko Ota.

A Sra. Keiko Ota - Querida Deputada Geovania, parabéns! Eu estava ouvindo V.Exa. atentamente, indignada com tudo o que está acontecendo no nosso País. Nós temos uma bancada forte, pertencemos à bancada feminina e, além de



sermos Deputadas Federais, somos mães, esposas. Nós temos que dar uma resposta a essas mulheres, que têm esperança em nós. Além disso, como nós vamos exigir algo das nossas crianças se o exemplo não está vindo de cima? Então, realmente eu estou com V.Exa. Parabéns! Vamos, juntas, mudar o rumo do Brasil. Muito obrigada.

A SRA. GEOVANIA DE SÁ - Obrigada, Deputada Keiko, que tem uma linda história. Que Deus possa abençoá-la!

Ouçó agora o Deputado Caio Narcio, para então encerrar o meu discurso.

O Sr. Caio Narcio - Deputada Geovania, é um prazer, uma honra e um grande aprendizado para todos nós do partido a convivência com V.Exa. No momento em que a política está tão criticada, V.Exa. representa a esperança de um Brasil melhor. V.Exa. dá orgulho não só à nossa bancada como também a todas as mulheres aqui dentro, mas acima de tudo à região e ao Estado que V.Exa. representa. Quero dizer que neste momento em que V.Exa. faz o Grande Expediente, sempre muito bem embasada, representa acima de tudo a esperança de um momento melhor para o nosso País. Parabéns! É devido a pessoas como V.Exa. que nós temos esperança de que o Brasil pode ser melhor.

A SRA. GEOVANIA DE SÁ - Obrigada, Deputado Caio Narcio, que sempre tem um discurso muito contundente aqui. Eu tenho tido um grande aprendizado com V.Exa.

Sr. Presidente em exercício, Deputado Izalci, que representa Brasília, um grande guerreiro, e Deputado Duarte Nogueira, eu acredito num país forte, que só se pode construir com pessoas fortes e determinadas. Juntos, nós vamos em busca do Brasil que queremos!



Agora eu vou citar uma frase do ex-Governador de São Paulo, de quem eu me orgulho muito, avô do nosso grande Deputado Bruno Covas. Em 1999, ele disse:

“Transmitir a capacidade de luta, transmitir que lutando é possível realizar novas conquistas é o melhor exemplo que a gente pode deixar às futuras gerações.”

Se queremos deixar um legado para as futuras gerações, não há outro caminho a não ser pedir o *impeachment* da Presidente Dilma. Por isso, nesta tarde, tenho algo a dizer a todos os brasileiros e brasileiras:

Fora, Dilma! Fora, PT! *Impeachment* já!

Muito obrigada, Sr. Presidente. *(Palmas. Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE (Izalci) - Parabéns, Deputada Geovania de Sá.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, servidores da Casa, imprensa e principalmente você, telespectador da *TV Câmara*, enfim, a toda a população brasileira, os meus cumprimentos.

Quando decidi entrar na vida pública, jamais imaginei que teria a oportunidade de participar deste momento histórico que nosso País atravessa. Jamais pensei que teria a oportunidade de votar a favor do impedimento de uma Presidente que, junto com o seu padrinho, o ex-Presidente Lula, comandou o maior esquema de corrupção da história do nosso País. Expressarei, pelo meu voto, a vontade de milhões de brasileiros, votando a favor do *impeachment*.

Acredito que todos nós estamos aqui, caros colegas, para fazer valer a vontade da população brasileira. O cidadão já não suporta mais pagar a conta da



corrupção, não aguenta ser atingido por mais uma crise econômica provocada por um governo que gastou muito mais do que podia apenas para cometer o maior estelionato eleitoral da história.

Em resposta à total falta de rumo e de comando, o povo tomou as ruas do Brasil, manifestando o claro desejo do *impeachment* da Presidente.

No último dia 13 de março, mais de 7 milhões de brasileiros foram às ruas na maior manifestação política do Brasil, superando inclusive o histórico movimento das Diretas Já.

Sr. Presidente, nunca é demais lembrar que, ao contrário do que pregam os governistas, um processo dessa complexidade não nasce do dia para a noite. Sobram provas contra a Presidente, o Supremo Tribunal Federal estabeleceu um rito, os Ministros da nossa Suprema Corte deixaram claro que o processo de impedimento é constitucional. Não há golpe nenhum, o *impeachment* foi feito para tirar presidentes eleitos pelo voto popular. Isso é democracia. Ditadura seria se não pudéssemos tirar presidente que comete crime de responsabilidade.

Ao falar em tentativa de golpe, a Presidente demonstra que perdeu a serenidade ao tentar culpar outras pessoas pelos erros do seu próprio Governo. É bom lembrar que o ex-Presidente Collor também disse ser vítima de um “golpe” quando sofreu o *impeachment* em 1992.

Golpe é fazer o cidadão perder o seu emprego e ainda ser atacado de forma cruel pela inflação, perdendo seu poder de compra. Golpe é mentir para ganhar as eleições. Golpe é tornar pessoas dependentes de programas sociais sem se preocupar em oferecer uma porta de saída. Golpe é desrespeitar a Lei de



Responsabilidade Fiscal, ao atrasar, de forma deliberada, o repasse de valores a bancos públicos, que já haviam efetuado pagamentos em nome do Governo.

Além das pedaladas, o pedido de *impeachment* contempla outros motivos. Mesmo que as pedaladas fossem uma fundamentação isolada, a legislação estabelece que é proibido o Governo pegar empréstimo em banco que ele controla. E o Governo fez isso. Tanto fez que, no final do ano passado, ele pagou ao Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES e FGTS R\$ 72 bilhões de atrasados que ficaram de 2014 e 2015. Isso é crime de responsabilidade, a lei foi de fato ferida. Está na Lei de Responsabilidade Fiscal a explicação: operações de crédito por antecipação constituem empréstimo.

O resultado é que o Brasil terá este ano quase R\$ 100 bilhões de déficit primário. É o terceiro ano seguido que o Governo fecha no vermelho. Essas pedaladas e maquiagens jogaram o País na crise de recessão e desemprego. A Lei de Responsabilidade Fiscal não é uma lei menor, é a garantia da economia.

O poder emana do povo, e a população brasileira quer a saída imediata da Presidente da República. Esse Governo já nos deu inúmeras provas de que não tem competência para gerenciar o nosso País. Uma delas é a desastrosa condução política do Governo. A tentativa de nomear o ex-Presidente Lula como Ministro-Chefe da Casa Civil é um tapa na cara dos brasileiros que, há poucos dias, estavam pedindo o seu afastamento, justamente porque viram o nome do ex-Presidente ligado a mais um escândalo de corrupção. O desvio de finalidade é claro, segundo a Procuradoria-Geral da República e, além disso, é uma tentativa desesperada de dar foro privilegiado a um investigado que estava na iminência de ser preso.



A Presidente deixou o interesse nacional de lado e atua apenas para defender os interesses de seu partido. A ilegalidade é uma marca deste Governo. Eles não conseguem sequer nomear um Ministro da Justiça sem que haja questionamentos nos tribunais.

Os principais meios de comunicação do País noticiam que cargos federais estão sendo oferecidos numa espécie de “feirão”. Nos bastidores, em Brasília, Lula — o “auxiliar informal” do Governo — faz promessas, oferece nomeações e negocia verbas com os Parlamentares que ajudarem a derrubar o *impeachment*, prática já utilizada em outros episódios recentes, como o mensalão e a troca de contratos públicos por empréstimos de sítios, de tríplex na praia, por antena de celular no meio do nada e outros mimos. A velha política “eu te ajudo, você me ajuda” — o fisiologismo que o Partido dos Trabalhadores tanto condenou na oposição — é a única forma que a sigla de Lula conhece de fazer política e gestão da coisa pública.

A Presidente Dilma envergonha a todos os brasileiros. O sentimento de decepção tomou conta até mesmo dos seus próprios eleitores. É desolador saber que, a cada hora, 284 pessoas perdem o emprego no Brasil, onde atualmente já existem 10 milhões de desempregados. Nada, absolutamente nada ataca mais os direitos dos trabalhadores e a estabilidade das famílias do que o desemprego.

Além disso, Sr. Presidente, há anos que os aposentados veem seus salários sendo achatados. Exatamente no período da vida em que mais precisam de dinheiro para se manter, para comprar remédios, os aposentados vão ter que mendigar ajuda para não morrer de fome.

Quero dizer à Sra. Presidente da República que os aposentados não têm mensalão, não tem petrolão, não têm Lava-Jato para se manterem.



A saúde está falida. As notícias de pessoas morrendo nas filas ou nos hospitais malremunerados já viraram rotina e ninguém mais se surpreende com relatos de roubo aos cofres públicos. Aonde iremos parar, Sr. Presidente? Qual será o futuro do nosso País?

Até o mais paciente e pacífico brasileiro reage quando se vê em meio a um problema de saúde e não tem a quem recorrer. Esta realidade é absurda, Sr. Presidente. Estamos desrespeitando a Constituição porque hoje, no Brasil, nem todos os cidadãos têm direito à saúde.

Senão vejamos, Sr. Presidente: na região sul do meu Estado, a população espera há anos pelo funcionamento do Hospital Municipal Materno-Infantil Santa Catarina. Aliás, entre Florianópolis e Porto Alegre, esse seria o único hospital materno-infantil e atenderia a mais de 1 milhão de pessoas.

Sugiro que a Presidente faça um gesto de apreço ao povo brasileiro e renuncie ao seu mandato. A população não aguenta mais. Caso ela aceite a minha sugestão, este será o ato mais nobre de toda a sua gestão. A PETROBRAS — que antes nos levava ao orgulho —, agora, com os casos de desvio e lavagem de dinheiro, nos eleva a incubadora do segundo maior escândalo de corrupção mundial, de acordo com a ONG Transparência Internacional. Só em 2015 a estatal teve prejuízo líquido de R\$ 34,8 bilhões. Trata-se do maior prejuízo anual registrado pela companhia. E nós estamos sendo obrigados a pagar mais esta conta.

Em queda desde 2014, os preços internacionais do petróleo vêm atingindo mínimas históricas nos últimos tempos. Mas, mesmo com essas notícias, o preço da gasolina não cai no Brasil. Isso acontece porque este Governo precisa cobrir o rombo de milhões que a empresa perdeu com a corrupção.



É necessário lembrar também os escândalos ocorridos no BNDES, o Banco que usa verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, que sustenta benefícios como o seguro-desemprego para subsidiar obras no exterior. O dinheiro do trabalhador brasileiro bancou ao menos seis hidroelétricas, um porto em cuba, uma central termoelétrica na República Dominicana, um gasoduto na Argentina, além de rodovias e aeroportos.

Não faz nenhum sentido mandarmos dinheiro para outros países enquanto nossas estradas estão intransitáveis e nossos portos precisam de investimento.

As construtoras contempladas com essas obras são as mesmas que já foram descobertas pela operação Lava-Jato, que apura os graves crimes de corrupção na PETROBRAS. Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Côrrea e OAS receberam, juntas, 12 bilhões de dólares. Ao subsidiar esses empréstimos, o BNDES funciona como um bolsa família ao contrário, um motor de desigualdade: tira dos pobres para dar aos ricos.

Por falar em desigualdade, a Presidente Dilma evitou cortar na própria carne, agiu sem piedade e apunhalou a população pelas costas. Prova disso é que ao menos sete programas sociais foram alvo das afiadas tesouradas de Dilma no repasse das verbas. Na mira estavam programas defendidos durante a campanha eleitoral como prioridades para o segundo mandato. Está comprovado o uso meramente eleitoral de programas sociais que poderiam auxiliar as famílias brasileiras.

Na Pasta da Educação, os cortes atingem principalmente um dos programas mais exaltados durante a campanha presidencial, o PRONATEC. O programa sofreu corte de mais da metade em seu orçamento para 2016.



No caso do FIES, a oferta de vagas do primeiro para o segundo semestre de 2015 caiu 75%. Além disso, os juros cobrados subiram de 3,5% para 6,5% ao ano.

Já o Ciência sem Fronteiras sofreu um baque no número de bolsas oferecidas para interessados em estudar no exterior. O objetivo inicial, anunciado em 2011, era distribuir 101 mil bolsas até o fim de 2015, mas o painel de controle do próprio programa informa que a meta não foi alcançada.

O Água para Todos também sofreu com o contingenciamento.

No Minha Casa Melhor, a gestão irresponsável fez com que o programa fosse suspenso em fevereiro do ano passado, após o Governo ter esgotado quase toda a verba.

Na área da Saúde, a navalha passou pelo Farmácia Popular. O programa permitia a compra em farmácias credenciadas pelo Governo de medicamentos para rinite, colesterol, mal de Parkinson, glaucoma, osteoporose, anticoncepcionais e fraldas geriátricas. Os descontos chegavam a 90%. Com a redução dos recursos a zero, na prática, essa política está extinta. Além disso, o País vive sob a ameaça das epidemias de H1N1 e zika vírus.

O Governo insiste em transferir a conta de sua incompetência para a população, em especial para os mais carentes, que são as maiores vítimas desses cortes. Enquanto isso, o corte de 3 mil cargos comissionados, que poderia gerar economia, foi completamente abandonado pela Presidente. Não há nenhuma preocupação com o Brasil real que está em frangalhos.

Aqui fica o meu recado à bancada do Governo: V.Exas. não me intimidarão. Não pensem que vão conseguir me amedrontar apenas porque sou mulher. De nada adianta colocarem os seus funcionários para me agredir verbalmente nos corredores



desta Casa, assim como não adianta mandar *spam* no WhatsApp. Meu voto já está decidido, e eu não respondo a ameaças.

Basta! Espero que todos venham aqui, neste domingo, e coloquem a mão na consciência. Nós devemos ser os fiéis representantes do sentimento do povo brasileiro, que nos colocou aqui. Vamos mostrar a esses corruptos que o nosso País não é propriedade deles. O Brasil é do povo brasileiro.

Aos indecisos, o meu recado: saiam de cima do muro. e votem a favor do Brasil.

Esse é o Brasil em que vivemos hoje, mas esse não é o Brasil com que sonhamos. Queremos um Brasil forte, pujante e digno de sua população. O Brasil precisa, mais do que nunca, virar essa triste página de sua história.

Os brasileiros necessitam retomar a esperança no desenvolvimento, na ética e na prosperidade. Tenho certeza de que o Congresso Nacional saberá interpretar esse desejo de mudança.

Eu acredito que um país forte se construa com pessoas fortes e determinadas! Juntos, vamos em busca do Brasil que queremos!

É como já afirmou, em 1999, o saudoso ex-Governador de São Paulo, Mário Covas:

“Transmitir a capacidade de luta, transmitir que lutando é possível realizar novas conquistas é o melhor exemplo que a gente pode dar às futuras gerações.”

Fora, Dilma! *Impeachment* já!

Muito obrigada.



Durante o discurso da Sra. Geovania de Sá, o Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Izalci) - Concedo a palavra ao Deputado Vitor Valim.

O SR. VITOR VALIM (Bloco/PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, quero apenas dar como lido o meu discurso.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago um assunto da maior importância para a população do Ceará. Refiro-me à situação crítica no campo da segurança pública.

Nobres colegas, não temos dúvida de que, na conjuntura atual, o Brasil apresenta imensos desafios aos Governantes, os quais seguem sendo apresentados à população, a despeito de todos os esforços realizados para superá-los.

Assim, todos conhecemos os inúmeros problemas sociais que ainda existem, severamente agravados pela profunda crise econômica sofrida pelo País.

Para mais além desse olhar econômico, Sr. Presidente, há outros sérios problemas que estão desafiando profundamente a nossa capacidade de reação e que podem, no curto prazo, desestabilizar o Estado de Direito. Um deles é a falta de segurança em quase todos os rincões do País.

É notoriamente conhecido por todos que a segurança pública está em colapso nas nossas maiores cidades e, principalmente, nos Estados mais pobres. A criminalidade tornou-se uma tragédia. Para termos uma ideia da dimensão desse problema, segundo a Organização Mundial de Saúde, a violência é quarta causa da morte de jovens no mundo.



O *Mapa da Violência 2014* revelou que o Estado do Ceará foi a Unidade da Federação que apresentou um dos maiores aumentos na quantidade número de homicídios de jovens — 248%, em 10 anos. Os dados apresentados nesse estudo mostram que o Ceará é um dos líderes neste lamentável *ranking*.

O aumento da quantidade de crimes no interior, o avanço do tráfico de drogas e de armas e um acréscimo nos registros da ocorrências são os principais fatores apontados por especialistas que explicam essa acentuada elevação.

De acordo com o *Mapa da Violência 2014*, a taxa de homicídios subiu no Nordeste, de 2002 a 2012, de 22,4 para 73,5 casos por 100 mil habitantes. Oito Estados da Região Nordeste registraram aumento expressivo do número de assassinatos na população total, com taxas que variam entre 136,7% no Ceará até 229,1% na Bahia.

Sr. Presidente, o cenário desolador não para por aí. Na primeira semana do mês de março do corrente ano, a Capital do Ceará foi varrida por uma série de atentados a delegacias de polícia e a veículos de transporte público. No dia 4 de março, um ônibus foi incendiado no Bairro Parque São Vicente, na região do Grande Bom Jardim, em Fortaleza. Segundo as investigações, quatro pessoas pararam o veículo, mandaram os passageiros descerem e atearam fogo. Até o dia 6 de março, haviam ocorrido sete ataques a ônibus na Capital.

Nesse mesmo período houve uma grande quantidade de ataques a delegacias de polícia. Quando nem mesmo as instalações destinadas à segurança pública ficam livres da investida intimidatória dos abusados bandidos cearenses, como a população poderá se sentir segura?



Mesmo com o desarmamento que foi realizado, os traficantes de drogas, em nossos grandes centros urbanos, utilizam armamento moderno, dos quais muitas polícias ainda não dispõem. Há alguns dias, em 27 de março, a Polícia Civil apreendeu em Fortaleza armas que seriam utilizadas em assaltos a bancos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foram quase 60 armas apreendidas. Entre elas havia até um fuzil AK-47 e farta munição. Tudo isso mostra a indisfarçável vontade desses delinquentes de superar os esforços de nossas autoridades no combate ao crime organizado.

Além disso, no dia 5 de abril foi desarmada uma bomba de 13 quilos de dinamite pelo Esquadrão Antibomba do Grupo de Ações Táticas Especiais da Polícia Militar, estacionado ao lado da Assembleia Legislativa. A explosão do material teria a capacidade de alcançar um raio de até 50 metros.

Nossas penitenciárias, ditas de segurança máxima, transformaram-se em verdadeiros quartéis gerais de quadrilhas. Nesse contexto dos ataques às delegacias ocorridos no mês de março, uma das hipóteses de investigação é que a ordem para os atentados teria sido dada de dentro dos presídios.

No decorrer das duas últimas décadas, temos visto um rápido desenvolvimento das ações delituosas do chamado crime organizado, enquanto que o investimento em ações repressivas e de investigação não acompanhou o mesmo ritmo.

Sr. Presidente, consideramos que as autoridades do Poder Executivo devem tomar providências efetivas e urgentes para melhorar as condições de vida da população.



Vemos, assim, Sr. Presidente, que somente um esforço especial na área de segurança pública poderá fazer com que o povo do Ceará enxergue a possibilidade de viver uma vida mais segura.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Izalci) - Quero registrar a presença neste plenário do nosso colega Deputado Estadual Felipe Attiê, de Minas Gerais. (*Palmas.*)

Seja bem-vindo a esta Casa!



O SR. PRESIDENTE (Izalci) - Deputado Caio Narcio, V.Exa. tem a palavra.

O SR. CAIO NARCIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Quero também enviar um abraço ao Deputado Felipe, meu conterrâneo, de Uberlândia, grande Parlamentar de Minas Gerais.



O SR. PRESIDENTE (Izalci) - Deputado Duarte Nogueira, V.Exa. tem até 25 minutos.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, antes de iniciar o meu pronunciamento, eu gostaria de cumprimentar a Deputada Geovania de Sá, nossa colega de bancada de Santa Catarina, que, com tanta responsabilidade e êxito, representa com muita dignidade a mulher brasileira neste Parlamento.

Como já disse, foi com sentimento de grande responsabilidade que reassumi o meu mandato de Deputado Federal, no último dia 4, com a missão de participar deste momento extremamente importante para o Brasil, a votação da admissibilidade do processo de *impeachment* da Presidente Dilma.

Todo o Estado de São Paulo foi destaque nas manifestações. Tendo sido eleito pelos paulistas, como fui, não posso deixar de representá-los neste momento aqui e agora.

Agradeço ao Governador Geraldo Alckmin pela confiança e oportunidade de estar à frente da Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo nos últimos 15 meses. S.Exa. compreendeu a importância do meu retorno a esta Casa. Agradeço também a todos os servidores e colaboradores da Secretaria de Logística e Transportes.

O cargo de Secretário, Sr. Presidente, é apenas a parte mais visível de uma engrenagem em que todas as peças, independentemente do seu tamanho e da sua função, devem funcionar de forma sincronizada e eficiente.



São ações, obras entregues e em andamento que vão em direção da modernização da infraestrutura de todos os modais por onde circula hoje um terço de toda a riqueza nacional.

E outro importante resultado dado pelos jornais no dia de hoje: as estradas paulistas apontaram 10% menos acidentes neste último ano e 23% menos mortes, o que significou êxito no programa de segurança viária por nós perseguido.

Da mesma forma, retomo o mandato que me foi conferido com o mesmo otimismo e serenidade, diante do momento histórico: o momento em que vamos, em nome dos milhões de brasileiros que representamos, definir os rumos do País.

Ribeirão Preto, minha terra natal, foi uma das cidades protagonistas das manifestações *pró-impeachment*, onde mais de 80 mil pessoas foram às ruas demonstrar a insatisfação com o Governo do PT e, principalmente, com a corrupção que se tornou sistêmica e endêmica em setores do Governo Dilma. Portanto, deram o recado: querem novos rumos para o Brasil, querem a oportunidade de um novo começo.

Diante disso, apresentei-me prontamente para cumprir este dever para com eles. Estou aqui para votar a favor da admissibilidade do processo de *impeachment* da Presidente Dilma.

A maioria do povo brasileiro está indignada, entristecida, sentindo-se enganada e exausta. A cada dia são reveladas novas tramas, esquemas de desvio de dinheiro, de compra de votos, de compra de silêncio, de compra de dignidade. O novelo da corrupção que começou a ser desenrolado parece não ter fim.

A sensação de ser roubado não dói só no nosso bolso, mas no nosso futuro, nos nossos planos adiados, dói quando pagamos um dos impostos mais altos do



mundo, esperando, em contrapartida, uma saúde pública de qualidade, e vemos as pessoas que amamos sofrendo, doentes, morrendo em filas, à mercê de um sistema público de saúde falido, que não consegue minimamente atender as necessidades da população.

O fato é que o Brasil foi lançado ao abismo pelos Governos do PT. Não há outra saída senão o afastamento da Presidenta Dilma.

Perplexos, assistimos à revelação das ilegalidades que enchem os cofres secretos que financiam mais ilegalidades. É muito dinheiro! A cada empresa pública que se examina de perto se encontra podridão: PETROBRAS, Correios, BNDES. Também se encontra podridão nos estádios construídos para a Copa do Mundo, em Belo Monte, na transposição do Rio São Francisco... Doa a quem doer, quem errou, quem cometeu crimes tem que prestar contas à Justiça.

A Operação Lava-Jato trouxe à luz a existência de uma organização criminosa infiltrada no Governo Federal que se utilizava da PETROBRAS e de outras empresas para o financiamento político e também para enriquecimento pessoal.

E a Presidenta da República, que foi Ministra de Minas e Energia, da Casa Civil, Presidenta do Conselho de Administração da PETROBRAS, portanto, tendo acesso às informações que bem entendesse, insiste em dizer que não sabia que o maior escândalo de corrupção da história se desenvolvia na PETROBRAS. Foi, portanto, conivente com a corrupção. E isso já era visível desde o primeiro ano de seu primeiro Governo, em 2011. Já naquela época, em que tive a honra de liderar a bancada do PSDB e falava desta tribuna todos os dias, seis Ministros foram afastados por envolvimento em denúncias de irregularidade. Mesmo assim, Dilma



conseguiu se reeleger, com a ajuda do marqueteiro João Santana, com uma campanha milionária e baseada em mentiras.

O Presidente Abraham Lincoln dizia que se pode enganar muitos por algum tempo, mas não se pode enganar todos durante todo tempo.

Há provas robustas de que propina do esquema de corrupção da PETROBRAS financiou a campanha que reelegeu Dilma. Assim, o Brasil tem hoje uma Presidente que, além de ineficiente, violou o processo eleitoral, atentando contra a democracia.

Eu concederei os apartes assim que proceder à conclusão do meu discurso.

As pedaladas fiscais, configuradas pelo empréstimo forçado que o Governo fez na Caixa Economica Federal, durante o segundo semestre de 2013 e absolutamente todos os meses de 2014, o ano das eleições, estão comprovadas. Embora a Defesa tenha dito que todos antes dela também o fizeram e que isto foi aceito, ou que o entendimento do Tribunal de Contas da União mudou de uma hora para outra, a forma e o tempo que a Presidente Dilma deixou bancos públicos pagando contas do Governo, enquanto ela prometia o que não poderia cumprir, nunca, nunca, nunca foram aceitos pelo Tribunal de Contas da União e nem haviam sido feitos anteriormente.

Essas ações configuram, sim, crime de responsabilidade. Por isso, a Presidente Dilma deve arcar com o seu afastamento. Se não fosse este, muitos outros crimes de responsabilidade cometidos pela Presidente poderiam acabar em *impeachment*. Existem outros nove pedidos já protocolados. O *impeachment*, senhoras, senhores, povo brasileiro, é inevitável e necessário.



Os piores legados deste Governo ao povo brasileiro são a desesperança, o mau exemplo, a mensagem de que os fins justificam os meios, a sede de poder pelo poder, o uso da mentira como se fosse normal e a disseminação do ódio, da divisão desta Nação entre pretos e brancos, ricos e pobres, nós e eles, bons e maus.

É fato que a destituição de um Presidente da República é sempre um período difícil para uma Nação democrática como a nossa. Será mais uma página que ficará gravada nos livros de história, como está hoje o *impeachment* do ex-Presidente Collor.

No entanto, como disse o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, “*por penoso que seja interromper um mandato, mais penoso é ver o Brasil se esfacelar*”.

Portanto, precisamos virar a página dessa desastrosa história e iniciar um novo capítulo. O Brasil sairá fortalecido desse processo, sairá com a esperança renovada no futuro. Estamos prestes a escolher qual caminho o Brasil vai trilhar a partir de domingo: se este em que estamos, afundados num precipício sem saída, ou o da mudança, da reconstrução nacional e da recuperação da nossa economia.

Na época, os ex-Presidentes Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso implantaram o Plano Real, criaram o tripé da economia sustentável, variáveis que definem uma política econômica sadia e sustentável. Todos conhecem o resultado desse trabalho: o crescimento do Brasil, a estabilização da economia, o controle da inflação, o início das reformas estruturantes e da rede de proteção social para a redução da desigualdade.

Foi esse Brasil que os Governos do PT herdaram. Em vez de darem continuidade ao processo, preferiram ser cozinheiros de despensa cheia. Apenas



usufruíram o que encontraram, gastaram a despesa toda e abriram um rombo enorme nas contas públicas.

E a consequência desses erros, da incompetência e das mentiras contadas ao longo desses 13 anos de Governo do PT, são profundas e gravíssimas.

É inegável que este Governo já não tem a menor condição de se manter em pé, não tem qualquer capacidade de reação à crise econômica, perdeu o apoio popular — já que 90% da população brasileira desaprova a Presidente. Além disso, sua base no Congresso está derretendo e, comprovadamente, senhoras e senhores, ela violou, violou, sim, a Constituição brasileira.

O parecer produzido e aprovado pela Comissão Especial do Impeachment na última segunda-feira, por 38 a 27 — uma diferença de 11 votos —, confirmou que Dilma Rousseff cometeu crimes de responsabilidade ao recorrer às pedaladas fiscais e ao editar decretos de suplementação de verbas sem, repito, a autorização do Congresso Nacional, portanto, indo contra a Constituição brasileira.

De acordo com a Constituição, a punição prevista, neste caso, ao Presidente da República é o seu *impeachment*. Portanto, senhoras, não há nada de golpe nesse processo, como alardeiam os governistas desesperadamente. O *impeachment* é tão legítimo quanto as eleições. Além da sua base jurídica, toda a discussão seguiu estritamente as regras definidas pela Constituição, pelo Supremo Tribunal Federal e pela Lei nº 1.079, de 1950, que trata do *impeachment*.

Os crimes praticados pela Presidente Dilma Rousseff impediram que os brasileiros tivessem clareza da realidade das contas públicas, inclusive durante o processo eleitoral. Ao recorrer às tais manobras para maquiagem as contas públicas e



esconder o rombo, a Presidente Dilma Rousseff mentiu aos brasileiros: mostrou um país que não existia; prometeu o que sabia que não iria cumprir.

Ao recorrer a tudo isso, eu me lembro de uma frase do meu saudoso Governador Mario Covas, avô do Deputado Bruno Covas, que dizia assim: “*O povo nunca erra; o povo sempre acerta, desde que ele tenha todas as informações*”. E isso lhe foi negado pelo PT e pela Presidente Dilma Rousseff. O povo foi induzido a erro ao acreditar que o Governo teria recursos suficientes para cumprir tudo o que prometeu.

O que vamos julgar domingo é o conjunto dessa obra que tantos atrasos e sofrimentos causou aos brasileiros nesses últimos anos.

A Presidente Dilma Rousseff hoje usa todos os meios para desesperadamente salvar o seu mandato. Transformou o Palácio do Planalto em comitê do PT; quis dividir o País; abriu um balcão de negócios para entregar cargos e Ministérios em troca de votos contra o seu *impeachment*.

O Sr. Alfredo Kaefer - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DUARTE NOGUEIRA - Vou conceder o aparte a V.Exa. assim que concluir.

A cada dia, a Presidente fica mais isolada. Demonstrou não ter postura de estadista diante da crise. Em vez de tentar unir o País, optou por dividi-lo. Em vez de assumir os seus erros, posou de arrogante. E, em vez de respeitar as instituições, criticou-as. Em vez de apoiar as investigações da Lava-Jato, tentou obstruir o trabalho da Justiça, para tentar salvar a pele do ex-Presidente Lula.



Ao contrário do que pensam a Presidente e o PT, a eleição não garante salvo-conduto para não cumprir a lei, desrespeitar a Constituição, atacar as instituições, mentir aos brasileiros ou pilhar o Estado.

Estamos a 3 dias, senhoras e senhores brasileiros, do momento que vai definir os rumos do País, mas estamos diante também do instante em que cada um será marcado pelo voto que aqui dará. Está em nossas mãos o poder de escolha, e devemos exercer essa oportunidade de representar a população em nome daqueles que pelo voto nos trouxeram aqui. Não podemos de maneira alguma faltar a eles nessa hora decisiva.

Votar pelo *impeachment* é permitir que o País se livre do projeto de poder do PT, que tanto retrocesso causou; de uma Presidente que mente, que não respeita a Constituição, as instituições e que praticamente quebrou o Brasil.

Esse é o nosso compromisso perante esta Casa e perante todo o povo brasileiro.

Mas o Brasil é maior que tudo isso!

A cura do País começa por estancar a hemorragia de dinheiro público. O povo brasileiro vai virar esse jogo. Nós somos criativos, trabalhadores, empreendedores, calorosos, amáveis. Somos únicos, temos bom clima, bom solo, uma diversidade gigante, possibilidades que nenhum país do mundo tem. Fazemos muito com pouco, somos inteligentes. Valorizando as coisas certas, vamos retomar o crescimento.

O próximo passo é trabalhar pelas 10 medidas contra a corrupção, projeto de iniciativa popular com mais de 2 milhões de assinaturas e que certamente vai tornar mais eficiente o combate a esse câncer que se tornou o comportamento corrupto na política.



Todos nós brasileiros esperamos que o Governo que vier seja aberto à transparência, apoie todas as ações do Ministério Público Federal e da Justiça brasileira em andamento, necessárias para a correção desta postura corrupta enraizada na administração pública. Esperamos que seja um Governo austero, que cuide do dinheiro público, que evite desperdícios e zele pelo bem de todos os brasileiros.

Queremos as reformas que nos tragam um Estado mais eficiente; um Governo com mais credibilidade e maior previsibilidade, para que possamos recomeçar com novos investimentos, novas oportunidades de emprego, novas possibilidades de futuro.

Queremos um país onde possamos andar nas ruas com mais segurança, onde a desigualdade seja cada vez menor, separando os que mais têm dos que pouco têm.

Concedo aparte ao Deputado Moroni Torgan.

O Sr. Moroni Torgan - Muito obrigado. Deputado Duarte Nogueira, primeiro, quero parabenizar V.Exa. pelo conteúdo do discurso e dizer que São Paulo também está bem representado na pessoa de V.Exa. Gostaria de dizer que recebi um *e-mail* que realmente me tocou profundamente. Veio de um homem que até o ano passado estava empregado. Ele disse: *“Por favor, Deputado, me represente aí, porque agora eu tive que tirar meus filhos da escola, tive que colocá-los na escola pública, tive que pedir dinheiro emprestado para os amigos, porque não tenho encontrado emprego. Fiquei desempregado e não tenho encontrado emprego”*. São essas pessoas que sofrem com os desmandos que nós vemos do atual Governo. Por isso, *impeachment* já!



O SR. DUARTE NOGUEIRA - Muito obrigado, Deputado Moroni Torgan.

Concedo um aparte ao Deputado Bruno Covas.

O Sr. Bruno Covas - Deputado Duarte Nogueira, dizem que a tristeza de alguns é a felicidade de outros. O Governador Geraldo Alckmin, sem sombra de dúvida, perde com o retorno de V.Exa., mas o Parlamento, em especial a bancada do PSDB, ganha muito com o seu brilho, com a sua participação, com um Deputado como V.Exa., à altura de Ribeirão Preto e de São Paulo. Eu queria mais uma vez prestar a minha solidariedade a V.Exa. pela tentativa vil, baixa de tentar atingir a sua honra. As investigações mostraram que V.Exa. é uma pessoa à altura do que aprendeu dentro da sua casa, com a sua família, e que muito ainda vai contribuir para o Estado de São Paulo, para a sua cidade, Ribeirão Preto, honrando o nosso partido, honrando a Política com P maiúsculo. Parabéns! Tenha sempre a nossa solidariedade. Muito obrigado.

O SR. DUARTE NOGUEIRA - Obrigado, Deputado Bruno Covas.

Concedo um aparte ao Deputado Arthur Virgílio Bisneto e, depois, ao Deputado Alfredo Kaefer.

O Sr. Arthur Virgílio Bisneto - Muito obrigado, Deputado Duarte Nogueira. Eu parabenizo V.Exa. pelo belo discurso, uma peça que, quem lhe conhece sabe, é natural na sua trajetória no Parlamento, pela boa oratória e pelo conhecimento de Brasil que V.Exa. tem. Mas tem, ao mesmo tempo, o carinho da sua cidade, Ribeirão Preto, no seu Estado de São Paulo. Eu tive oportunidade de visitar Ribeirão Preto três vezes desde o ano passado. Constatei que existe uma expectativa muito grande dos seus munícipes acerca dos próximos passos de V.Exa. Tenho certeza de que V.Exa. contribui demais com este Parlamento, mas tem muita coisa a fazer por



Ribeirão Preto e pelo Estado de São Paulo. Parabéns por seu discurso. Agradeço a V.Exa. por sua volta a esta Casa, porque V.Exa. honra e engrandece a bancada do PSDB e este Parlamento como um todo. Parabéns.

O SR. DUARTE NOGUEIRA - Sou muito grato, Deputado Arthur Virgílio Bisneto.

Eu concedo um aparte ao Deputado Alfredo Kaefer e, em seguida, ao Deputado Floriano Pesaro, meu colega do Estado de São Paulo.

O Sr. Alfredo Kaefer - Meu amigo e companheiro Duarte Nogueira, quero cumprimentá-lo, lembrando que chegamos juntos a esta Casa, em 2007. Nesses anos todos nós nos ombreamos em lutas semelhantes, sempre do lado contrário ao do Governo, porque as atitudes do Governo refletiram — no final, agora, do Governo Dilma — nesse desastre todo a que nós estamos assistindo. V.Exa. contribuiu muito com o nosso grande Governador Geraldo Alckmin lá no Estado de São Paulo, como Secretário de Agricultura e Secretário de Infraestrutura. Portanto, contribuiu com o Estado mais rico da nossa Federação. E agora volta aqui para continuar a sua obra neste momento histórico da Nação, quando mais uma vez dividimos os mesmos ideais e os mesmos objetivos, na busca do impedimento da Presidenta Dilma, na busca de novos alentos e novas esperanças de um Brasil melhor, porque nós estamos numa condição difícil, desempregando milhares e milhares de brasileiros, deixando a indústria e o comércio em verdadeiro desespero e fazendo sucumbir até a agricultura, que ainda é o esteio da nossa economia e do nosso setor produtivo. Estaremos juntos! Eu tenho certeza de que V.Exa., pré-candidato de Ribeirão Preto, terá êxito nos seus propósitos. O povo será generoso com a sua pessoa. Vamos lá! No domingo saberemos fazer a mudança importante e histórica de que este Brasil



precisa, afastando a Presidenta Dilma Rousseff. Assim, teremos a esperança de um Brasil promissor e grande, que todos nós merecemos. Cumprimento e parabênico V.Exa., Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DUARTE NOGUEIRA - Muito grato, Deputado Alfredo Kaefer.

Concedo um aparte ao Deputado Floriano Pesaro; após, ao Deputado Luis Carlos Heinze e ao Deputado Pr. Marco Feliciano. Peço que sejam breves, para que eu possa concluir o meu discurso.

O Sr. Floriano Pesaro - Sr. Deputado Duarte Nogueira, ao cumprimentá-lo, quero parabenizá-lo pelo brilhante e preciso discurso a favor do *impeachment* da Presidente Dilma, discurso com conteúdo. Quero também deixar meu testemunho, como seu colega de secretariado do Estado de São Paulo, sob o comando do Governador Geraldo Alckmin, acerca do brilhantismo, da competência e da eficiência do seu trabalho à frente da Secretaria Estadual de Logística e Transportes. Deputado Duarte Nogueira, V.Exa. é um orgulho para todos nós, é um orgulho para o PSDB e um orgulho para o Estado de São Paulo. Espero que Ribeirão Preto possa tê-lo, no futuro, como mais um comandante daquela importante cidade do nosso Estado. Parabéns, Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DUARTE NOGUEIRA - Muito grato, Deputado Floriano Pesaro.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Luis Carlos Heinze.

O Sr. Luis Carlos Heinze - Deputado Duarte Nogueira, gostaria apenas de cumprimentá-lo. V.Exa., que volta para esta Casa, prestou um excelente trabalho ao Governador Geraldo Alckmin e ao Estado de São Paulo. Agora, soma-se a nós, principalmente para participar da votação da admissibilidade do processo de



impeachment no domingo. V.Exa. é um reforço importante. Vamos trabalhar de hoje até domingo. *Impeachment* já!

O SR. DUARTE NOGUEIRA - Concedo um aparte ao Deputado Marco Feliciano.

O Sr. Pr. Marco Feliciano - Grande Deputado Duarte Nogueira, quero parabenizá-lo primeiro pela volta a este Parlamento — estávamos sentindo sua falta —, pelo seu brilhante trabalho junto ao Governo do Estado, por representar tanto a nossa linda região de Ribeirão Preto e, principalmente, pelo seu discurso *pró-impeachment*. Chega de tristezas; o Brasil precisa sorrir. Deus o abençoe.

O SR. DUARTE NOGUEIRA - Amém. Muito obrigado, Deputado.

Concedo um aparte ao Deputado Rogério Marinho.

O Sr. Rogério Marinho - Deputado Duarte, escutamos aqui o seu discurso. Quero apenas referendar o que já foi dito anteriormente, para não ser repetitivo, e dizer que nós, no domingo, teremos um dia histórico. A importância da sua presença aqui realça esse feito. Eu não tenho dúvida de que a sua cidade olhará para V.Exa. e saberá reconhecer a sua coerência e o seu trabalho na hora certa. *Impeachment* já!

O SR. DUARTE NOGUEIRA - Concedo um aparte ao Deputado Luiz Carlos Hauly.

O Sr. Luiz Carlos Hauly - É um prazer vê-lo aqui, Duarte Nogueira, nosso sempre Líder do PSDB, das Oposições desta Casa, um grande homem público, que provou o seu desempenho na Secretaria Estadual de Logística e Transportes de São Paulo. Tenho certeza absoluta de que a sua luta, a nossa luta em favor de um Brasil melhor, justo e solidário será recompensada no domingo, com a aprovação do



impeachment. V.Exa. está de parabéns pelo excelente trabalho, pela grande liderança que exerce nesta Casa e no Estado de São Paulo, na sua querida Ribeirão Preto. Parabéns.

O SR. DUARTE NOGUEIRA - Para concluir, eu quero mais uma vez agradecer os apartes aos nobres colegas que tanto admiro pelo trabalho que realizam...

O Sr. Carlos Melles - Deputado Nogueira, eu não poderia deixar, na qualidade de vizinho mineiro e ex-Secretário de Transportes e Obras de Minas Gerais, de lembrar da relevância da sua liderança junto ao PSDB e na condução da Secretaria de Logística e Transporte desse grande Governo Alckmin. V.Exa., que representa o que há de melhor na política brasileira, tem o DNA, as características do pai. Parabéns, estamos orgulhosos de V.Exa.

O SR. DUARTE NOGUEIRA - Muito obrigado, Deputado Carlos Melles.

Concedo um aparte ao Deputado Raul Jungmann.

O Sr. Raul Jungmann - Meu caro Deputado Duarte Nogueira, eu não pude resistir a me fazer presente a esta saudação uníssona deste Plenário pelo seu retorno à Casa, somando-me aos demais Parlamentares que o apartearam. Que V.Exa. seja muitíssimo bem-vindo. Tê-lo conosco aqui é uma alegria. Parabenizo V.Exa. por sua camisa, porque ela está bem em linha com o que deseja o Brasil: o *impeachment* da Presidente no próximo domingo. E V.Exa. irá nos ajudar a construir esse desejo. Parabéns!

O SR. DUARTE NOGUEIRA - Muito obrigado!

Sr. Presidente, concedo a palavra ao Deputado Marcos Montes, para um aparte.



O Sr. Marcos Montes - Obrigado, Deputado Duarte Nogueira. V.Exa. sabe que é sempre uma alegria revê-lo. V.Exa., ao retornar a esta Casa para exercer competências aqui já demonstradas, principalmente na defesa do agronegócio brasileiro, nos enobrece e nos engrandece muito, Deputado Duarte. Parabéns! Felicidades! Seja bem-vindo! Essa luta que V.Exa. trava, ao vestir essa camisa, que não é camisa do Botafogo de Ribeirão Preto nem a camisa do Comercial, é a luta do Brasil. Parabéns!

O SR. DUARTE NOGUEIRA - Muito obrigado, mais uma vez, Deputado Marcos Montes.

Concedo um aparte ao último aparteador, Deputado Caio Narcio.

Em seguida, encerro o meu pronunciamento.

O Sr. Caio Narcio - Eu queria dar o meu depoimento a respeito do nobre Líder Duarte Nogueira. Ele, que foi Presidente do partido em São Paulo e Líder desta bancada, sempre nos deu orgulho. São homens como V.Exa. que transformam o Brasil num país melhor. V.Exa., neste momento de crise, representa os melhores valores da política. E a política, com homens como V.Exa., com certeza nos dá a esperança de um país melhor.

O SR. DUARTE NOGUEIRA - Muito obrigado, Deputado Caio Narcio. V.Exa. representa a juventude do nosso País, tão esperançosa de novos caminhos para poder prosperar.

Assim, encerro o meu pronunciamento.

Enfim, queremos um país justo, no qual todos tenham oportunidade de vencer na vida e prosperar, no qual o povo seja mais feliz. Todos nós, aqui no Parlamento, devemos fazer a diferença, exercer a boa política e ser porta-vozes da sociedade.



Humildemente, neste instante, quero me colocar à disposição de todos os paulistas, em especial aos da minha terra natal, Ribeirão Preto, para lutar pelos interesses legítimos de uma sociedade que precisa se recuperar da desesperança gerada pela imoralidade e pela ineficiência.

Vencerá, sim, a democracia. E, como eu disse antes, o Brasil é maior do que tudo isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Durante o discurso do Sr. Duarte Nogueira, o Sr. Izalci, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Daremos início às Comunicações de Lideranças, sendo o primeiro inscrito o Deputado Raul Jungsmann, que falará pela Liderança da Minoria.

Informo que estava previamente inscrito o Deputado Herculano Passos, que vai dividir o tempo de 5 minutos com o Deputado João Rodrigues. Depois falarão os Deputados Major Olímpio e Raul Jungsmann.

Enquanto oradores se dirigem à tribuna, vou conceder a palavra, por 1 minuto, aos Deputados Pr. Marco Feliciano, Edmilson Rodrigues e Hélio Leite.

O SR. BOHN GASS - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Já vou conceder a palavra a V.Exa. Perdoe-me, mas eu já havia chamado o Deputado Pr. Marco Feliciano.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pr. Marco Feliciano, que disporá de 1 minuto.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer uma denúncia.

É sabido que venho esta semana colhendo assinaturas nesta Casa para a CPI da UNE. E a UNE, da noite para o dia, começou a enviar pessoas aqui, pedindo aos Deputados para retirarem as assinaturas.

A pergunta que faço é a seguinte: se a UNE não deve, por que quer que sejam retiradas as assinaturas? E não estão apenas pedindo que sejam retiradas as assinaturas, mas enganando os Deputados pelos corredores, com folhas de papel em branco. E as folhas em branco os Deputados nem sabem se assinaram ou não. E eles estão dizendo: *“Não tem problema se assinou ou não. A gente usa o papel depois”*.

A UNE vai ter que se explicar. Nós já temos 220 assinaturas. Quero pedir aos Deputados que assinaram que não retirem suas assinaturas. Veja, só, o fato de a UNE pedir para retirarem a assinatura é sinal de que eles devem, porque quem não deve não teme.

Então, quero pedir aos Deputados que assinaram que me ajudem, e aos que não assinaram e querem assinar que me ajudem também.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Hélio Leite, que disporá de 1 minuto.

O SR. HÉLIO LEITE (DEM-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar, com muito prazer, a presença da Vereadora Luciana Castanheira, de Castanhal, cidade onde nasci, do Estado do Pará.

A Vereadora Luciana Castanheira é a Presidente do Democratas Mulher no Município de Castanhal. Ela está acompanhada da Dra. Cynara, da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará — HEMOPA, que vem a Brasília para conhecer esta Casa e também participar de um seminário de enfermagem. Elas são profissionais da saúde conceituadas no Estado do Pará e têm servido muito bem a essa causa que abraçaram.

Para nós, é uma satisfação recebê-las e poder compartilhar a nossa Casa, a nossa vida e a nossa atuação parlamentar.

Portanto, Sr. Presidente, quero registrar a presença aqui da nossa Vereadora Luciana Castanheira, nossa parceira e amiga.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Nobre Deputado Bohn Gass, V.Exa. regimentalmente tem a palavra para fazer a questão de ordem, por 3 minutos.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Agradeço muito.

Ontem eu fiz uma questão de ordem e fui citado também pela leitura do Presidente, que acatou parcialmente a questão de ordem que eu havia formulado.

Trata-se da questão norte-sul na votação que todos nós estamos debatendo aqui.

Primeiro registro, então: foi importante o Presidente reconhecer que estava errado, estava fora do Regimento. Só que, ao reconhecermos que é norte-sul a ordem de votação que prevê o art. 187 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, se nós lermos com atenção o dispositivo, veremos que, ainda, o Presidente está fora do Regimento.

Por quê? O artigo é claro, e são três pontos que nós precisamos destacar.

O primeiro é que a chamada deve ser feita do Norte para o Sul. Nessa parte o Presidente concordou conosco; aceitou que nós estávamos corretos na interpretação do Regimento e que ele estava fora do Regimento.

Depois, diz claramente o art. 187, § 4º, que a votação será nominal. A chamada dos Deputados será feita alternadamente. Aqui não está escrito que a chamada será iniciada pelos Estados do Norte ou do Sul.

Eu queria chamar a atenção de todos os colegas Deputados e, fundamentalmente, do Presidente para o fato de que o que se está alternando são os Deputados — e vice versa.



Então, a interpretação correta do Regimento é a seguinte: você começa com o Deputado — obviamente, na ordem alfabética; isso já está consignado —, do Norte, do Estado no paralelo da latitude maior ao Norte, e depois, alternadamente, chama um Deputado do Sul. Depois alterna-se: começa-se pelo Sul e volta-se para o Norte.

Mas não é a interpretação equivocada da Presidência, que fala em Estado, a que deve valer. Não está neste artigo Estado do Norte; aqui se fala de Deputados, alternadamente.

Eu quero justificar ainda mais, porque alguém poderia dizer que poderia estar o Presidente interpretando assim por analogia ao § 3º do art. 3º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que fala da posse dos Deputados — é o art. 3º que diz que na posse a chamada será por Estados.

Nesse caso, pelo fato de ser uma exceção, isso precisaria ter sido dito. Então, há uma exceção no Regimento, na qual a votação é por Estados, e essa exceção tem que estar escrita, assim como está no tocante à posse dos Deputados. Aqui não se trata de votação.

Então, eu quero que seja realmente reconsiderada a resposta à minha questão de ordem, que está amparada pelo Regimento nessa interpretação. O Presidente aceitou parcialmente a minha questão de ordem apresentada ontem. Ele erra ao colocar “Estados”, porque não está escrito “Estados”. A alternância é de Deputados, sendo, portanto, um Deputado do Norte, um Deputado do Sul, ou vice-versa: um Deputado do Sul e um do Norte.

Então, eu quero contestar a interpretação da Presidência anunciada há pouco. Vou protocolar formalmente essa contestação.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu agradeço a V.Exa.

Vou acolher a questão de ordem de V.Exa. e, *a posteriori*, iremos analisá-la.

O SR. ALBERTO FRAGA - Peço a palavra para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. CHICO ALENCAR - Acolher é aceitar. Então, V.Exa. concordou?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como o Regimento...

Deputado Chico Alencar...

O SR. CHICO ALENCAR - Acolher ou recolher...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu vou só...

O SR. CHICO ALENCAR - Que baixaria! Acolher... Eu estou ajudando V.Exa.

Acolher é acatar!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu vou recolher, eu vou recolher...

O SR. CHICO ALENCAR - Recolher! Ah, bom! Era isso! Não precisava ter cortado minha palavra!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Então, eu vou recolher, certo?

O SR. CHICO ALENCAR - Que autoritarismo! Faça bolão, que nisso V.Exa. é mais eficiente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu não vou acatar. Eu não vou acatar!

O SR. ALBERTO FRAGA - Isso é questão vencida, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu vou recolher...

O SR. BOHN GASS - Eu agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - ...vou mandar para análise e, numa oportunidade, como foi feito ontem...

Vou recolher. Eu acho que é acolher também, mas não acatar.



O SR. ALBERTO FRAGA - Embora seja matéria vencida!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como, regimentalmente...

O SR. BOHN GASS - Alguém disse que esta matéria é vencida. Isto não é matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Não, eu não vou entrar neste detalhe!

O SR. BOHN GASS - Está no Regimento que eu posso recorrer...



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Agora, concedo a palavra ao Deputado Alberto Fraga, para contraditar.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero dizer que a interpretação feita pelo Presidente da Casa está corretíssima e com fundamentação estampada aqui, no Regimento Interno.

O PT tem que reconhecer que ontem, então, ele interpretou de forma equivocada, porque foi contra quando fizeram a questão de ordem e o Presidente Eduardo Cunha anunciou outra forma. Eles, agora, estão reivindicando algo contrário ao que eles mesmos pleitearam no passado!

Portanto, não há o que interpretar muito. O § 4º do art. 187 é muito claro:

“Art. 187.

.....

§ 4º Quando o sistema eletrônico não estiver em condições de funcionamento, e nas hipóteses de que tratam os arts. 217 (...) e 218 (...)” — que é o caso do impeachment —, “a votação nominal será feita pela chamada dos Deputados, alternadamente, do norte para o sul e vice-versa (...).”

Não se pode esquecer do vice-versa, observando-se que aí vem a ordem alfabética, dentro dos Estados.

Meu Deus do céu! Já acharam quatro interpretações diferentes! Quer dizer, o PT, sabendo que vai perder, já gerou cinco ações no Supremo Tribunal Federal, e deve gerar mais de hoje a domingo, porque bateu o desespero. Isso é o direito de



espernear. Sabem que perderam e ficam agora buscando alternativas ou artifícios para protelar. Já pediram, inclusive, que não haja votação no domingo. Qual é o sinal disso? De que sabem que vão perder e agora estão desesperados.

Outra coisa, Sr. Presidente, o balcão de negócios faliu! A tinta da caneta acabou! O que tinha de ser feito já foi feito. Agora, não adianta mais ficar correndo atrás de Parlamentares e manter o *Diário Oficial* em aberto. Isso é uma excrescência, uma aberração.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado, a contradita já foi feita.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Raul Jungmann, para uma Comunicação de Liderança, pelo PPS.

O nobre Líder tem que viajar, e eu tenho o compromisso de dar a palavra a S.Exa. agora, pelo tempo regimental.

O SR. RAUL JUNGSMANN (PPS-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Meus colegas e minhas colegas, inicialmente eu quero agradecer o gesto cavalheiresco dos Deputados João Rodrigues e Herculano, que possibilitaram que eu falasse antes de S.Exas. Quero agradecer esse gesto, porque logo mais o titular do mandato que eu exerço estará aqui para assumir o mandato, e eu, então, não estarei durante o processo de votação do *impeachment*, embora eu esteja de volta na segunda-feira. Obrigado, Deputado Heráclito.

Eu queria dizer aos senhores e às senhoras que o instituto do *impeachment* encontra-se na Constituição brasileira desde 1891. É, portanto, um instrumento constitucional, legal, e perene ao longo das nossas constituições — não está apenas na primeira delas, a de 1824.

Pois bem, foi utilizando esse instrumento constitucional, Deputado Izalci, que a Oposição aqui protocolou um pedido de *impeachment* da Sra. Presidente da República. Isso se encontra capitulado no art. 85 da Constituição Federal, nos seus incisos IV e V — no IV, por desrespeito à probidade administrativa; no V, por desrespeito à lei orçamentária.

E eu diria que os fatos que dão suporte fático a esses artigos e ao pedido de *impeachment* da Presidente são abundantes. Afinal, a Presidente editou decretos clandestinos, que deveriam ter autorização do Congresso Nacional e não tiveram.



Só isso bastaria para embasar um pedido de *impeachment*. Mas ela foi além: utilizou um “cheque especial”, vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. No momento em que ela sacou em aberto do BNDES, do FGTS, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica para criar uma realidade fiscal e orçamentária que lhe possibilitasse a reeleição, a Presidente cometeu um crime que tem nome: crime de estelionato. E a Presidente cometeu estelionato na medida em que desrespeitou a Constituição; desrespeitou exatamente a Lei do Orçamento e também a LDO.

É claro que os crimes cometidos pela Presidente foram atestados pelo Tribunal de Contas da União — TCU; foram objeto de uma Comissão Especial; foram reconhecidos pelo parecer do Relator Jovair Arantes, que foi aprovado pela maioria de votos da Comissão Especial. Portanto, não resta qualquer dúvida de que a Presidente incorreu em crime de responsabilidade.

Mas não é só isso, Deputado Julio Lopes: recentemente, nós tivemos um ofício, um ato do Procurador-Geral da República em resposta a um pedido de informação do Ministro Gilmar Mendes a respeito do mandado de segurança que nós impetramos contra o Presidente Lula, em que S.Exa. deixa claro que ocorreu desvio de função e obstrução da Justiça.

Isso significa dizer que a Presidente também incorreu no desvio de finalidade da lei para ocultar outros propósitos e, evidentemente, obstruiu a Justiça. Isso tudo configuraria crime de responsabilidade e base constitucional e legal para o processo de *impeachment* da Presidente.

E o que nós temos como resposta a essas posições legítimas, constitucionais e legais? A tentativa de tumultuar a vida desta Câmara, do Congresso e do País.



Esse processo transcorre na mais absoluta tranquilidade. E nós vimos, estarrecidos, a Presidente da República, dentro da residência oficial da Presidência da República e no Palácio do Planalto, dizer que está um golpe em curso.

Como é que a Presidente, que jurou defender as instituições, que jurou defender o Estado Democrático de Direito, vem dizer, no Palácio do Planalto, que está em curso um golpe? Das duas uma: ou a Presidente está prevaricando, porque não toma as medidas que deveria tomar, ou isto claramente é uma farsa. Nós estamos diante de uma farsa e de uma tentativa de tumultuar esse processo, que é conduzido exemplarmente por esta Casa.

Agora, meu caro Deputado Heráclito Fortes, ao entrar com o pedido de suspensão do processo de *impeachment*, a Advocacia-Geral da União disse que, se ele ocorrer, haverá convulsão no País. Mas o País está absolutamente tranquilo, aguardando a decisão desta Casa.

O Ministro da Justiça também disse que, durante a votação do *impeachment*, poderá haver distúrbios e turbulências. Ou seja, estão incentivando esse processo — e a Presidente é a principal responsável perante a Nação pela iniciativa da violência.

Eu quero, deste plenário, denunciar que os jornais estão dizendo que existiria a intenção de decretar Estado de Defesa, que está previsto no art. 136 da Constituição da República. Num momento em que o Conselho de Defesa Nacional e o Conselho da República não estão ativos, a Presidente poderia editar um decreto para tentar justificar o injustificável, porque não há nenhum motivo para isso.

Eu quero alertar esta Casa para esta possibilidade de tentar tumultuar um processo correto, legítimo. Esta Casa está aberta, funcionando; o Supremo Tribunal



Federal está definindo todo esse processo; o Ministério público aí está. Enfim, há tranquilidade no País.

Portanto, golpe, sim, contra o Brasil e os brasileiros seria a tentativa de decretar o Estado de Defesa, para justificar o injustificável, pois há o cumprimento do dever desta Casa no que diz respeito ao resguardo da Constituição e dos interesses majoritários dos brasileiros.

Mas isso não prosperará. Nós estamos absolutamente alertas; nós estamos exatamente cumprindo a lei. As instituições funcionam, o País vive em tranquilidade, e não vamos aceitar qualquer golpe contra as instituições, contra a Constituição.

Há um processo de *impeachment*, e declaro aqui meu voto simbólico, que será “sim”; que significa um basta a esse desgoverno, para que nós possamos reconquistar a paz, a tranquilidade, a esperança e a confiança!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu é que agradeço a V.Exa., nobre Deputado.



O SR. DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, peço a palavra, para fazer uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado Domingos Sávio, eu gostaria de já chamar o próximo Líder e pedir-lhe que aguarde na tribuna, para adiantarmos os trabalhos.

Deputado João Rodrigues V.Exa. vai dividir o tempo das Comunicações de Lideranças?

O SR. JOÃO RODRIGUES - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Um minutinho, Deputado. O Deputado Domingos Sávio tem algo importante dizer, com base no art. 96 do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Reclamação. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, agradeço a V.Exa., pois é extremamente importante o que tenho a dizer. Eu pedi que me fosse dado precedência para, com a compreensão dos colegas e pela relevância do assunto, apresentar e formalizar esta reclamação, fazendo com que, inclusive, ela seja do conhecimento público o mais rápido possível.

Neste momento, estamos vendo o mau uso de um instrumento corriqueiro nesta Casa, que é a criação de frentes parlamentares. Por um gesto quase sempre solidário ou por manifestação de Parlamentares em defesa de determinados princípios, criam-se quase que diariamente frentes parlamentares.

Eu e diversos colegas fomos convidados a assinar a lista para criação de uma frente parlamentar com a seguinte denominação: Frente Parlamentar Mista em



Defesa da Democracia. Ora, essa frente reúne todas as pessoas que vivem num país de regime democrático, como o Brasil. Portanto, trata-se de uma frente parlamentar que não tem natureza partidária e não versa sobre um tema específico, mas um tema amplo.

Veja que a justificativa para criação dessa frente segue a mesma linha:

“O Congresso Nacional tem como dever prezar pela representatividade popular e pela democracia, por isso esta Frente irá congrega os Deputados, Senadores e organizações da Sociedade Civil que defendem a democracia como princípio.”

Pois bem, eu e mais alguns colegas do PSDB assinamos a lista, assim como vários Deputados do Democratas e, diria, de quase todos os partidos.

Para nossa surpresa, ato contínuo ao protocolo hoje dessa frente, capitaneada pela Deputada Luciana Santos, do PCdoB de Pernambuco, a imprensa nacional começa a repercutir entrevistas, dando conta de que essa frente, composta por cerca de 190 Deputados e não sei quantos Senadores, é uma manifestação expressa de Deputados que são contra o *impeachment!* Ora, isso é má-fé, isso é uma atitude antiética e desrespeitosa.

Sr. Presidente, a minha reclamação vai no sentido de solicitar a V.Exa. que determine a suspensão da tramitação do registro da referida frente. Eu já estou providenciando a retirada da minha assinatura. Seguramente, todos os Deputados do PSDB e dos diversos partidos também farão o mesmo.

Quero que fique registrada esta reclamação, assim como o alerta com relação a essa atitude antiética e de desespero, ao se colherem assinaturas para a criação



da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e usando-as de maneira covarde, dizendo que quem assinou é contra o *impeachment*.

O *impeachment* é um instrumento democrático. O *impeachment* é uma previsão constitucional para salvar o povo dos maus governantes. E é exatamente isto o que estamos fazendo: estamos salvando o Brasil de alguém que cometeu crime de responsabilidade, de alguém que é conivente ou omissivo com a corrupção que se instalou em seu governo, de alguém que desrespeita a Constituição e que, a todo o momento, desrespeita o Brasil ao incitar a violência.

Deixo registrada esta reclamação e a solicitação para que se suspenda imediatamente a tramitação desse documento, porque ele fere princípios éticos, morais e de respeito recíproco nesta Casa.

Nós estamos retirando a nossa assinatura e repudiamos a iniciativa daqueles que tentaram enganar seus pares numa atitude de desespero. O *impeachment* é um instrumento democrático e vai ocorrer em favor do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Nobre Deputado, nós vamos recolher o documento. O que V.Exa. falou é muito grave. Eu não tenho dúvida de que, se isso tivesse sido feito por um Deputado do PSDB, seria tido como golpe. Vamos recolhê-lo e solicitar que providências sejam tomadas urgentemente. (*Manifestação no plenário.*)

Em reclamação não há contradita. Foi uma reclamação e não uma questão de ordem.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O nobre Deputado Vicentinho tem uma comunicação a fazer. Em seguida, falará a outro Líder. E, se houver alguém com alguma comunicação de urgência, eu lhe darei a palavra.

Com a palavra o Deputado Vicentinho.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, diante de tanta turbulência, tenho uma notícia maravilhosa para dar a V.Exas.

O SR. EDMILSON RODRIGUES - Só o Deputado Alberto Fraga fala o tempo todo. Estou com ciúmes.

O SR. VICENTINHO - Sr. Presidente, eu fui interrompido. Gostaria que V.Exa. recompusesse o meu tempo de 1 minuto.

Diante de tanta turbulência, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho uma notícia maravilhosa para dar a V.Exas.: acabou de nascer em São Bernardo do Campo, no Hospital e Maternidade Rudge Ramos, meu netinho Bernardo Souza da Silva. (*Palmas.*)

Estão lá no hospital a sua guerreira mãe Elaine, a minha norinha querida, e o Hudson, que é pai pela primeira vez. Eles estão muito emocionados e sabem que não estou com eles porque estou aqui cumprindo a minha missão parlamentar. Mas a vinda do Bernardinho representa, com certeza, luz, alegria e crença em um Brasil melhor para todos.

Agradeço a Deus e aos profissionais de saúde que cuidaram da minha norinha. Graças a Deus, ganho mais um neto! Eu, que já sou avô do Caique e do Gustavo, agora sou avô do Bernardinho.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Que Deus abençoe a família!



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o nobre Deputado Izalci.

O SR. IZALCI (PSDB-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero comunicar à Mesa que hoje, às 15 horas, na *TV Comunitária*, canal 12 da NET, um apresentador incitou as pessoas da Central Única dos Trabalhadores — CUT e dos movimentos sociais a ocuparem as ruas que dão acesso à minha residência. Foi falado verbalmente para que fossem ocupadas essas ruas, para que eu não pudesse entrar nem sair da minha casa.

Já comuniquei isso ao Departamento de Polícia Legislativa — DEPOL e conversei com o Deputado Alberto Fraga, que ligou para o Comandante da Polícia Militar.

Quero aqui registrar esse fato e pedir à Mesa Diretora que tome providências para que não haja nenhuma ameaça ao regime democrático, principalmente com relação aos Parlamentares que são a favor do *impeachment*, que querem libertar o Brasil dessa quadrilha que aí está.

Peço, portanto, Sr. Presidente, que a Mesa tome as devidas providências.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vou anunciar a ordem de inscrição dos Líderes, para que todos fiquem cientes. Inicialmente falará o nobre Deputado João Rodrigues, que, se quiser, poderá dividir o tempo da Liderança com o Deputado Herculano Passos — o tempo de S.Exas. é de 6 minutos, porque saíram do Bloco Parlamentar. Em seguida, falará o Deputado Major Olimpio, que terá 4 minutos, e os Deputados Chico Alencar, Márcio Marinho e Danilo Forte.

Essa é a ordem que vamos seguir. Se surgir alguma reclamação, nós concederemos a palavra ao Deputado de acordo com o Regimento.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado João Rodrigues, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSD. S.Exa. dispõe de 6 minutos. Se for dividir o tempo com o Deputado Herculano Passos, cada um disporá de 3 minutos.

O SR. JOÃO RODRIGUES (Bloco/PSD-SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos às vésperas da votação do *impeachment*.

Eu conclamo todos os Parlamentares que estão em dúvida para que observem bem os sintomas do momento atual: de um lado, o Governo diz que o jogo está batido e já tem os votos suficientes; do outro lado, há uma mobilização gigantesca de todos os partidos, inclusive aqueles que eram da base do Governo, somando mais de 350 votos.

Os inexperientes que prestem atenção: se fosse verdade o que o Governo fala, não haveria tantas ações no STF para barrar o *impeachment*. Isso significa que o jogo está batido, sim. A contabilidade aponta que a maioria absoluta dos Srs. Deputados está a favor do *impeachment*.

Além do mais, estamos ouvindo, a todo instante, depoimentos sobre convocação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST e da Central Única dos Trabalhadores — CUT para agirem, em dados momentos, com violência. Isso prova o desespero em que eles se encontram.

Se isso ainda não for suficiente, eu digo a cada Deputado que não vale a pena trocar a sua história e o seu mandato por um cargo. Não vale a pena nem receber Ministério. O que vale a pena é ter a honra de poder olhar para o seu povo,



olhar para a sua família, bater no peito e dizer que votou com convicção, que votou com o coração.

De nada adianta querer votar o *impeachment* e negociar um cargo. Não pensem que a obra que poderão fazer no seu Estado vai compensar a sua atitude, que o Ministério que posteriormente poderão ganhar — e não levar — vai compensar a sua atitude. O eleitor não vai perdoar.

Prestem atenção, caros colegas Deputados e Deputadas: se fosse verdade o que o Governo fala, os balcões de negócios não estariam montados como estão. Há um no Palácio do Planalto e outro no Royal Tulip Hotel, comandado pelo ex-Presidente Lula, cada um com ofertas de cargos. E vale dizer que hoje todas as ofertas se encerram e que, em seguida, já se iniciam as propostas indecorosas.

Aqueles que se venderem por qualquer preço terão data e hora marcada para encerrar as suas carreiras políticas — atentem bem: será no próximo domingo, a partir das 14 horas, quando iniciarmos a votação do *impeachment*.

Eu estarei aqui votando junto com meu partido, o PSD. Trinta Deputados já confirmaram seu voto “sim” ao *impeachment*, para o bem do Brasil.

Sr. Presidente, vou passar os 3 minutos que restam para o meu colega de São Paulo e ex-Prefeito de Itu, Deputado Herculano Passos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Nascimento, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - De Santa Catarina, vamos a São Paulo, com o nosso nobre ex-Prefeito de Itu, Deputado Herculano Passos, que terá o tempo de 3 minutos.

O SR. HERCULANO PASSOS (Bloco/PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu fui Prefeito de Itu por dois mandatos, uma estância turística localizada no interior do Estado de São Paulo. Fui Vereador e Prefeito daquele Município, portanto, acumulei experiência no Parlamento Municipal e na Prefeitura.

Quero deixar claro que é muito importante que um gestor municipal tenha sintonia com o Parlamento: a Câmara de Vereadores, no caso do Prefeito; a Assembleia Legislativa, no caso do Governador; e o Congresso Nacional, no caso do Presidente da República. Se não for assim, não há governabilidade e as coisas não acontecem.

Um erro fundamental da nossa Presidente Dilma foi justamente não ter conseguido essa sintonia no seu Governo, não ter atendido à reivindicação do Parlamento, para que o País pudesse avançar. Com a falta de diálogo, surgiu a crise econômica e a crise social.

Está faltando confiança com relação ao Governo. As pessoas não estão acreditando mais neste Governo. Os investidores não estão investindo mais. As pessoas vão ao supermercado e não conseguem comprar, pelo mesmo preço, aquilo que antes compravam. O desemprego está presente. A insegurança, que gera um caos, está aumentando.

Estamos numa situação difícil, não existe mais governabilidade, não existe mais condição de a Dilma Rousseff continuar presidindo o País. Existem dois



juízos para o *impeachment*: o julgamento jurídico e o julgamento político. O julgamento jurídico pode ser feito de duas formas, mas o julgamento político — e nós somos políticos — se dá de acordo com a realidade que vivemos.

Por tudo isso, Sr. Presidente, é com a minha consciência tranquila que deixo claro para aqueles que me elegeram que sou favorável ao *impeachment*. Por quê? Eu represento a região de Itu e a região de Bragança e percebo a dificuldade por que está passando aquela população.

Portanto, quero deixar bem claro aqui, alto e bom som, que eu sou favorável ao *impeachment*. No domingo, nós estaremos mudando o Brasil para melhor. Nós estaremos criando uma expectativa de mudança, uma possibilidade de o Governo fazer o melhor para o nosso povo, para que ele tenha melhor qualidade de vida.



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira, por 1 minuto. Logo depois, falarão o Deputado Pr. Marco Feliciano e os Líderes que estão inscritos.

O SR. MAURO PEREIRA (Bloco/PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de parabenizar o meu colega e Deputado Federal pelo PDT do Rio Grande do Sul, Giovani Cherini, que abriu o voto a favor do *impeachment*.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que os pedetistas gaúchos que são a favor do *impeachment* — e são muitos — estão muito felizes com a atitude de S.Exa. Isso é muito bom para o País e para o Rio Grande do Sul, Estado que está sendo pisoteado pela Presidente Dilma, que está sendo tratado pela Presidente Dilma como se nada fosse.

O Deputado Giovani Cherini está tomando uma atitude a favor do povo gaúcho. Certamente o Partido Democrático Trabalhista vai entender assim, devido à importância que o Deputado Giovani Cherini, um Parlamentar atuante e bom, tem para o Estado. Certamente o Partido Democrático Trabalhista vai valorizar e aceitar a atitude de S.Exa., que é o líder da bancada gaúcha aqui na Casa, que engloba todos os partidos.

O Deputado Giovani Cherini é um Parlamentar sério e amigo, como o são os demais Deputados do PDT. O povo gaúcho está muito feliz e agradece ao Deputado Giovani Cherini por votar a favor do *impeachment*, pelo bem do Brasil, pelo bem do Rio Grande.

Parabéns, Deputado Giovani Cherini!



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Pr. Marco Feliciano.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na semana passada, estudantes e representantes da União Nacional dos Estudantes — UNE estiveram pelos corredores desta Casa, humilhando e xingando os Deputados que são *pró-impeachment*, ameaçando ir às vias de fato com os Deputados que são *pró-impeachment*.

Apresentei aqui um pedido de instituição da CPI da UNE, para o qual consegui 220 assinaturas. Com isso, o pessoal da UNE, que, na semana passada, gritava e atacava Deputados, hoje está como cordeirinho, indo de Deputado em Deputado, para pedir que retire sua assinatura. Estão usando de má-fé, andando pelos corredores com folhas em branco, pedindo aos Deputados que assinem para que sejam retiradas as assinaturas do pedido de CPI, sem saber se esses Deputados assinaram o pedido ou não.

A pergunta que eu faço, Sr. Presidente, é esta: se eles não devem, por que querem que retiremos as assinaturas? Ora, é preciso fazer, sim, uma apuração, uma acareação com o pessoal da UNE, que, de maneira desonrosa, fez com que Deputados desta Casa fossem humilhados.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero pedir a todos os Deputados que assinaram o pedido de instituição da CPI da UNE que não retirem suas assinaturas.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Major Olimpio, para uma Comunicação de Liderança, pelo Solidariedade. S.Exa. dispõe do tempo regimental de 4 minutos.

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente eu quero registrar o meu apoio, minha solidariedade ao Deputado Pr. Marco Feliciano e, mais ainda, a minha participação nessa CPI proposta por S.Exa.

Os fatos em relação ao uso de recursos públicos pela União Nacional dos Estudantes são gravíssimos, a exemplo dos 44 milhões de reais do Tesouro que seriam usados na construção de um prédio, mas ninguém sabe para onde foram.

Essa UNE é presidida pela Carina Vitral, a mesma estudante que era Presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo e que cuspiu em mim no dia da discussão da redução da maioria penal. Ela é a loirinha que estava emoldurando o Lula no dia em que houve a condução coercitiva, dizendo que a juventude está com um bandido. Mas a juventude não está com bandido coisa nenhuma!

Essa é a manobra, Deputado Pr. Marco Feliciano, que utilizam para tentar colher assinaturas de Parlamentares. Muitas vezes, nos corredores, nós assinamos para participar de frentes parlamentares, para prestigiar o Parlamentar. Mas participar de uma CPI é coisa muito mais séria, pois o Parlamentar acaba se debruçando sobre a matéria e verificando o seu conteúdo.

Pelo amor de Deus! Os Parlamentares estão sendo ludibriados por alguns canalhas que se dizem líderes estudantes, para que retirem as assinaturas. Vamos respeitar a nossa assinatura e vamos abrir essa caixa-preta da UNE!



Também quero dizer, Sr. Presidente, que alguns Deputados foram literalmente enganados em relação à participação na Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia — proposta, lamentavelmente, pela Deputada Luciana Santos, do PCdoB —, que depois foi protocolizada como sendo uma frente dos Deputados contra o *impeachment*.

Eu não assinei essa porcaria. Mas respeito aqueles Parlamentares que a assinaram na boa-fé, achando que iam participar de uma frente pela democracia. É preciso escrachar a covardia feita por essa Deputada ou seja lá quem for.

Registro ainda que estou vendo uma discussão muito intensa sobre se a votação no domingo começa pelo Norte ou pelo Sul. O crime praticado no Sul é igual ao crime praticado no Norte. Bandido no Sul é a mesma coisa que bandido no Norte. E a responsabilidade dos Parlamentares no Norte não é menor do que no Sul. A votação pode começar pelo Norte ou começar pelo Centro-Oeste. Mas não tem jeito: os crimes praticados estão aí, bandido é bandido em qualquer lugar! No domingo, vai ser aprovado o processo de *impeachment*, começando por onde for.

Isso se trata de manobras desesperadas, ao verem que os Deputados não aceitaram nem estão aceitando dinheiro sujo, não estão aceitando cargos para vender a sua dignidade. Graças a Deus! Espero que a Direção da Casa e a grande maioria dos partidos não se perturbem com tais manobras.

Se eles quiserem, façam uma fila só para a Dilma, para todos os que votam a favor da Dilma. Nós vamos conseguir mais de 370 votos do mesmo jeito. Se ela praticou crime, fez coisa de bandido, em primeiro lugar vai enfrentar o *impeachment*, depois a apuração e, em seguida, o escracho público.



Para concluir, Sr. Presidente, eu quero dizer a toda a população brasileira que, no domingo, coloquem a sua camiseta verde-amarela. Peguem sua família, seus filhos, pais e avós e vão para as ruas, sim. Não aceitem e não caiam nesse jogo de intimidação, que diz: “*Olha, o exército vermelho vai atacar os coxinhas!*” Vai coisa nenhuma! Haverá polícia e segurança pública nas ruas de todo o Brasil, e quem se portar como bandido vai ser tratado como bandido. Podem ter certeza disso!

Portanto, vão para as ruas, sim! Façam a sua vigília cívica! Tenham a certeza absoluta de que não existe exército vermelho, não existe foice e martelo, não...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Deputado Major Olimpio, o tempo de V.Exa. esgotou. Passaram-se 3 minutos, mas eu já lhe concedi mais 1 minuto.

O SR. MAJOR OLIMPIO - Eu agradeço a consideração de V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto, para dar como lidos seus pronunciamentos.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estou entregando dois pronunciamentos: um é sobre o golpe que estão tentando fazer, e o outro convoca todos a não aceitarem provocações, porque nós precisamos de paz, de calma e de serenidade.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Muito obrigado, Deputado Luiz Couto, os pronunciamentos de V.Exa. serão divulgados pelos órgãos de comunicação desta Casa.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, pensamentos que pairam nos golpistas, neste Congresso, são como os da ditadura militar, quando se aboletou no Brasil um colchão de mentiras dolosamente costuradas para iludir a boa-fé de uma classe média desinformada e interesseira, aterrorizada por perversa lavagem cerebral da mídia, que antevia uma invasão das classes mais pobres, quando o que, de fato — hoje se sabe —, navegava célere em nossa direção era uma frota embusteira.

Tentam encravar o golpe! A sociedade consciente e de esquerda não precisa de motivação mais convincente para reagir do que os últimos acontecimentos, tarjados em mentiras, engodos e revelações de parte dos “temerdebistas” e “cunhadebistas”.

Quem tem ideologia em defesa dos pobres deste País tem argumentos literários da história vivenciada pela ditadura. Todos os que defendem um país livre



e democrático estão a favor da defesa de nossa Presidenta da República Dilma Rousseff, porque não paira sobre sua vida pessoal ou pública nenhum vínculo com corruptos e nem crimes existentes na nossa exaltada Constituição Federal.

Um dia, este Brasil foi afugentado do mundo acadêmico, os pobres foram proibidos de estudar e de frequentar as escolas, o saber entrou para o índice nacional engendrado pela prepotência. Perseguições, torturas e mortes pairavam nas esquinas e nas ruas livres deste imenso Estado brasileiro.

Anos se passaram, e nós nos arrastamos na mentira do Governo FHC. Mas uma esperança irrefutável surgiu no Governo Lula, que, além de grande metalúrgico, sentou-se onde pobre não se sentava e ainda fez os pobres sentarem-se juntos no comando da Presidência da República Federativa do Brasil.

Bastaram alguns anos de muitos esforços e muitas mudanças. Choramos quando o primeiro pobre teve acesso ao Bolsa Família; o primeiro pobre teve acesso à universidade; o primeiro pobre teve aumento salarial; o primeiro pobre passou num concurso tão sonhado; o primeiro pobre comeu carne em abundância; o primeiro pobre viajou de avião; o primeiro pobre teve a primeira casa própria, etc.

Mas o árduo trabalho, que, em 2010, também foi continuado pela nossa Presidenta Dilma, tomou outra proporção: a de homens e mulheres que são alimentados pelas grandes mídias insurgentes e cheias de discriminações e preconceitos contra as mulheres deste País. O ódio e o desrespeito se fortaleceram no íntimo do coração dos insatisfeitos. Aliás, o pobre cresceu tanto socialmente que abafou os grandes e poderosos ricos e direitistas deste Brasil.

O golpe de Estado é o maior risco que todos nós corremos vivenciar novamente, depois do que aconteceu em 1964. O ditador da vez tem dois nomes: o



primeiro é o Presidente do PMDB e Vice-Presidente da República, Michel Temer; o segundo é o Presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha.

Alguém viu, alguma vez, os dois abraçando a população de renda baixa deste País? Houve beijos e abraços a algum pobre deste País? Não! Há reuniões em restaurantes requintados da França, de Portugal e da Suíça.

Com todo esse “afeto”, será que algum deles deseja ajudar o nosso País?

Não! O que estará em jogo no domingo, dia 17, não é somente o mandato da Presidenta Dilma, o que estará em jogo são as grandes riquezas do nosso País, que eles tanto querem alcançar, como se fossem aves de rapina.

O País não precisa sofrer mais pelo passado ditatorial. Decidam, não por interesses próprios, de duas aves de rapina, mas pela massa popular que está crescendo em cada rincão deste País.

No domingo, nós não seremos somente representantes, pois é o próprio povo que pede a continuação de uma Presidenta eleita democraticamente por 54 milhões de brasileiros e brasileiras deste País.

Parafraseando nosso maior representante religioso do mundo, o Papa Francisco, afirmo que o grande risco do Brasil atual “*é a tristeza individualista, que brota do coração mesquinho*”.

Diga não ao golpe! Vamos para a rua exercer o nosso direito de manifestação em favor do Estado Democrático de Direito.

Era o que tinha a dizer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna, no dia de hoje, para pedir paz, calma e serenidade a todos, especialmente aos aliados da



Presidenta da República Dilma Rousseff e àqueles que defendem o Estado Democrático de Direito em nosso País.

Estamos às vésperas da votação de um golpe contra o processo democrático, e aproveito a oportunidade para ser bem didático na minha fala: um pedido de *impeachment* sem crime não pode ser chamado de outra coisa, “É Golpe”. Para essa armação orquestrada contra o Partido dos Trabalhadores e a guerreira Dilma Rousseff, precisamos reservar nossa maior parcela de tranquilidade, embora a Oposição esteja cantando que já ganhou e que a batalha da democracia está perdida. Não está!

Peço a cada um dos senhores e senhoras que mantenham o equilíbrio e não cedam à tentação de votar na tese que parece ser a mais forte. Votem no que é mais justo e verdadeiro. A balela do voto útil, aquele que se dá a quem aparenta que vai ganhar, é um engodo. O voto é para ser correto.

Esse clima de vitória antecipada foi criado para desestimular os aliados da Presidenta Dilma Rousseff. Gostaria de lembrar também que, mesmo com o rolo compressor usado pelo Presidente desta Casa, Eduardo Cunha, para votar a redução da maioria penal — uma matéria que ele queria nos empurrar goela abaixo —, não foram obtidos mais do que 308 votos.

Companheiros e companheiras, povo brasileiro, é preciso resistir e manter nossa altivez por meio da fé. O golpe não pode passar. Não cedam à guerra de nervos e nem se deixem quebrantar pela metralhadora da mídia golpista.

Outro alerta que faço é sobre o caráter altamente manipulatório de grande parte da imprensa de nosso País nestes dias. As manchetes estão quase todas contra o Governo da Presidenta Dilma Rousseff. Esse terrorismo da mídia não



acontece por acaso. É parte ostensiva do golpe. É assim que se manipulam as massas e tentam jogar o povo contra Dilma, contra o PT e contra qualquer um que defenda a democracia. Esqueçam a Globo e a grande mídia. Sintonizem a *TV Brasil* para um noticiário desintoxicado do golpismo.

Mantenhamos todos a paz, a calma e a serenidade e procuremos alimentar nossa fé num Brasil melhor olhando o povo nas ruas. No Brasil inteiro, multidões irão às ruas até domingo, em defesa do Estado Democrático de Direito. É essa resistência brava que nos alimenta, que mostra a força e a compreensão da população, mesmo sendo bombardeada por tantas notícias tendenciosas e levianas contra Dilma e o PT.

Uma mulher honesta, guerreira, íntegra e comprometida com os mais altos ideais do País não pode ser afastada do cargo sem motivo, apenas porque a Oposição tem o controle da mídia e o medo das urnas.

Fé e resistência são o que precisamos ter até domingo. O golpe não passará porque o Brasil é muito maior do que os traidores. Salto alto e clima de “já ganhou” é o que se vê do lado dos golpistas, para disfarçar o desespero. Do lado de cá, há serenidade e crença firme na vitória de um país cada vez melhor. Enfrentemos a batalha mais uma vez, mas vençamos com a verdade e a paz.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Chico Alencar, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSOL. S.Exa. disporá de 3 minutos.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, até na forma precisamos trabalhar pelo caráter plural do Parlamento. Então, eu não vou gritar, berrar nem me assumir como o “dono da pátria”.

Aliás, Samuel Johnson, no século XVIII, lá na Inglaterra, dizia: “*O patriotismo é o último refúgio do canalha*”. Aí você, sem argumentos, fica dizendo que só você defende o seu país, pois é o portador único da verdade absoluta. É algo que está fora de si, sendo que tudo o mais é o demônio, é o mal.

Quero lembrar também que a foice é um instrumento de trabalho camponês e que o martelo é um instrumento do trabalho operário. E o trabalho, antes do capital, é o verdadeiro criador de riquezas.

Há discursos aqui que lembram o macarthismo norte-americano ou que ainda estão, por falar em progresso e futuro, no ambiente da Guerra Fria, há mais de 60 anos. Isso é patético.

Se os que acham que vão avançar aprovando o *impeachment* — que não vai mudar nada estruturalmente neste País —, porque significa modernidade, fazem discursos da Guerra Fria, do ódio aos comunistas, que, aliás, hoje são muito fracos no País, eu vejo que o momento histórico, que de fato existe, está mais para opacidade e para escuridão do que para luminosidade, mais para distopia do que para utopia.

E vejo, sim, e lamento que o Governo esteja leiloando cargos. Mas, do outro lado — e quem disse isto foi o Senador Renan Calheiros —, Romero Jucá,



especialista em apoiar todos os governos, como alguns políticos, raposas felpudas da vida brasileira, é o gerente de recursos humanos de um eventual governo Temer. Então, distribuem cargos aqui, distribuem cargos lá, à vista ou a prazo futuro, muitos num governo em aberto, se vier, ou limitados, porque o PMDB, inclusive, nem cedeu os cargos que tinha no Governo — disse que os abandonou, mas lá permaneceu.

Resultado: o que temos hoje neste País é o padrão degenerado da política. E quem acha que o *impeachment* é a grande redenção está enganando a população. Ele é, na melhor das hipóteses, mais do mesmo, sobretudo com o ódio aos movimentos sociais, o ajuste duro e puro, a desvinculação de receitas da educação e da saúde.

Eu estou desconfiado de que a tal ponte para o futuro é muito mais uma pinguela em direção ao passado.

O SR. BOHN GASS - Ou ao abismo.



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Eu vou passar a palavra ao Deputado Arolde de Oliveira. Logo depois, concederei 30 segundos ao Deputado Ricardo Izar. Em seguida, falará o Deputado Márcio Marinho, pela Liderança do PRB.

O SR. ZÉ GERALDO - Há quantos Líderes inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Deputado Zé Geraldo, já falaram, até agora, o Deputado Chico Alencar e o Deputado Major Olimpio. Nós ainda vamos passar a palavra aos Deputados Márcio Marinho, Danilo Forte, Carlos Henrique Gaguim e a V.Exa.

Observo que nós temos que terminar a sessão às 18h59min.

O SR. ZÉ GERALDO - Eu estou inscrito para falar nas Comunicações Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - V.Exa. terá garantidos os 8 minutos de Comunicações Parlamentares.



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Arolde de Oliveira, do Rio de Janeiro.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (Bloco/PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente e colegas Parlamentares, eu queria, neste momento, solidarizar-me com os aposentados e pensionistas do meu Estado, o Rio de Janeiro, que, em virtude da tragédia que se abateu sobre as finanças do Estado em consequência da malversação da PETROBRAS, vivem um momento muito difícil.

Os aposentados e pensionistas do Rio de Janeiro, que muitas vezes contam com seus proventos para sustentar alguns desempregados da família, estão sofrendo. Eu quero me solidarizar com eles e dizer que o Governo do Estado está se empenhando para resolver esse problema da maior importância para suas famílias.

Obrigado, Sr. Presidente, pela sua compreensão.



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Izar, por 30 segundos, para fazer uma reclamação.

O SR. RICARDO IZAR (Bloco/PP-SP. Reclamação. Sem revisão do orador.) - Deputado Márcio Marinho, desculpe-me, mas quero fazer uma reclamação.

Sr. Presidente, a Deputada Luciana Santos, usando de má-fé e sem ética e decoro nenhum, colheu assinaturas para uma frente parlamentar, chamada Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia, e agora usa essas assinaturas para dar apoio à interrupção do processo de *impeachment* no Supremo Tribunal Federal.

Eu queria dizer que isso mostra a forma baixa como este Governo vem fazendo política.

Eu vou entrar hoje com uma representação na Corregedoria da Casa contra a Deputada Luciana Santos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. JÔ MORAES - Isso não é verdade.



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Marinho, para uma Comunicação de Liderança, pelo PRB. S.Exa. dispõe de 4 minutos.

O SR. MÁRCIO MARINHO (Bloco/PRB-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu venho a esta tribuna, nesta tarde, para me posicionar sobre a mesma questão trazida pelo Deputado Ricardo Izar.

Alguns Deputados do nosso partido também assinaram a lista de apoio à Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia. Mas agora nós fomos informados de que a lista está sendo tratada como se fosse de apoio ao Governo, o que ela não é.

O que estão dizendo é uma mentira! Isso mostra a forma antiética como algumas pessoas, entre elas a Deputada Luciana Santos, que está propondo essa frente parlamentar, têm tratado esta Casa.

Nós, que apoiamos com muito carinho várias frentes parlamentares e CPIs, acabamos sendo surpreendidos com uma postura dessas. Também faremos uma representação junto à Corregedoria desta Casa, para que faça alguma coisa em relação a essas assinaturas. Eu mesmo já dei encaminhamento à solicitação de que sejam retiradas as assinaturas dos Parlamentares do PRB.

Isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tem causado uma dúvida muito grande, em função da postura do Partido Republicano Brasileiro, já divulgada na terça-feira passada, pelo nosso Presidente Nacional, Dr. Marcos Pereira.

Nós nos posicionamos favoravelmente ao *impeachment* por entender que houve crime de responsabilidade e houve também afronta à Lei Orçamentária. Nós,



todos os 22 Parlamentares do PRB, chegamos a essa conclusão e decidimos votar favoravelmente ao *impeachment* no domingo.

Não podemos mais aceitar a situação de crise por que passa o País. Nós não podemos mais aceitar que o cidadão comum vá ao supermercado e não tenha condições de fazer a sua compra, a sua feira. Nós não podemos mais aceitar que, a cada dia que passa, os problemas aumentem em nosso Brasil. As empresas estão indo embora do País, o PIB cai dia a dia, o desemprego aumenta. Nós não podemos concordar com essa situação.

Tomamos a atitude de sair da base do Governo, Deputada Tia Eron, para que tivéssemos a oportunidade e a liberdade de decidir pensando no Brasil e pensando naquelas classes que mais precisam. E nós sabemos que, neste momento de crise, a classe mais prejudicada é a classe trabalhadora, a classe das pessoas humildes.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero confirmar que, no domingo, os 22 Parlamentares do Partido Republicano Brasileiro, para fazer justiça ao País, estarão votando *pró-impeachment*.



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Sras. e Srs. Deputados, eu vou conceder a palavra aos Deputados Bohn Gass e Edmilson Rodrigues, que vão falar por 1 minuto cada um.

Eu quero informar a V.Exas. que há uma série de Deputados inscritos para falar como Líderes, mas que o nosso tempo está se esgotando. O Deputado Carlos Henrique Gaguim, por exemplo, que dispunha de 5 minutos, já afirmou que falará por 1 minuto e, logicamente, cederá o tempo restante.



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Com a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/PTN-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós votaremos “sim”, pelo PTN e pelo Tocantins, nesse próximo domingo.

Votaremos pelo *impeachment*, em favor da construção do nosso hospital de urgência de Palmas, em favor do Projeto Manoel Alves, do Projeto Polo de Fruticultura Irrigada São João e do Hospital Regional Gurupi — emenda da Senadora Kátia Abreu —, de que precisamos tanto.

Votaremos “sim” neste domingo, pelo Tocantins, pelas obras de que o meu povo daquele Estado precisa com muita urgência.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento fique registrado nos Anais desta Casa e seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, dentro do meu tempo de 1 minuto, eu queria parabenizar a União Nacional dos Estudantes — UNE. Os estudantes do Brasil sabem por que são contra o golpe: porque já houve um tempo recente em que as portas das universidades do País estavam abertas só para quem tinha dinheiro, houve um tempo em que os institutos federais de educação não existiam.

Quando Lula assumiu, havia 142 escolas técnicas no País; hoje há 562. Milhares de brasileiros e brasileiras, de jovens que nunca poderiam fazer uma faculdade passaram a cursar o curso superior. Filho de trabalhador pode, sim, virar doutor e estudar.

Portanto, se hoje a UNE está contra o golpe é porque ela sabe disso, ela quer que continue havendo oportunidades de estudo. A alternativa hoje apresentada é a do retrocesso. Talvez a juventude do País e os nossos filhos possam reverter os votos de Parlamentares.

Pela educação, junto com a UNE e contra o golpe!



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues, por 1 minuto.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas parabenizar o Ministério Público do Estado do Pará.

Eu creio no bom senso do Conselho Estadual de Educação do Pará, dirigido por uma grande educadora paraense, que recebeu do Governo do Estado, tucano, uma proposta de mudança na matriz curricular, de redução de 30% da carga horária, prejudicando a qualidade do ensino. Isso gerou uma grande revolta de pais, alunos e professores, da comunidade escolar, enfim.

Eu creio que o clima criado com a decisão do Ministério Público, contra essa proposta e exigindo mais debates, pode ajudar a diminuir a tensão e a melhorar as condições de ensino no meu Estado, que estão tão agredidas e vilipendiadas.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, prossegue no Estado do Pará a tensão entre a comunidade escolar e o Governo de Simão Jatene por conta do projeto do Executivo que altera a matriz curricular do ensino médio da rede pública de ensino, ao reduzir a carga horária de aulas. A justificativa do prejuízo à qualidade da educação se ampara tão somente na redução de custos.

A pressão de educadores, alunos e pais de alunos, por meio do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará — SINTEPP e dos movimentos estudantis, conseguiu adiar a votação do projeto no Conselho Estadual de



Educação, que seria no último dia 07 de abril. A votação foi adiada para o dia 14 de abril, quando haverá um novo protesto contra a iniciativa, na Avenida Presidente Vargas, próximo ao Instituto Estadual de Educação do Pará — IEEP, local onde o Conselho costuma se reunir.

O projeto reduz em cerca de 30% a jornada de aulas, limitando o máximo de duas aulas semanais por disciplina, exceto Português e Matemática.

Não bastasse a crise da qualidade da educação pública no Pará, a valorização dos servidores também atravessa fase crítica. No dia 15 de abril, o SINTEPP fará uma assembleia geral pela campanha salarial. A principal pauta é o calote anunciado pelo Governo Jatene com relação ao cumprimento do piso salarial nacional de 2016, que foi reajustado em 11,36% em janeiro, ficando em R\$2.135,64, bem como o pagamento retroativo desse reajuste; a garantia da lotação de 2016, assegurando a jornada; a aplicação de um terço de hora-atividade; e a manutenção do limite de 84 aulas suplementares.

Outras exigências são o pagamento das perdas históricas de 60%; a regulamentação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração unificado, conforme o acordo judicial firmado em 2013; a realização de concurso público na educação para todos os cargos de que haja necessidade; o cumprimento da Lei de Gestão Democrática, a Lei nº 7.855, de 2014; a eleição direta de dirigentes de escolas; a garantia de 25% de liberação da jornada para os presidentes e tesoueiros de conselhos escolares que sejam servidores estaduais; e a regularização da merenda escolar, com garantia de quantidade e qualidade, respeitando a cultura alimentar regional.



Outras pautas são o fortalecimento do Sistema de Organização Modular de Ensino — SOME, garantindo que haja professores de todas as disciplinas em todas as localidades; a reforma da climatização das escolas públicas estaduais; a construção de escolas de ensino médio nas localidades, em função da crescente demanda em todas as regiões no Estado; a criação de um fórum de políticas permanentes de combate à violência nas escolas; a melhoria e ampliação da rede de atendimento do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará — IASEP para todo o Estado, sem aumento da alíquota; o asseguramento de licenças-prêmio, mestrado e outros afastamentos de acordo com a legislação vigente, sem a obrigatoriedade de o servidor indicar um substituto efetivo.

É inadmissível que exista uma gestão que não prioriza a qualidade de ensino, um dos pilares do serviço público, e ainda invista no seu crescente desmonte. Enquanto o Governador concede anistia e benefícios fiscais à vontade, aos grandes empresários, os pobres sofrem com escolas com estrutura precária e falta de professores. Houve reformas de escolas que foram abandonadas, que jogam fora o dinheiro público.

Por isso, repudio todo e qualquer ataque à qualidade da educação, que venha a trazer prejuízo ao povo. Não à redução da grade curricular! Não ao calote do piso salarial e à desvalorização dos educadores!



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Misael Varella.

O SR. MISAEL VARELLA (DEM-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria pedir que o meu discurso fosse dado como lido e divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Darei como lido o pronunciamento de V.Exa. e autorizo que ele seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Congresso Nacional e todo o Brasil passam por um momento histórico. Nós teremos a oportunidade de, como representantes do povo no Poder Legislativo, iniciar um processo de resgate da moralidade da política brasileira. É hora de o País se unir, pela volta da credibilidade, pela transparência na administração da máquina pública e, acima de tudo, pelo povo brasileiro. *Impeachment* já!

Hoje o processo de *impeachment* é uma realidade, e o País clama por mudanças. Vejo, na atual administração, critérios que fogem da legalidade, da moralidade e da função para a qual nós, políticos e figuras públicas, fomos eleitos pelo povo. Por isso, eu decidi me manifestar favoravelmente ao *impeachment*, assim como todos os meus colegas do partido Democratas.

Além das acusações de crimes de responsabilidade fiscal, hoje o Brasil passa por um período de ausência de governabilidade pela incompetência administrativa e



articuladora, por uma alta da taxa de desemprego, por crise no comércio varejista, no setor automobilístico e nos transportes, pelo rebaixamento da confiança do mercado externo em nossa economia, pela falta de investimentos em vários setores e pela alta da inflação.

Tudo isso me leva a acreditar na mudança dos rumos do País. Não se trata apenas de partidarismo, mesmo que a minha legenda, o Democratas, seja inteiramente favorável ao *impeachment*. Trata-se de salvarmos o Brasil, um país esfacelado pela má gestão e pela corrupção.

Mais uma vez peço união ao povo brasileiro neste momento difícil, mas necessário para o fortalecimento da Nação.

Tenho dito.



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Danilo Forte, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSB.

O SR. DANILO FORTE (PSB-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje o Brasil é um outro país. Há uma luz, há uma esperança, há uma alegria. Pelos corredores do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, nós percebemos claramente uma motivação que há muito não se víamos.

Tudo isso é fruto exatamente deste novo momento que o Brasil começa a viver, que já se reflete na economia do País, em que se vê o dólar caindo, a Bolsa de Valores se reanimando. Tudo isso ocorre graças a este novo momento em que o País começa a respirar.

Há a perspectiva clara de uma alternância de poder baseada exatamente em um governo que perdeu o rumo da história, um governo que se atropelou e embolou nas contas públicas, na falta de respeito e de credibilidade, e que ocasionou o acúmulo de todo esse descrédito no nosso País.

É lógico que não será tarefa fácil fazer o Brasil se reencontrar logo após a votação de domingo. Mas o esforço que vem sendo feito, a motivação das forças vivas que estão se incorporando a esse sentimento, a mobilização do grupo de Parlamentares e de partidos que estão assumindo essa bandeira são exatamente no sentido de propor a construção de uma alternativa.

Trata-se de uma alternativa clara de reconstrução, uma alternativa que pode ser construída com base na unidade nacional, retratando exatamente a busca do mérito e da qualificação, do enxugamento da máquina pública, em oposição a um governo de coalisão, que buscou, na distribuição de cargos e no fisiologismo mais



barato, uma base política que se esvaiu, uma base política que degingolou. Essa nova reconstrução, com certeza, ofertará nova oportunidade a um país do tamanho de um continente.

O pior dos mundos agora é exatamente a retração. O pior dos mundos é exatamente voltar atrás naquilo que está sendo construído.

Quero reconhecer a bravura, a coragem dos Parlamentares que já se pronunciaram favoráveis à mudança. Os números são otimistas, são alentadores neste novo momento. Não tenho dúvida de que essa mudança virá. A partir de domingo e de segunda-feira, este País terá outra motivação.

Aqueles que apostaram na apologia do medo, aqueles que apostaram no fisiologismo, aqueles que apostaram na compra e na troca, no “toma lá, dá cá”, estão se frustrando porque a classe política é motivada pela opinião pública, que está muito vigilante. Os meios de comunicação estão muito atentos e acompanhando, com transparência, a mobilização, a motivação de cada um de nós neste momento.

O sentimento geral em todos nós é só um: buscar reencontrar um momento que possa gerar felicidade para o povo brasileiro. E essa felicidade só virá com a construção do novo, ao se botar o velho para fora, ao se tirar a opacidade, para dar transparência à gestão pública, para dar eficiência aos programas que acalentaram a esperança num novo Brasil e que estão falidos, sem perspectiva nenhuma. Os jovens já não têm mais o Fundo de Financiamento Estudantil — FIES. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego — PRONATEC, que serviu de retórica de campanha, não teve continuidade. No Nordeste, a transposição do São Francisco nunca chegou, trazendo só sofrimento ao povo nordestino. A



Transnordestina não conta nem com 1 quilômetro de estrada no meu Ceará. Tudo isso será retomado com o novo ciclo econômico que será construído a partir da recuperação da credibilidade no País.

Eu tenho muita fé, eu tenho muita esperança. Nós do PSB, por ampla maioria, quase por unanimidade, tiramos a proposta de apoiar a admissibilidade do *impeachment*, para garantir a esse novo Brasil que surge uma nova roupagem, baseada exatamente na necessidade da reconstrução e no espírito público que renovou a classe política brasileira, capaz de fazer com que a apologia do medo, o discurso do terror e a criação de um momento de insegurança nacional pudessem ser colocados à margem do processo político.

O processo é de liberdade, o processo é de participação. Há o desejo de que todos nós possamos reincorporar os sentimentos das ruas, para dar ao Brasil um novo momento. E esse novo momento virá com a afirmação da Câmara dos Deputados pela admissibilidade do *impeachment* no domingo que vem.

Vamos lá com fé e esperança, pela mudança que o Brasil precisa construir!



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - O Deputado Francisco Floriano falará pela Liderança do DEM. Porém, a Deputada Jô Moraes já havia solicitado a palavra.

O SR. DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente...

A SRA. JÔ MORAES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Faltam 8 minutos para terminar a sessão. Provavelmente todos os Deputados que estão aqui farão a mesma reclamação, sobre assinaturas para uma frente parlamentar.

O SR. DOMINGOS SÁVIO - Exatamente, Sr. Presidente. É uma coisa muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Observem que não há tempo para ouvir todo o mundo. Então, eu vou passar a palavra à Deputada Jô Moraes.

O SR. DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, é um absurdo! Falaram sobre isso no jornal *Folha de S.Paulo*, na *Reuters*. O Lula está por trás disso. Dizem que o próprio Lula articulou isso. É uma manobra descarada, para tentar passar a ideia de que há apoio contra o *impeachment*.

A SRA. JÔ MORAES - Sr. Presidente...

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Nós não podemos prorrogar a sessão. Eu não tenho ordem da Presidência da Casa para prorrogar a sessão.

Portanto, Deputado, fica registrado o protesto de V.Exa.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Nós não vamos ter condições para isso, Deputada Jô Moraes.



Srs. Deputados, a reclamação é a mesma. Nós temos um problema de horário. A reclamação está registrada.

O SR. DOMINGOS SÁVIO - Covarde!

A SRA. JÔ MORAES - Sr. Presidente, o PCdoB...

O SR. DOMINGOS SÁVIO - De maneira covarde e criminoso, ela colheu assinaturas para a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia. Mas democracia não se faz com mentiras! Depois sai espalhando que o Deputado é contra o *impeachment*.

A SRA. JÔ MORAES - Sr. Presidente, houve uma acusação irresponsável aqui.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Deputado, está registrado o protesto de V.Exa.

(Tumulto no Plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Deputada Jô Moraes e Deputado Andre Moura, não podemos continuar com esse barulho todo. Eu não vou conseguir ouvir todo o mundo. Os microfones estão desligados.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Não adianta, Srs. Deputados, ou nós restituímos a ordem no plenário ou não vai ser possível continuarmos com a sessão.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Há um Deputado na tribuna. Se V.Exas. entendem que essa gritaria deve continuar, nós vamos encerrar a sessão.



Vamos fazer o seguinte: como temos um Deputado na tribuna...

O SR. FRANCISCO FLORIANO - Eu estou pedindo respeito, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Com a palavra o Deputado Francisco Floriano.

(Tumulto no plenário.)

O SR. FRANCISCO FLORIANO - Srs. Deputados, eu exijo respeito!

(Tumulto no plenário.)



PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. VINICIUS CARVALHO (Bloco/PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na década de 1990, os produtores de medicamentos praticavam aumentos de seus produtos a seu bel-prazer. Os cidadãos, sem poder de escolha, submetiam-se às imposições de valores abusivos. Naquela época, a selvageria do mercado imperava também na saúde.

No entanto, no início dos anos 2000, essa realidade começou a mudar. Percebeu-se que o valor dos medicamentos precisava ser regulado, em razão das falhas de mercado presentes no setor. Ou seja: notou-se que esses produtos têm características mercadológicas diferentes das de outros artigos e que esse fato demanda regulação econômica do Estado, para o estabelecimento de regras que garantam um mercado com resultados socialmente adequados.

As falhas do mercado de medicamentos são diversas. Para começar, em geral, não existem bens substitutos nessa relação de consumo. Dessa forma, ocorre inelasticidade da demanda em relação ao preço. Com isso, mesmo que o custo do produto seja alto, as pessoas não deixam de adquirir o produto, em razão da sua essencialidade na preservação do bem-estar (e até mesmo da existência).

Se isso não bastasse, o consumidor tem diminuído poder de decisão sobre qual produto vai adquirir, pois é o profissional que lhe prescreve o produto que vai escolhê-lo. A esse fenômeno dá-se o nome de assimetria de informação.

Por fim, no mercado de medicamentos a competição é limitada pela segmentação, pelo alto grau de concentração do mercado de insumos, pela



proteção patentária e pela lealdade dos prescritores.

Em razão disso tudo, em 2003, Deputadas e Deputados, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 123, que foi convertida na Lei nº 10.742, deste mesmo ano. A partir de então, estabeleceram-se normas de regulação para o setor farmacêutico e criou-se a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos.

Mais de 1 década depois dessa inovação, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) publicou um estudo que analisou os efeitos da regulação do mercado farmacêutico e concluiu que, após o advento da citada lei, no período de 2004 a 2011, os medicamentos custaram, em média, 35% a menos do que o pedido pelas indústrias farmacêuticas.

Porém, meus nobres pares, neste ano algo de errado ocorreu, e o preço dos medicamentos disparou. A Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, órgão do Governo Federal responsável pelo controle dos preços do setor farmacêutico no País, informou que os preços dos remédios poderiam ter reajustes de até 12,5% a partir de 1º de abril deste ano. Só para os estimados Parlamentares terem uma ideia do quanto esse aumento foi impactante, informamos que em 2015 o ajuste autorizado foi de até 7,7%. Em 2014, de 5,68%.

Percebe-se, assim, que o aumento autorizado pelo Governo para os medicamentos superou (e muito) a inflação. Trata-se de um aumento real sobre produtos de que não se pode abdicar. E quem sofre mais com isso tudo são os idosos de baixa renda.

Conforme o economista André Braz, do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, em entrevista dada a um programa jornalístico de televisão, *“os medicamentos comprometem aproximadamente 10% do orçamento*



das famílias idosas e de baixa renda. E o aumento de 12,5% é um aumento que supera muito a inflação esperada para 2016, que está em torno de 7%. Então isso achata muito o poder aquisitivo dessas famílias de baixa renda, porque é um aumento real sobre um produto de que essas famílias não podem abrir mão”.

A relevância dessa matéria para a saúde pública do País é inegável. Estamos num cenário em que famílias precisarão abdicar de produtos básicos para conseguir comprar os seus respectivos medicamentos. A matemática não falha! Para pagar a conta da farmácia e ainda assim não extrapolar o orçamento, muitos terão de piorar a sua qualidade de vida. Até mesmo a alimentação de diversas famílias poderá sofrer pioras qualitativas.

Nós, representantes do Poder Legislativo, devemos nos posicionar contrariamente a esse aumento exagerado do preço dos medicamentos. Temos de colocar esse assunto entre as nossas prioridades. A Casa do Povo tem responsabilidade para com a saúde pública do Brasil.

Desse modo, conclamo meus nobres pares a se posicionarem contrariamente a esse aumento abusivo e a tomarem as devidas providências para o questionamento da razão pela qual órgão do Poder Executivo permitiu essa alta.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



O SR. LUCIANO DUCCI (PSB-PR. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui reafirmar o compromisso com a maioria — dois terços — desta Casa de que no próximo domingo aprovemos o afastamento da Presidente da República, Dilma Rousseff.

Este País precisa se reencontrar com a decência e a dignidade, a fim de que possa voltar a crescer, para o bem de todos os brasileiros, depois de 13 anos de gestão petista, com os escândalos do mensalão, do petróleo, denúncias de corrupção, surrupiamento dos cofres públicos, desmonte da indústria nacional, cuja participação no PIB regride a patamares de 50 anos atrás...

Houve o corte de 9 milhões de postos de trabalho e limitação de direitos trabalhistas, com destaque para o seguro-desemprego, sem falar na dívida pública, que perigosamente se aproxima de 3 trilhões de reais, comprometendo parcela significativa do Orçamento da União.

Em face desta sombria realidade, que se amplia dia a dia, pela impotência do Governo para reagir à conjuntura, a dinâmica política impõe que o PSB apoie o processo de *impeachment* que tramita na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, que este pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos canais de comunicação desta Casa.



A SRA. IRACEMA PORTELLA (Bloco/PP-PI. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Assembleia Geral das Nações Unidas instituiu, recentemente, a Década de Ação sobre Nutrição — período que vai de 2016 a 2025 —, a partir de uma proposta feita pelo Brasil. Segundo a ONU, é urgente unir esforços para erradicar a fome e evitar todas as formas de desnutrição no mundo.

Trata-se de uma decisão mais do que acertada. É necessária. E é prioritária. Cerca de 800 milhões de pessoas permanecem cronicamente subnutridas e mais de 2 bilhões sofrem de deficiências de micronutrientes, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura — FAO. O problema afeta sobretudo o desenvolvimento infantil. Aproximadamente 159 milhões de crianças menores de 5 anos apresentam elevados graus de subnutrição. Isso tem forte impacto no crescimento natural que seria esperado para essa idade. Cerca de 50 milhões de crianças na mesma faixa etária registram baixo peso para a sua altura.

Por outro lado, também preocupa o crescimento da obesidade em todo o mundo. Segundo dados da ONU, 1,9 bilhão de pessoas estão acima do peso. Nesse universo, 600 milhões são obesas. O número de pessoas com sobrepeso ou obesidade está crescendo em quase todos os países.

“Claramente, não está sendo feito o suficiente para garantir o direito básico à alimentação”, declarou o representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas, Antonio de Aguiar Patriota, ao apresentar a resolução propondo ações contundentes para assegurar o direito à alimentação em todo o mundo. A proposta teve o apoio de 30 Estados-membros e foi aprovada pela Assembleia da ONU sem



votação.

A resolução faz um apelo à FAO e à Organização Mundial da Saúde — OMS para que liderem a implementação da Década de Ação sobre Nutrição, em parceria com outras instituições, tais como o Programa Mundial de Alimentos — PMA, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola — FIDA e o Fundo das Nações Unidas para a Infância — UNICEF.

Segundo José Graziano da Silva, Diretor-Geral da FAO, *“as crianças não podem colher plenamente os benefícios da escolaridade se não obtêm os nutrientes de que necessitam; e as economias emergentes não vão atingir seu pleno potencial se os seus trabalhadores estão cronicamente cansados porque suas dietas são desequilibradas”*.

“O Brasil considera a Década de Ação sobre Nutrição (2016-2025) uma grande oportunidade para reunir iniciativas e esforços na erradicação da fome e na prevenção de todas as formas de desnutrição, em todo o mundo”, destacou o embaixador brasileiro Antonio Patriota.

“Esperamos que as agências da ONU, os Estados-membros, a sociedade civil e o setor privado possam participar deste esforço coletivo. Esperamos também envolvermo-nos ativamente neste processo, compartilhando informações sobre as nossas políticas nacionais e aprendendo com outras experiências”, frisou Patriota.

Um dos objetivos da proposta brasileira, aprovada pela ONU na forma de resolução, é viabilizar a adoção de estratégias eficientes para acabar com a fome e erradicar a desnutrição em todo o mundo, assegurando às pessoas o acesso a dietas mais saudáveis e sustentáveis.

O Brasil tem dado passos firmes na direção do combate à fome, à pobreza e



à desigualdade social, sendo reconhecido internacionalmente por esse relevante esforço.

Precisamos agora intensificar ainda mais essas ações, trocar experiências e ideias sobre políticas públicas nessa área com outros países e coordenar, globalmente estratégias para banir do mapa mundial a fome e a desnutrição, protegendo, principalmente, as crianças.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.



O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR-AM. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o País vive um momento de extrema dificuldade em todos os setores por conta da crise econômica. Serviços essenciais à população, como saúde, segurança e educação, tiveram cortes financeiros significativos, comprometendo ainda mais a qualidade do atendimento à população.

Em Parintins, por exemplo, o Hospital Padre Colombo, após quase 40 anos de funcionamento ininterrupto, pode fechar a qualquer momento por conta de atrasos nos repasses de recursos do Governo do Amazonas. No último dia 9, a direção do hospital anunciou em entrevista coletiva que está impossível manter os serviços e deve suspender todos os atendimentos já a partir do dia 11, por absoluta falta de recursos. O mesmo quadro ocorre no Hospital Deodato de Miranda Leão, em Autazes, que também está com os repasses estaduais atrasados há 8 meses.

O fato é que desde fevereiro o Governo do Amazonas não cumpre com os convênios firmados na área de saúde. No caso da Diocese de Parintins, que administra o hospital, a dívida do Governo do Amazonas supera R\$ 800 mil, que são necessários para custear medicamentos, materiais de limpeza e alimentação. Mesmo sem esses recursos, a direção do Padre Colombo vinha mantendo o atendimento contraindo dívidas e renegociando com os fornecedores. Mas chega um momento que administrar um déficit tão grande fica impossível. A situação é insustentável, inadministrável.

Parintins, uma cidade com mais de 100 mil habitantes, tem apenas dois hospitais, o Padre Colombo e o Jofre Cohen. Com as duas unidades funcionando normalmente, a qualidade da saúde já é sofrível, imagine com o fechamento de uma



delas. É uma questão muito séria, urgente, que deve ser tratada com prioridade pelo Governo do Amazonas.

O Hospital de Autazes Deodato de Miranda Leão, o único da cidade, ainda está operando, mas sem as mínimas condições. O Estado deixou de repassar R\$ 50 mil por mês e hoje não há sequer comida para as pessoas internadas.

Entendo que a queda na arrecadação por conta da crise obrigou o Estado a recompor as despesas, mas não é correto sacrificar a saúde. O Governo tem recursos, sim, para manter os repasses para os hospitais. Falta apenas estabelecer a saúde como a prioridade das prioridades. Com vida, não se brinca, não se negligencia.

Há informação de que o Bispo Dom Giuliano há mais de 1 ano e meio tenta contato com o Governo Estadual para discutir o assunto, mas sequer foi recebido. Portanto, não é uma situação de agora, de hoje. Isso deixa claro que falta planejamento, falta compromisso com a população.

Aliás, a área de saúde é uma das que mais sofre cortes do Governo do Estado. Profissionais terceirizados estão com pagamento atrasado, equipamentos quebrados por falta de manutenção, não há medicamentos essenciais disponíveis e até mesmo materiais básicos, como luvas descartáveis e seringas. Uma consulta a um médico especialista pode demorar 6, 7 meses.

Recentemente, a imprensa divulgou o caso do garoto Rasilson, de 8 anos, que passou 5 anos esperando para fazer uma cirurgia em um braço quebrado quando tinha ainda 3 anos. Um verdadeiro absurdo. As reclamações contra o sistema público estadual de saúde são diárias, e a qualidade só cai a cada dia.

Faço um apelo ao Governador José Melo para que resolva essa questão dos



repasses dos hospitais o quanto antes e reafirmo que ele pode contar comigo aqui na Câmara Federal para obter mais recursos do Governo Federal. Tenho direcionado grande parte das minhas emendas individuais para atender a área de saúde do Amazonas:

Em 2015 destinei recursos para UBSs para Careiro da Várzea, R\$ 1 milhão; São Gabriel da Cachoeira, mais de R\$500 mil; e Itacoatiara, quase R\$ 1,5 milhão;

Em 2016, para Atenção básica a Saúde destinei a Careiro da Várzea, R\$ 909 mil; Itacoatiara, R\$ 1,1 milhão; Santo Antônio do Içá, R\$ 300 mil; Envira, R\$ 300 mil; Polícia Militar - AM, R\$ 300 mil; e São Gabriel da Cachoeira, R\$ 400 mil.

Neste momento de crise, a união de forças é sempre o melhor caminho a seguir, independente de cores partidárias.

Era isso que tinha a dizer!



O SR. DR. JORGE SILVA (PHS-ES. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, *Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades*, assim Camões intitulou um de seus sonetos. Bem assim é, quando, com o passar do tempo, podemos reavaliar decisões, reorganizar projetos, traçar novos objetivos.

Desse ponto de vista, as mudanças são mais que bem-vindas, quando traduzem maturidade, propósito e adequação.

Nesse sentido, mediante breve pronunciamento, desejo dar conhecimento ao Plenário de minha recente saída do Partido Republicano da Ordem Social — PROS e ingresso no Partido Humanista da Solidariedade — PHS.

Neste 2016, entendo que devo trilhar novos caminhos e atuar em novas frentes, sem, evidentemente, desprezar o grato convívio e a grande experiência adquiridos no seio do PROS.

Reitero o compromisso com os colegas do meu novo partido neste momento em que todos os brasileiros estão conscientes da importância do momento histórico que estamos vivendo. O Brasil procura encontrar novos caminhos, revendo práticas obsoletas, em busca de maior produtividade na economia, mais ética na política e maior eficiência administrativa.

Como Presidente do Diretório Estadual do PHS no Espírito Santo, dedicarei toda a minha energia para contribuir com os objetivos do partido e com o desenvolvimento sustentável de meu Estado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao tempo em que me despeço dos colegas do PROS, congratulo-me com os colegas do PHS, certo de que algumas diferenças de ideário e programáticas jamais nos afastarão de nosso motivo maior,



que é, como representantes do povo nesta Casa, defender o Estado Democrático de Direito.

Muito obrigado.



O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este discurso de minha autoria.

A BR-135, único acesso terrestre à ilha de São Luís, tem ganhado destaque nacional devido ao seu péssimo estado de conservação. Há semanas o número de acidentes e transtornos causados aos motoristas tem crescido de maneira exponencial. Tais problemas nos levaram a solicitar ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes — DNIT uma visita do Diretor Nacional desse Departamento à BR-135, para uma vistoria.

A iniciativa nasceu da união de esforços da bancada federal maranhense, em parceria com os Deputados Estaduais maranhenses, que também encaminharam solicitações de recuperação da BR-135 à Presidência da República.

Uma Comissão Especial foi criada para discutir o assunto e se reuniu na manhã deste sábado, 9 de abril, na Assembleia Legislativa do Maranhão, contando com a presença do Diretor Nacional do DNIT, Valter Casimiro Silveira, além de membros da Superintendência Regional do DNIT no Maranhão.

Durante a reunião, nós pudemos perceber o quanto estamos atrasados, pois nos reunimos para cobrar do órgão responsável o recapeamento da única via de acesso à Capital do nosso Estado, enquanto em todo o País os representantes já cobram a duplicação de BRs para Municípios no interior. Não podemos nos permitir a continuar sendo deixados de lado.

O Secretário Estadual de Infraestrutura, Clayton Noleto Silva, destacou o



acúmulo de demandas nas BRs que percorrem o Maranhão e ressaltou o esforço do Governo do Estado junto ao Governo Federal para que essas rodovias sejam recuperadas.

Para o Diretor do DNIT, o problema das BRs maranhenses acontece principalmente pelas questões burocráticas. Como exemplo, Valter citou a quebra de contrato por parte da empresa responsável por realizar as obras de recuperação da BR-135 no último ano. A empresa rescindiu o contrato alegando não ter condições de realizar as obras. O resultado foi a falta de assistência no trecho durante todo o ano de 2015. O problema, porém, já foi resolvido, e uma nova empresa foi contratada para realizar os serviços.

Outra novidade diz respeito às obras da duplicação da BR, que devem ser retomadas até o próximo dia 18 de abril.

Após a reunião, nós levamos a equipe do DNIT até a BR-135, onde a comitiva pôde testemunhar a situação calamitosa da malha viária.

A partir de agora, a comitiva irá acompanhar o andamento das obras e a manutenção dos serviços, com aval e a colaboração do DNIT. As obras de duplicação devem ser concluídas num prazo de 6 meses após o reinício.

Era o que tinha a dizer.



O SR. MARCOS ROTTA (Bloco/PMDB-AM. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna dividir com os nobres colegas as dificuldades que o setor de serviços do Amazonas está enfrentando. De acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, esse setor econômico sofreu uma queda de 18,1% em fevereiro, em comparação com o mesmo mês de 2015. Em todo o País, a redução foi de 4%.

Os índices refletem a redução do número de postos de trabalho no Amazonas e a queda produtiva da indústria, o principal setor econômico da Capital do Estado, Manaus. Aproximadamente 162 mil pessoas terminaram o ano passado sem emprego e sem esperança de recolocação no mercado de trabalho. Enquanto a renda da população diminui, as tarifas aumentam. O IPTU, a energia elétrica as tarifas de ônibus e os gastos com alimentação, para citar apenas alguns itens, sofreram reajustes significativos no Amazonas.

Esse cenário de crise não é exclusivo do Estado que represento nesta Casa Legislativa. Como os nobres colegas sabem, todo o País enfrenta uma recessão econômica. O Brasil precisa superar essa fase, alcançar novamente a estabilidade política e atrair investimentos. Isso somente será possível se houver uma mudança drástica, como a população clama. Os desmandos e a corrupção que nos trouxeram a esta situação crítica precisam ter um ponto final, para que comecemos uma nova trajetória, mais harmônica, de valorização do patrimônio público e dos brasileiros.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.



VI - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - **COMPARECEM MAIS OS**

SRS.:



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 081.2.55.O
Data: 14/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Ordinária - CD
Montagem: 4176/5185

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Encerro a sessão, convocando Sessão Deliberativa Extraordinária para amanhã, sexta-feira, dia 15 de abril, às 8h55min, com a seguinte

ORDEM DO DIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 081.2.55.O
Data: 14/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Ordinária - CD
Montagem: 4176/5185

(Encerra-se a sessão às 18 horas e 55 minutos.)